



Dissertação de Mestrado

**Modelos Cognitivos Idealizados e
Representações Sociais: a organização de
uma experiência política na revista *Manchete*
e no jornal *O Pasquim***

Ofélia Maria Imaculada

Dezembro
2009



Modelos Cognitivos Idealizados e Representações Sociais: a organização de uma experiência política na revista *Manchete* e no jornal *O Pasquim*

Ofélia Maria Imaculada

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei, como requisito final para obtenção do título de Mestre em Letras.

Área de Concentração:

Teoria Literária e Crítica da Cultura

Linha de Pesquisa:

Discurso e Representação Social

Orientador:

Prof. Dr. Antonio Luiz Assunção

São João del-Rei
Dezembro – 2009

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
Universidade Federal de São João del-Rei
Programa de Mestrado em Letras
Área de Concentração
Teoria Literária e Crítica da Cultura
Linha de Pesquisa
Discurso e Representação Social

Título da Dissertação
**Modelos Cognitivos Idealizados e Representações Sociais: a organização de
uma experiência política na revista Manchete e no jornal O Pasquim**
Professor Orientador
Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção

Banca Examinadora
Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção (UFSJ)
Profa. Dra. Heliana Ribeiro de Mello (UFMG)
Prof. Dr. Cláudio Márcio do Carmo (UFSJ)
Prof. Dr. Guilherme Jorge de Resende (UFSJ/suplente)

Coordenadora do Programa de Mestrado em Letras
Profa. Dra. Eliana da Conceição Tolentino

São João del-Rei
2009

OFÉLIA MARIA IMACULADA

**MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS E REPRESENTAÇÕES
SOCIAIS: A ORGANIZAÇÃO DE UMA EXPERIÊNCIA POLÍTICA
NA REVISTA *MANCHETE* E NO JORNAL *O PASQUIM***

Banca Examinadora



Prof. Dr. Antônio Luiz Assunção - UFSJ Orientador



Profa. Dra. Heliana Ribeiro de Mello - UFMG



Prof. Dr. Cláudio Marcio do Carmo - UFSJ



Profa. Dra. Eliana da Conceição Tolentino
Coordenadora do Programa de Mestrado em Letras

DEZEMBRO DE 2009

Dedico,
Com todo o meu carinho à minha querida avó Albertina.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre presente em minha vida.

À minha família. Meus pais, Olga e José, razão da minha alegria. Meus irmãos amigos: Jaqueline, Daniela e Paulo Henrique.

Ao Junior, pela amizade e companheirismo.

Ao meu orientador, Antônio Luiz Assunção, professor e amigo, a quem agradeço o respeito e a confiança sempre depositados em mim e no meu trabalho.

Aos professores do Programa de Mestrado em Letras, especialmente Adelaine, Cláudio Márcio, Guilherme e Alberto Tibaji, pelas importantes contribuições.

À equipe responsável pelo setor de Periodismo da Biblioteca Estadual Luiz de Bessa, pela gentil atenção.

À Filó, sempre amável, atenciosa e prestativa.

Aos colegas do Programa de Mestrado em Letras, pela agradável convivência e pelas discussões tão engrandecedoras.

À amiga Anielle, pelo companheirismo e pelos inconfessáveis momentos compartilhados.

À Elisa, Juninha e Tereza, pela convivência familiar.

À Alciene, Carina e Renata, sempre muito queridas: obrigada pelas alegrias e pelos risos compartilhados.

À Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), tão marcada em minha formação.

Por fim, agradeço à CAPES, pelo subsídio concedido a esta pesquisa.

RESUMO

O principal objetivo desta pesquisa é desenvolver uma discussão teórica que considere o funcionamento da linguagem a partir de suas dimensões lingüístico-discursiva, cognitiva e cultural. Com essa finalidade, propomos uma articulação da abordagem teórica da Análise Crítica do Discurso com os pressupostos da teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados. A partir dessa articulação, buscamos observar a maneira pela qual a compreensão de representações mentais pode se conciliar com o entendimento de práticas sociais, culturais e discursivas de representação. Para refletir sobre a integração dessas dimensões na compreensão da linguagem em uso, promovemos uma investigação das representações construídas pela mídia brasileira acerca do processo de transição democrática no Brasil durante a década de 1980. Delimitamos um *corpus* constituído por reportagens publicadas no jornal *O Pasquim* e na revista *Manchete*, enfatizando, nas análises, a maneira como os processos metafóricos, enquanto formadores de Modelos Cognitivos Idealizados, funcionam na estruturação do discurso político e na compreensão de eventos políticos ideologicamente representados. Diante das discussões teóricas e da prática de análise efetivadas, visualizamos como os Modelos Cognitivos Metafóricos organizam o discurso e como eles funcionam na construção de representações sobre o processo de transição democrática, articulando crenças e conhecimentos de mundo partilhados culturalmente.

Palavras-chave: Discurso; Cognição; Cultura; Representação; Transição Democrática.

ABSTRACT

This research aims at developing a theoretical discussion which takes language operation with regard to its linguistic-discursive, cognitive and cultural dimensions. In order to achieve this objective, we suggested an articulation between Critical Discourse Analysis theoretical approach and the Idealized Cognitive Models theory. In this articulation, we aimed at observing how the study of mental representations could be related to the understanding of social, cultural and discursive representational practices. To reflect on the integration of these dimensions in the comprehension of language use, we promote an investigation concerning the representations constructed in Brazilian press about the democratic transition process developed in Brazil during the eighties. We selected a *corpus* composed of articles published in *O Pasquim* and in *Manchete*. The analyses emphasized the way metaphorical processes, as Idealized Cognitive Models builders, work on the organization of politic discourse and on the comprehension of ideologically represented politic events. In face of these discussions and of the analyses practice accomplished, we could observe how the Metaphorical Cognitive Models organize the discourse and how they work on the construction of representations about the democratic transition process, through the articulation of beliefs and world knowledge, culturally shared.

Key-words: Discourse, Cognition, Culture, Representation, Democratic transition.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| RESUMO | 7 |
| ABSTRACT | 8 |
| INTRODUÇÃO | 11 |
| CAPÍTULO I: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E TEORIA DOS MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS: PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS | 14 |
| 1.1 Análise Crítica do Discurso..... | 14 |
| 1.1.1 Análise Crítica do Discurso como postura de compreensão da linguagem..... | 14 |
| 1.2 Discurso como prática social | 16 |
| 1.3 Discurso, representação e hegemonia..... | 20 |
| 1.4 As interfaces entre o discurso e os sistemas de conhecimento e crença.... | 23 |
| 1.5 Aparato metodológico da ACD..... | 25 |
| 1.2. Cognição e experiência: processos de categorização e a formação dos Modelos Cognitivos Idealizados | 28 |
| 1.2.1 Experiencialismo Cognitivo e processos de significação | 28 |
| 1.2.2 Sobre a natureza dos Modelos Cognitivos Idealizados..... | 32 |
| 1.2.3 Estruturação dos Modelos Cognitivos Idealizados..... | 34 |
| CAPÍTULO II: LINGUAGEM, POLÍTICA, COGNIÇÃO E CULTURA: CONVERGÊNCIAS | 39 |
| 2.1 Linguagem, cognição e cultura..... | 39 |
| 2.1.1 Do sistema conceitual às práticas discursivas e sociais..... | 40 |
| 2.1.2 Política e linguagem..... | 44 |
| 2.1.3 Discurso político e cognição..... | 46 |
| 2.2 Processos de instituição dos imaginários geopolíticos: mídia, discurso e cultura..... | 52 |

| | | |
|---|---|-----|
| 2.3 | A década de 1980 e a redemocratização política no Brasil: as condições de emergência do discurso..... | 56 |
| 2.4 | Modelos Cognitivos Idealizados, mídia e imaginários sociais..... | 60 |
| CAPÍTULO III: PASQUIM E MANCHETE: DOIS OLHARES ACERCA DA REALIDADE POLÍTICA BRASILEIRA EM PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO .. | | 62 |
| 3.1 | Procedimentos metodológicos..... | 62 |
| 3.1.1 | Constituição do <i>corpus</i> | 64 |
| 3.1.2 | O <i>corpus</i> : jornal <i>O Pasquim</i> e revista <i>Manchete</i> | 66 |
| 3.1.3 | Metodologia de análise..... | 69 |
| 3.2 | A guerra política..... | 70 |
| 3.2.1 | O jornal <i>O Pasquim</i> | 71 |
| 3.2.2 | A revista <i>Manchete</i> | 82 |
| 3.2.3 | Considerações acerca da metáfora TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA em <i>O Pasquim</i> e em <i>Manchete</i> | 90 |
| 3.3 | O jogo político..... | 91 |
| 3.3.1 | O Jornal <i>O Pasquim</i> | 91 |
| 3.3.2 | A revista <i>Manchete</i> | 95 |
| 3.3.3 | Considerações acerca da metáfora TRANSIÇÃO POLÍTICA É JOGO em <i>O Pasquim</i> e em <i>Manchete</i> | 99 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | | 101 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | | 105 |
| BIBLIOGRAFIA GERAL | | 108 |

INTRODUÇÃO

Compreender a linguagem implica, antes de tudo, considerá-la uma prática simbólica que integra e define as relações humanas. Isso faz com que ela adquira um caráter multifacetado, em que os enfoques que visam à sua compreensão se tornam tão variados quanto suas possibilidades de manifestação. Em função de ser um objeto abrangente em suas dimensões e de integrar uma série de outros objetos, a linguagem deve ser vista como heterogênea e dinâmica. Além de ser entendida como uma prática social de mediação das relações humanas e, portanto, como uma forma de construir nossas percepções de mundo.

Partindo dessa perspectiva, no primeiro momento de nossa pesquisa, propusemo-nos a investigar as representações construídas pela mídia brasileira acerca do processo de transição democrática no Brasil durante a década de 1980. Pretendíamos desenvolver uma análise que atentasse para as dimensões lingüístico-discursivas, cognitivas e culturais do funcionamento da linguagem e, ao mesmo tempo, que nos permitisse identificar as formas de percepção e de significação dos eventos políticos, apreendidas do uso da linguagem pela mídia nesse período histórico. Para isso, delimitamos, na mídia impressa, dois periódicos semanais de circulação nacional: o jornal *O Pasquim* e a revista *Manchete*. Deles selecionamos um conjunto de reportagens, publicadas entre os anos de 1981 e 1984, as quais tematizam o processo de transição democrática.

Ao procedermos à leitura dessas reportagens, identificamos a presença de processamentos cognitivos específicos que apontam para a existência de Modelos Cognitivos Metafóricos, os quais desempenham um importante papel na organização do processo enunciativo de significação da transição democrática. Sentimos, então, a necessidade de fazer convergir, na compreensão do fenômeno lingüístico, diferentes perspectivas teóricas que, além de apresentarem distintas definições de linguagem, possibilitam o desenvolvimento de uma abordagem que abarque, simultaneamente, as dimensões lingüístico-discursivas, cognitivas e culturais da linguagem.

Nesta dissertação, objetivamos defender uma concepção de linguagem como heterogênea e, para isso, propomos a articulação da abordagem teórica da Análise Crítica do Discurso (FAIRCLOUGH, 2001, 2003, 2006; WODAK, 2004; WEISS e WODAK, 2007; VAN DIJK, 1997, 1999, 2007; CHILTON, 2006)¹ com os pressupostos da teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987,1996; LAKOFF e JOHNSON, 2002). Partimos da hipótese de que seja possível considerar, simultaneamente, os fundamentos dessas duas teorias com vistas a compreender, de forma mais abrangente, o funcionamento da linguagem nos processos de produção de sentido.

O primeiro capítulo se constitui de uma breve exposição acerca dos dois construtos teóricos utilizados, com base nos quais selecionamos instrumentos para pensar a linguagem por uma perspectiva que integre seus usos discursivos, seu funcionamento cognitivo e seus aspectos culturais. Desse modo, descrevemos os pressupostos compreendidos na Análise Crítica do Discurso (ACD), especialmente aqueles que postulam a abordagem da linguagem como uma prática social, relacionada às formas de poder, de conhecimento e de cultura, em que o social é visto como uma construção discursiva, resultado dos processos de significação. Apresentamos, também, a teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), ponderando sobre o modo como os processos de significação operados cognitivamente se relacionam com aspectos da experiência física e cultural.

Dando continuidade à nossa proposta, o segundo capítulo desenvolve uma aproximação das duas teorias apresentadas anteriormente, buscando articular os pressupostos da ACD com os fundamentos teóricos desenvolvidos pela Lingüística Cognitiva. Essa articulação, ao voltar-se para a compreensão das representações construídas pela mídia acerca do processo de transição política, deve viabilizar o desenvolvimento de uma análise que considere os aspectos discursivos, cognitivos e culturais envolvidos nos usos da linguagem no domínio político. Enfatizamos, especialmente, a maneira como os processos metafóricos,

¹ Vale chamar atenção para o fato de que os trabalhos desenvolvidos por esses autores, apesar de serem definidos como ACD, constituem abordagens distintas no interior desta, apresentando direcionamentos teóricos e objetos de análise distintos.

enquanto formadores de MCIs, funcionam na estruturação do discurso político e na compreensão de eventos políticos ideologicamente representados.

Nesse processo, enfocamos tanto a constituição social da dimensão cognitiva que organiza o discurso quanto as relações sociais e as especificidades culturais da década de 1980, envolvidas e negociadas nas/pelas práticas discursivas. Os anos 80 foram um período histórico constituído por intensas e complexas relações políticas, marcadas pela negociação de diferenças e, conseqüentemente, pela intensificação das lutas hegemônicas. É importante demarcar, para os objetivos que aqui se colocam, que essas relações, em grande medida, produzem-se no domínio do simbólico por meio de práticas discursivas e interativas que se processam mentalmente. Portanto, o estudo da linguagem, dos processos cognitivos e das formas culturais e sociais que embasam a produção de sentido é fundamental para a compreensão da complexidade das relações políticas que se desenvolvem nesse período e das representações nele constituídas.

No terceiro capítulo, segue o encaminhamento da análise das representações construídas acerca do processo de transição democrática pelo jornal *O Pasquim* e pela revista *Manchete*. Buscamos conduzir uma análise que abarque esse objeto em suas dimensões de prática social e discursiva, para isso promovemos um mapeamento cognitivo dos modelos metafóricos identificados na estruturação do processo de transição democrática. Nesse processo, são considerados os posicionamentos enunciativos e ideológicos dos dois veículos, os quais desempenham um papel determinante na configuração das representações tanto em sua dimensão cognitiva quanto na social.

O uso da linguagem se define, então, como uma prática de significação do social relacionada à construção de conhecimento e, no caso específico desta dissertação, à construção de objetos políticos, culturalmente situados e condicionados. O uso da linguagem é, portanto, uma atividade que relaciona aspectos sócio-históricos, culturais e cognitivos e, por isso, deve ser visto como um processo que acontece na mente dos indivíduos em interação. Em virtude dessa condição da linguagem, consideramos que a inserção de uma teoria da Lingüística Cognitiva no interior de uma análise do discurso pode vislumbrar

novas possibilidades de compreensão das manifestações culturais e das práticas discursivas de representação.

Capítulo 1

ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO E TEORIA DOS MODELOS COGNITIVOS IDEALIZADOS: PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS

1.1 Análise Crítica do Discurso

1.1.1 Análise Crítica do Discurso como uma postura de compreensão da linguagem

As sociedades contemporâneas são marcadas por mudanças rápidas e contínuas, resultantes da compressão das relações de espaço e produzidas pelo desenvolvimento econômico e tecnológico, o qual, por sua vez, é provocado pelo processo de globalização. Essas transformações têm redefinido os processos de interação e de relação sociais, resultando em profundas conseqüências culturais e socioeconômicas e gerando relações mediadas e mais complexas, em que o papel e o lugar da linguagem, por conseguinte, têm de ser repensados.

A linguagem inscreve-se, no contexto contemporâneo, como o principal sistema mediador de nossas experiências e de nossas relações com o mundo. Nesse sentido, a compreensão dos usos da linguagem implica a percepção de nossa própria relação com o mundo e do modo como organizamos e significamos nossas experiências em um dado contexto sócio-histórico e cultural.

A partir dessa perspectiva, Lilie Chouliaraki e Norman Fairclough demarcam a importância da linguagem e a necessidade de se compreender seu funcionamento discursivo. Isso porque não é possível compreender a vida social contemporânea, suas lutas de poder, as relações e as mudanças que ela implica sem uma consciência crítica de como a linguagem figura nessa sociedade. Os autores argumentam a favor de uma teoria que enfatize a linguagem como um elemento semiótico da prática social, que proporciona uma crítica coerente da sociedade na modernidade tardia e de suas transformações. Vistas a partir de sua relação dialética com a sociedade, as práticas discursivas condicionam, em

grande parte, as transformações sociais. Como asseveram Chouliaraki e Fairclough:

Uma das características importantes das mudanças econômicas, sociais e culturais da modernidade tardia é o fato de que elas acontecem tanto nos discursos quanto nos processos que tomam lugar fora do discurso, sendo os processos substancialmente determinados pelos discursos.²

O exame das novas formas econômicas, culturais, políticas e identitárias deve constituir, então, uma análise crítica da linguagem, que passa a ser vista como uma prática social de grande impacto nas sociedades contemporâneas. Segundo aponta Fairclough (2001b), por meio da linguagem agimos, identificamos e construímos representações do mundo, pois ela se apresenta como uma possibilidade concreta de produção, manutenção e transformação das relações, das identidades e dos sistemas de conhecimento e de crença.

Tendo em vista essa preocupação com a linguagem, a Análise Crítica do Discurso (doravante ACD) surge com o propósito de promover uma complementação entre as abordagens sociais e as lingüísticas para empreender uma análise crítica das estruturas sociais. Essa preocupação da ACD nos revela o caráter interdisciplinar de sua abordagem teórico-metodológica. Gilbert Weiss e Ruth Wodak (2007) defendem que, quanto mais complexas as relações sociais se tornam, maior é a necessidade de elaboração de projetos interdisciplinares.

Nesse sentido, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 16) destacam:

Nós vemos a ACD como uma abordagem que coloca em diálogo uma variedade de teorias, especialmente as sociais e as lingüísticas. A teoria da ACD é, então, uma síntese movediça de outras teorias, embora o que ela própria teorize seja a mediação entre o social e o lingüístico – a ‘ordem do discurso’, a estruturação social do hibridismo semiótico (interdiscursividade). A construção teórica do discurso que a ACD tenta operacionalizar pode vir de várias disciplinas, sendo que o conceito de ‘operacionalização’ implica trabalhar de uma forma transdisciplinar, em que a lógica de uma disciplina (por exemplo, a sociologia) pode ser

²Tradução minha para o trecho: It is an important characteristic of the economic, social and cultural changes of late modernity that they exist as discursive as well as processes that are taking place outside discourse, and that the processes that are taking place outside discourse are substantively shaped by these discourses. (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 4)

colocada em funcionamento no desenvolvimento de outra (por exemplo, a lingüística).³

A ACD, ao articular essas diversas teorias, coloca-se tanto como teoria quanto como método de abordagem do social. Ela procura problematizar o papel da linguagem em meio às outras práticas sociais e compreender seu funcionamento de uma perspectiva lingüística estrutural e de uma perspectiva da construção de sentidos nos processos de interação social. Tendo em vista essas preocupações, a ACD é determinada por objetivos práticos de pesquisa e, por isso, seu trabalho teórico se volta para a compreensão das situações sociais e históricas a partir de uma teoria que aborde, adequadamente, o social e o lingüístico sem reduzir um ao outro (WEISS e WODAK, 2007).

Considerando seu aspecto interdisciplinar, a ACD pode ser vista como uma abordagem teórica plural e diversificada, apresentando uma grande variedade de teorias, metodologias e interesses de pesquisa entre os próprios autores que a constituem. Nesta dissertação, o termo ACD será usado para denotar um corpo distinto e substancial de trabalhos que se voltam para o estudo crítico da linguagem, ou seja, para a compreensão de como ela se relaciona com as estruturas sociais e, nesse sentido, de como as práticas discursivas são moldadas pelas relações de poder e de ideologia.

1.1.2 Discurso como prática social

A partir das considerações feitas até agora, fica-nos claro que a ACD defende uma perspectiva social e lingüística, de modo que se torna fundamental compreendermos que os discursos estão inseridos em uma rede de relações

³Tradução minha para o trecho: We see CDA as bringing a variety of theories into dialogue, especially social theories on the one hand and linguistic theories on the other so that its theory is a shifting synthesis of other theories, though what it itself theorises in particular is the mediation between the social and the linguistic – the ‘order of discourse’, the social structuring of semiotic hybridity (interdiscursivity). The theoretical construction of discourse which CDA tries to operationalise can come from various disciplines, and the concept of ‘operationalisation’ entails working in a transdisciplinary way where the logic of one discipline (for example, sociology) can be ‘put to work’ in the development of another (for example linguistic) (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 16).

sociais que acontecem em lugares e agrupamentos socioculturais específicos. Esses agrupamentos sociais são formados por um conjunto de instituições que possuem valores, práticas, significados, demandas, proibições e permissões próprios. Tudo isso, ao ser articulado através da linguagem, constroem os discursos e as significações produzidas. O termo “discurso” é tomado, justamente, para marcar a determinação social da linguagem. Para Michel Foucault, isso implica considerar o discurso como uso da linguagem e, também, como um tipo de prática social que está fundado em contato direto com as relações de poder. Nesse sentido, segundo, Fairclough (2001a, p. 32), *ao tomarmos o uso da linguagem como discurso, sinalizamos o desejo de investigá-la por um método informado social e teoricamente, como forma de prática social.*

Nessa perspectiva, a ACD considera o contexto de uso da linguagem como crucial como nos aponta Wodak (2004), (2007) de Gilbert Weiss e Ruth Wodak (2007), Norman Fairclough (2001a), (2001b), (2003), (2006). A concepção de discurso como prática social se coloca, então, como fio condutor dessa abordagem teórica, em que se pressupõe uma relação de determinação bidirecional entre as práticas discursivas e as estruturas sociais. Essa relação dialética entre linguagem e sociedade traz uma série de implicações para a compreensão do discurso. Exemplo disso é seu reconhecimento como um modo de ação e de representação, considerando-o um constitutivo do social. Conforme observa Fairclough (2001b, p. 91), *por um lado o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis (...). Por outro lado, o discurso é socialmente constitutivo. Os discursos são formas de significar um domínio específico da prática social a partir de uma perspectiva particular.*

Fairclough (2001a), (2001b), (2003), (2006), considera o discurso como um elemento ou momento do processo social, o qual está dialeticamente relacionado a outros momentos. Nesse sentido, dizer que a relação entre esses momentos é dialética significa que, embora eles sejam diferentes um do outro e não se reduzam um ao outro, as fronteiras entre eles são fluidas. O discurso internaliza, de alguma forma, tudo o que ocorre nos outros momentos, e os efeitos discursivos constroem e determinam todos os outros aspectos do social. Assim,

mudanças nas práticas discursivas resultam em novas práticas, novas identidades e novas realidades materiais.

O que se segue é o reconhecimento de que os objetos econômicos, políticos e culturais, entendidos aqui em sentido bastante amplo, são socialmente construídos. Enfatiza-se, portanto, que o processo de construção desses objetos apresenta, também, um lado subjetivo, ou seja, esses processos sociais constroem, simultaneamente, sujeitos e objetos. Segundo Fairclough (2006, p. 25):

Ao trazer pessoas para dentro dos processos, traz-se também cultura: os objetos políticos e econômicos são também culturalmente situados e condicionados – por exemplo, sistemas econômicos particulares ou formas de estado dependem e estão intimamente interconectados com sentidos particulares, interpretações, narrativas, valores, atitudes, identidades. Inerentemente, esses processos de construção social envolvem discurso, tendo, então, um caráter parcialmente discursivo, e os objetos e sujeitos construídos são em parte efeitos do discurso.⁴

Wodak (2001), em concordância com essa visão de discurso como constitutivo do social, afirma a existência de uma relação dialética entre as práticas discursivas e os domínios específicos de ação social nos quais elas estão inseridas e acrescenta:

Os discursos são uma rede de atos lingüísticos simultânea e seqüencialmente inter-relacionados, os quais se manifestam dentro e através dos campos sociais de ação, como expressões semióticas, orais ou escritas tematicamente interligadas, que, muito freqüentemente, são tomadas como 'textos' que pertencem a tipos semióticos específicos, isto é, gêneros (WODAK, 2001, p. 66).⁵

O que chama a atenção nessa definição é a visão dos textos como formas de ação e de interação no curso dos eventos sociais e, portanto, como parte

⁴ Tradução minha para: Bringing people into the process also brings in culture: economic and political objects are also culturally conditioned and embedded – so for instance particular economic systems or forms of state depend upon and are closely interconnected with particular meanings, interpretations, narratives, values, attitudes, identities and so forth. Furthermore, these processes of social construction inherently involve discourse – they have a partly discourse character, and the objects and subjects that are constructed are in part what we can call effects of discourse (FAIRCLOUGH, 2006, p. 25).

⁵ Tradução minha para: 'Discourse' can thus be understood as a complex bundle of simultaneous and sequential interrelated linguistic acts, which manifest themselves within and across the social fields of action as thematically interrelated semiotic, oral or written tokens, very often as 'texts' that, that belong to specific semiotic types, that is genres (WODAK, 2001, p. 66).

desses eventos. Conforme afirma Fairclough (2003, p. 22), os eventos sociais e os textos possuem causas, ou seja, fatores que levam um tipo particular de texto a ter as características que ele tem. Três causas são destacadas: os agentes - pessoas envolvidas nos eventos sociais, as estruturas e as práticas sociais.

Em relação aos atores sociais, a ACD considera que estão no entremeio entre a determinação e a indeterminação. Tais agentes ao mesmo tempo em que são influenciados pela estrutura social têm seu próprio poder de ação, que não é reduzido à determinação das estruturas e práticas sociais. Essa noção é importante porque nos processos sociais são os agentes que estabelecem as relações entre os elementos dos textos, levando-se em conta as restrições colocadas pelo evento social em questão. Nesses termos, o sentido das estruturas lingüísticas não preexiste a elas, mas é um efeito das relações que são estabelecidas entre elas. Só é possível considerar a produção de sentido dessa forma se se considerar a agência dos sujeitos e, do mesmo modo, *considerar a linguagem como prática social implica considerar a agência dos sujeitos* (FAIRCLOUGH, 2003, p. 22).

O discurso figura como prática social e é constitutivo de três formas. Primeiramente, figura como forma de ação por meio dos diferentes gêneros. Em segundo lugar, ele atua como forma de representação: as representações têm como base a linguagem e são claramente uma questão discursiva na medida em que se pode distinguir diferentes discursos que representam o mesmo objeto no mundo, de diferentes perspectivas ou posições. Enfim, o discurso funciona na constituição de identidades sociais.

Nesse sentido, os textos, enquanto eventos sociais, articulam três tipos de significados, a saber: o acional, o representacional e o identificacional. Isso significa que os textos, simultaneamente, relacionam-se com seu contexto situacional, representam aspectos do mundo (físico, social, mental) e estabelecem relações sociais entre os participantes dos eventos, as atitudes, desejos e valores desses participantes.

Retomando os trabalhos de Michel Foucault, Fairclough (2003) destaca que as relações entre esses três sentidos podem ser consideradas a partir das interações que os sujeitos envolvidos no evento discursivo estabelecem com o

mundo. Dessa forma, a ação está ligada às relações com os outros, à ação sobre as pessoas e ao exercício do poder. A representação, por sua vez, está ligada ao conhecimento e ao controle sobre os objetos de conhecimento. E a identificação diz respeito à relação com o próprio ser, à ética e ao sujeito moral.

1.1.3 Discurso, representação e hegemonia

A ACD assume que o discurso, como constitutivo do social, internaliza e constrói as relações de poder, as representações e os sujeitos a partir de posições específicas no interior das estruturas sociais. Ao discutir as ligações entre linguagem, poder e ideologia, Fairclough (2001b, p. 94) observa que:

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades (classe, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder e como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder.

O investimento político e ideológico das convenções discursivas define o discurso não só como um lugar de poder, mas também como um marco definidor nas lutas para se alcançar tal poder dentro das próprias práticas discursivas. Como observa Foucault (2002, p.60), *o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar*, pois os discursos são regidos por ordens que os restringem e os controlam. Todo discurso é investido ideologicamente, implicando maneiras específicas de conceber a realidade e processos específicos de construção de sentido. Assim, é, também, reflexo de certa hegemonia, envolvendo relações de poder. É com base nisso que Fairclough (2001 b) o situa dentro de uma concepção de poder como hegemonia e de uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica.

A ACD, ao problematizar a noção de poder, faz opção pela concepção de hegemonia como equilíbrio instável, como correntes conflitantes, superpostas ou em interseção. Segundo Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, a hegemonia se constitui de um campo permeado por antagonismos e supõe fenômenos de equivalência e efeitos de fronteira.

Somente a presença de uma vasta região de elementos flutuantes e sua possível articulação com campos opostos – o que implica a constante

redefinição destes últimos – constituem o terreno que nos permite definir uma prática como hegemônica⁶ (LACLAU; MOUFFE, 1987, p.157).

Laclau (2007) defende que os esquemas de representação que constituem as sociedades são, sempre, parcialmente e temporariamente estruturados, pois os signos são investidos por diferentes conteúdos, através de diferentes articulações, devido à coexistência de discursos conflitantes na constituição do social. O autor (2007, p. 46) argumenta que o processo de representação se constitui a partir de uma incompletude na identidade daquilo que é representado, de modo que diferentes projetos ou forças políticas tentarão hegemônizar o significante, cujo sentido está ausente na comunidade. Isso explica por que toda representação hegemônica é sempre instável e penetrada por uma ambigüidade constitutiva.

Essa visão implica um processo constante de articulação e rearticulação de elementos na luta hegemônica, atendendo aos principais preceitos da ACD, ou seja, à relação dialética entre estruturas discursivas e sociais. Dentro dessa concepção, as estruturas discursivas são consideradas como ordens do discurso, configurações de elementos mais ou menos estáveis. A noção de texto, por sua vez, está centrada na sua intertextualidade, reforçando a possibilidade de articulação de outros textos e, por conseqüência, de outras convenções. Nesse sentido, como foi dito anteriormente, a figura do sujeito aparece como fundamental, pois é ele, com sua capacidade de arranjar esses elementos de diferentes formas, que possibilita o surgimento de novos sentidos, tornando possível, assim, os processos de mudança.

A hegemonia, conforme aponta a ACD, constitui um foco de luta constante sobre pontos de instabilidade entre as classes e os blocos dominantes, com o objetivo de construir, sustentar ou, ainda, quebrar alianças e relações de dominação e de subordinação a partir dos objetos culturais construídos na base das forças econômicas, políticas e ideológicas. Nessa direção, Teun A. Van Dijk, (1997), argumenta que o exercício do poder se caracteriza pelo consenso,

⁶ Tradução minha para: Sólo la presencia de una vasta región de elementos flotantes y su posible articulación a campos opuestos - lo que implica La constante redefinición de estos últimos - es lo que constituye el terreno que nos permite definir a una práctica como hegemônica (LACLAU; MOUFFE, 1987, p. 157).

assumindo a forma de hegemonia. O poder se exerce pelas ações cotidianas em que determinadas ideologias são tornadas naturalizadas por meio da construção hegemônica de uma dada ordem consensual. Processo em que as convenções discursivas naturalizadas encerram um mecanismo eficaz para reproduzir ou modificar as dimensões culturais e ideológicas da hegemonia, pois é no interior das práticas discursivas que se dão os embates sociais e as lutas em torno da construção de sentido.

Vale chamar a atenção para o fato de que *o uso da linguagem é socialmente constitutivo tanto de formas socialmente reprodutivas quanto de formas criativas, socialmente transformativas com ênfase em um ou outro de acordo com as circunstâncias sociais* (FAIRCLOUGH, 2001a, p. 33). Inserido em um contexto histórico e sociocultural definido, o uso da linguagem não pode ser visto de maneira monolítica ou mecânica. As sociedades e instituições que constituem tais formas integram uma variedade de práticas discursivas muitas vezes contrastantes e, freqüentemente, competitivas. Relaciona-se a isso o conceito de interdiscursividade, no sentido apontado por Fairclough (2001b), que enfatiza a heterogeneidade dos textos, os quais se constituem por combinação de gêneros e discursos diversos. Com base na compreensão de que os textos, necessariamente, envolvem a articulação de diferentes discursos e formas textuais, resultando na produção de diferentes sentidos, devemos considerar a relação entre hegemonia e interdiscursividade como uma articulação forte para a mudança social, ou seja, como uma articulação criativa.

Ressalta-se, também, que os discursos e os sentidos por eles produzidos resultam das estruturas e dos processos sociais no seio dos quais indivíduos ou grupos, como sujeitos sociais e históricos, criam significados em suas interações com os textos. Isso significa que todo discurso é historicamente produzido e interpretado, ou seja, está situado no tempo e no espaço e, dessa forma, produz sentido a partir de um contexto histórico e sociocultural específico. Segundo Michael Meyer (2001), os discursos são históricos e só podem ser compreendidos ao referenciarem seu contexto. A noção de história é fundamental para a concepção de discurso como prática social. Isso porque, ao considerarmos o discurso como instrumento de construção social da realidade e como instrumento

de poder e controle, assumimos a existência de um conjunto de conhecimentos e de valores socioculturais, constituintes de um determinado período histórico que, por serem partilhados pelos sujeitos, tornam possível a interpretação dos discursos e dos textos. Esses conhecimentos partilhados são importantes, pois é a partir deles que os sentidos são produzidos.

Os discursos constituem um fator de mudança porque atuam sobre as redes de práticas sociais e, em uma perspectiva histórica, sobre as estruturas vigentes. Nesses processos de mudança, novos discursos estão sempre emergindo. Eles traduzem e, seletivamente, condensam os outros momentos do processo social e o modo como as pessoas experienciam esses momentos no seu engajamento prático com o mundo. Os discursos são formas de representar a realidade através da linguagem, em outros termos, são as várias tentativas de apreensão da realidade que buscam se apresentar como adequadas em um dado contexto social e histórico.

1.1.4 As interfaces entre o discurso e os sistemas de conhecimento e crença

Como vimos, tomamos como ponto importante o fato de a linguagem se caracterizar como constituinte dos eventos sociais. Tendo em vista o seu funcionamento na organização do social e do cultural, os discursos podem ser definidos como forma de conhecimento, mais do que isso, como forma de apreensão e cognição. Para Van Dijk (2007), o conhecimento é construído, negociado e partilhado no discurso e em outras formas de interação social. O discurso, em sua relação com o poder e a história, expressa, legitima e transmite as formas de conhecimento que vão ser validadas em um dado tempo e espaço. Estas, por sua vez, funcionarão como modo de apreensão e de cognição do social. Segundo aponta Siegfried Jäger (2001, p. 38), nesse aspecto do discurso como construtor e transformador do conhecimento reside sua capacidade para exercer o poder. São esses conhecimentos que sustentam as representações sociais, formando a base da ação coletiva e individual em um dado contexto histórico e sociocultural.

Nos termos de Jäger (2001), o conhecimento consiste em um conjunto de sentidos partilhados por uma determinada sociedade ou grupo de indivíduos, situados em um dado contexto histórico-social. Tais sentidos são utilizados para construir e interpretar a realidade que cerca essas pessoas. Os discursos, formadores do social, por sua vez, consistem num contínuo de conhecimentos sociais, acumulados ao longo da história, determinantes das ações individuais e coletivas.

Discurso e conhecimento necessitam um do outro, assim como um pressupõe o outro. Nas palavras de Van Dijk (2007): *a produção e o entendimento do discurso são impossíveis sem conhecimento, e a aquisição e mudança do conhecimento pressupõem o discurso.*⁷ O autor considera tal relação sob uma perspectiva interdisciplinar, demarcando que ambos, discurso e conhecimento, apresentam dimensões lingüísticas, cognitivas, sociais e culturais. Nesse sentido, os dois se materializam por meio da linguagem e são formados por conceitos e processos de natureza cognitiva. Os discursos e as formas de conhecimento são adquiridos e partilhados socialmente por grupos, instituições e organizações nos processos de interação, podendo funcionar como recurso de poder. Finalmente, a produção e o entendimento discursivos se sustentam em um conjunto de conhecimentos e de crenças comuns, definidos a partir de uma cultura.

Como formas de conhecimento, os discursos constituem as bases para a formação do social e para a ação individual e coletiva dos sujeitos. São, portanto, mais do que simplesmente formas de apreender o real, são eles próprios realidades materiais, conforme afirma Jäger (2001, p. 36). Os discursos constroem a realidade sempre por meio da intervenção de sujeitos sócio-históricos, que atuam como co-produtores e coagentes dos discursos e das mudanças na realidade. Isso é possível porque os sujeitos, enquanto agentes, têm o conhecimento à sua disposição, o que permite a eles não só atribuir sentidos às práticas discursivas como também alocar novos sentidos a essas práticas. *A realidade é significativa e existe na forma como existe desde que as*

⁷ Tradução minha para: (...) they mutually need and presuppose each other: discourse production and understanding is impossible without knowledge, and knowledge acquisition and change usually presuppose discourse (VAN DIJK, 2007, p. 87).

*peças, enquanto sujeitos situados em meio a discursos sócio-históricos e por eles constituídos, atribuem e continuam lhe atribuindo sentido*⁸. Dessa forma, o sujeito e sua maneira de apreensão cognitiva, social e cultural dos sistemas de conhecimento e crença definem o modo como o mundo é significado.

O conhecimento é, portanto, fundamental para o processamento discursivo, isto é, para a produção e a interpretação significativa dos textos. Para Van Dijk (2007), existem dois tipos básicos de conhecimento necessários para o processamento discursivo: os conhecimentos pessoais ou de grupos, sobre eventos específicos denominados modelos mentais, e as formas gerais de conhecimento socialmente e culturalmente partilhadas, referidas como representações sociais. Nesse ponto, o conceito de representação desempenha um papel muito importante, pois os atores sociais envolvidos nos eventos discursivos não fazem uso apenas de estratégias e de experiências individuais para construir sentido. Eles se utilizam, principalmente, das estruturas de percepção coletivas, definidas neste trabalho como representações ou sistemas de representações sociais imaginárias.

Vale ressaltar, ainda, que as formas de conhecimento validadas em um determinado contexto e o modo como elas se relacionam com os mecanismos de poder constituem, justamente, a base para o exercício deste no/pelo discurso. Para abordar o modo como o discurso estrutura as relações de poder deve-se examinar: quais grupos sociais e instituições têm acesso preferencial aos vários tipos de conhecimento, quais estabelecem os critérios para a definição ou legitimação das formas de conhecimento e quais estão ligados à distribuição ou à limitação do conhecimento na sociedade.

Dessa forma, o estudo dos discursos deve examinar, ainda segundo Van Dijk (2007), as estratégias sociais de dominação e de controle do conhecimento, atentando para as estruturas cognitivas de processamento do conhecimento e para o modo como elas afetam as práticas discursivas. Deve, também, explicitar como as práticas discursivas podem afetar as representações mentais e, por

⁸ Tradução minha para: (...) reality is meaningful and exists in the form in which it exists only as long as the people, all of whom are bound up or 'knitted into' the (socio-historic) discourses and who are constituted by them, have allocated and will continue to allocate meaning to it (JÄGER, 2001, p. 44).

conseqüência, as propriedades sociais da audiência e da sociedade como um todo.

1.1.5 Aparato metodológico da ACD

Como abordagem social crítica, a ACD volta sua preocupação para a crítica das estruturas sociais. Segundo afirma Michael Billig (2007, p. 38), tal análise busca explicitar como as práticas discursivas são moldadas ideologicamente em meio às relações de poder. O reconhecimento de que há uma relação de determinação bidirecional entre as estruturas socioculturais e as práticas discursivas leva muitos teóricos dessa vertente – como Fairclough (2001b) e Weiss e Wodak (2007) - a apontarem o exame das práticas discursivas como fundamental para o estudo do social.

Dentro dessa perspectiva, um aspecto importante da abordagem teórico-metodológica desenvolvida pela ACD diz respeito à sua atenção para a incorporação de categorias lingüísticas na análise, fazendo uso, segundo Meyer (2001), do conceito de superfície lingüística para se referir às formas de realização lingüística no nível textual. A análise do texto é realizada entendendo-o como forma e significado e considerando-se os três aspectos constitutivos dos textos: o acional, o representacional e o identificacional.

Fairclough (2003) adota uma visão relacional dos textos e também uma perspectiva relacional para sua análise, distinguindo diferentes níveis de análise e diferentes relações entre esses níveis: as externas ao texto e as internas. A análise das relações externas consiste na investigação das suas ligações com outros aspectos dos eventos sociais, ou seja, com as práticas e as estruturas sociais. Esse nível inclui o exame de como os textos figuram na ação, na identificação e na representação. Outro aspecto ligado à abordagem das relações externas diz respeito à intertextualidade e à interdiscursividade - interação do texto com outros textos e discursos. A análise das relações internas implica o exame e a descrição de aspectos lingüísticos presentes no texto.

Ainda, Fairclough (2001b, 2003) defende que todo evento discursivo apresenta, simultaneamente, três dimensões ou facetas: é um texto falado ou escrito; é uma instância de prática discursiva, envolvendo a produção e a

interpretação do texto, e é uma amostra de prática social. Esse autor propõe uma dimensão de profundidade no processo de análise, pois é a inserção do texto no seu contexto histórico e sociopolítico que permitirá que os estudos da linguagem realizem seu objetivo de comprometimento com a sociedade.

Assim, Fairclough (2001a) defende um aparato tridimensional de análise em que a linguagem realiza três níveis de prática, os quais são indissociáveis no processo de produção de sentido: prática textual, discursiva e social. A análise de um evento discursivo como prática textual privilegia a descrição dos elementos lingüísticos que o compõem, ou seja, dos aspectos internos dos textos. A análise de um evento como prática discursiva situa o texto em relação aos seus processos de produção, distribuição e consumo, sendo que a natureza desses processos varia de acordo como os tipos diferentes de discurso e com os aspectos sociais. Essa prática constitui um nível intermediário entre o texto e a prática social. Segundo Fairclough (2001a, p. 35-36):

(...) de um lado os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro, o processo de produção forma e deixa vestígios no texto, e o processo interpretativo opera sobre pistas no texto.

Por sua vez, a análise de um texto como prática social procura explicitar como o texto internaliza os aspectos sociais ligados às formações ideológicas, culturais e às lutas hegemônicas. Nesse nível, o foco é político, buscando-se situar o evento discursivo dentro das relações de poder e de dominação que o constituem. Procura-se explicitar como o funcionamento discursivo da linguagem, articulado a posições ideológicas, favorece a construção de sentidos hegemônicos que contribuem para a reprodução ou para a mudança das estruturas sociais. A análise dessa prática situa o texto no seu contexto social, buscando explicar as relações que ele estabelece com os aspectos históricos, sociais, políticos e as formas de cultura. Vale lembrar que essas relações são sempre de determinação bidirecional em que os textos são, a todo o momento, uma condição e um efeito do social.

Essa abordagem teórico-metodológica, em que a pesquisa social é orientada pelo estudo da linguagem, faz da ACD um quadro teórico profícuo para

a abordagem das formas de cultura, uma vez que ela atenta principalmente para os processos de produção de sentido empreendidos nas práticas discursivas e, portanto, para o modo como a linguagem articula significados e significa o mundo. A ACD, ao situar os textos e outras formas de interação como parte dos eventos sociais, coloca-os como formas de significação da experiência uma vez que, como aponta Fairclough (2001b), eles organizam o social e o cultural. Nesse sentido, a partir das práticas sociais e das posições de poder que embasam os textos e do trabalho que realizam subjetivamente, já que constroem o mundo em significado, os textos, segundo Richard Johnson (2000, p. 30), podem ser compreendidos como objetos culturais e, portanto, passíveis de serem examinados do ponto de vista cultural.

1.2 Cognição e experiência: processos de categorização e a formação dos Modelos Cognitivos Idealizados

1.2.1 Experiencialismo cognitivo e processos de significação

Até o momento, apresentamos questões referentes à linguagem no que diz respeito a seu trabalho simbólico e à sua importância na construção de representações e na determinação das formas de significar e compreender o meio social e cultural, nas sociedades contemporâneas. Passaremos, agora, a partir dos trabalhos de George Lakoff (1987) e de Lakoff e Mark Johnson (2002), para a compreensão desses processos de produção de sentido sob uma perspectiva cognitiva que considera o funcionamento da mente humana através de sistemas de categorização. Entendendo que os recursos analíticos da semântica cognitiva desenvolvida por Lakoff podem servir aos propósitos de uma pesquisa de cunho sociocultural, conforme afirma Heloisa Pedroso de Moraes Feltes (2007), buscaremos apontar caminhos que possibilitem observar, pelo viés dos processos cognitivos de construção de sentido, como as pessoas significam cognitivamente os campos sociais e culturais a partir das práticas discursivas empreendidas em um dado contexto sócio-histórico e cultural.

Procurando compreender as formas de organização da mente humana e os processos cognitivos de produção de sentido, Lakoff (1987), em oposição aos

modelos lógico-formais da visão objetivista, argumenta em favor de uma visão da razão humana baseada na experiência. Essa postura passou a ser chamada Lingüística Experiencial e se apóia no princípio de que uma teoria que aborde a semântica das línguas naturais deve se ajustar a uma teoria geral da cognição, do desenvolvimento humano e da interação social.

Dentro dessa perspectiva, a noção de experiência se torna fundamental. Referida em um sentido amplo, ela inclui experiências sensório-motoras, emocionais, sociais, assim como capacidades inatas que dão forma a essas experiências e as tornam possíveis. Nas palavras de Lakoff (1987, p. 266):

A noção de experiência envolve a totalidade da experiência humana e tudo o que nela desempenha um papel – a natureza de nossos corpos, nossas capacidades geneticamente herdadas, nosso modo de funcionamento físico no mundo, nossa organização social etc.⁹

A partir dessa visão de experiência, esse autor define o significado em termos de corporalidade, *em termos de nossas capacidades biológicas coletivas e de nossas experiências físicas e sociais como seres funcionando em nosso ambiente*¹⁰ (LAKOFF, 1987, p. 267). Nesse sentido, a razão, por estar sustentada na experiência humana, possui uma base material. Sob essa ótica, Lakoff toma a questão do significado como inerente ao processo de categorização humana e assume que o sentido se constrói a partir da experiência com base naquilo que é significativo para seres pensantes. O significado é sempre determinado por organismos que possuem corpos de um determinado tipo, experienciam o ambiente de uma determinada maneira, entendem suas experiências segundo seus propósitos e valores e constroem um significado público compartilhado através de interações lingüísticas. A natureza do organismo pensante e a forma como ele funciona no ambiente sociocultural são, portanto, de fundamental importância para o estudo da razão e das formas de produção de sentido. Assim, o significado é o resultado de um processo de natureza cognitiva e social.

⁹ Tradução minha para: (...) the totality of human experience and everything that plays a role in it – the nature of our bodies, our genetically inherited capacities our modes of physical functioning in the world, our social organization, ect. (LAKOFF, 1987. p. 266).

¹⁰ Tradução minha para: (...) in terms of our collective biological capacities and our physical and social experiences as being functioning in our environment (LAKOFF, 1987. p. 267).

Lakoff (1987) considera as categorias como centrais para explicarmos como significamos nossa experiência, pois é através da categorização que ela se faz significativa para os indivíduos. Para o autor, as categorias, ao contrário do que é postulado pela visão objetivista, não são abstratas nem independentes da base material da experiência e dos recursos imagéticos da razão. Pelo contrário, elas são corporificadas na experiência humana, e a forma como utilizamos os mecanismos imagéticos é central para se compreender como nós construímos categorias a fim de significar nossa experiência. Nesse sentido, a razão possui uma base material e imaginativa e, se não todos, a maioria de nossos pensamentos envolve essas categorias, organizadoras de nossos sistemas conceituais. Elas estabelecem a relação entre o aparato cognitivo humano e o mundo de estímulos da realidade externa e são vistas como elementos dentro dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs). Estes, por sua vez, são definidos como *estruturas complexas, de caráter gestáltico, que organizam nosso conhecimento geral do mundo, em domínios físicos e abstratos, tal como o experienciamos bio-socio-culturalmente* (FELTS, 1992, p. 54).

Sob essa ótica, o significado é construído de duas formas: a partir de estruturas diretamente significativas, que emergem da experiência física e corporal, e a partir de estruturas imagéticas. As primeiras são denominadas estruturas de nível básico e de estruturas de esquema de imagens. As de nível básico dizem respeito a um nível intermediário de percepção gestáltica para objetos, estados, ações, propriedades etc., que é considerado mais básico. Já as estruturas de esquemas de imagem, também de caráter gestáltico, são baseadas em experiências físicas recorrentes, esquematizadas como representações mentais. Salienta-se que essas estruturas diretamente significativas atuam na categorização de domínios físicos, não-físicos e abstratos. Enquanto essas estruturas são diretamente estruturadas pela percepção, as imagéticas, por sua vez, aplicam os mecanismos imaginativos da razão e fazem uso de processos metafóricos e metonímicos, indo além do espelhamento real ou da representação da realidade externa. Dessa maneira, através da metáfora e da metonímia, enquanto formas básicas de processamento cognitivo, as estruturas diretamente

significativas são projetadas ou estendidas para domínios abstratos a fim de que estes possam ser estruturados e compreendidos.

Então, ainda para Lakoff (1987), as estruturas conceituais significativas surgem de duas fontes. Primeiramente, da natureza estruturada da experiência física e sociocultural e, em segundo lugar, de nossa capacidade inata para transpor, pelos mecanismos da razão, certos domínios estruturados da experiência física e social para domínios de natureza abstrata. Isso permite avançar no entendimento de categorias mais complexas que não têm aporte no domínio físico.

Dentro dessa percepção teórica, a capacidade de conceitualização ou de categorização torna o ser humano apto à razão abstrata, que requer basicamente três habilidades: a de transformar estruturas simbólicas de nível básico em estruturas diretamente significativas; a de projetar as estruturas de domínios físicos em estruturas de domínios abstratos, mantendo as relações entre os domínios, e a habilidade de formar conceitos complexos e categorias gerais, usando esquemas de imagens como mecanismos estruturantes. Essas habilidades, segundo Feltes (1992, p. 54), relacionam-se à capacidade de formar Modelos Cognitivos Idealizados. Sobre os sistemas conceituais humanos, Lakoff (1987, p. 206) esclarece:

O sistema conceitual humano é produto da experiência do homem, pois surge através do corpo. Não há conexão direta entre a linguagem humana e o mundo como se ele existisse fora dessa experiência. A linguagem do homem está baseada em conceitos deste, que são, por seu turno, motivados pela experiência humana.¹¹

Assim, considerando-se o fato de que os seres humanos utilizam categorias o tempo todo, o entendimento de como nós construímos nossos sistemas de conceitos por meio da linguagem se torna fundamental para uma compreensão de como pensamos e de como nossa experiência se torna significativa e, portanto, central para um entendimento daquilo que nos torna humanos.

¹¹ Tradução minha para: The human conceptual system is a product of human experience, and that experience comes through the body. There is no direct connection between human language and the world as it exists outside of human experience. Human language is based on human concepts, which are in turn motivate by human experience (LAKOFF, 1987, p. 206).

Lakoff (1987) toma a noção de categoria que emerge da Teoria Prototípica da categorização, desenvolvida por Eleanor Rosch, a qual preconiza a existência, dentro de uma categoria, de membros ou instâncias que possuem um *status* especial. Esses membros ou instâncias não seriam todos igualmente representativos, haveria entre eles assimetrias ou efeitos prototípicos, de modo que algum deles seria tomado como o exemplo mais representativo da categoria ou como seu protótipo. A formação de estruturas prototípicas na construção das categorias semânticas é governada por um princípio denominado “semelhanças de família”, no sentido atribuído por Wittgenstein (*apud* LAKOFF, 1987). Assim, as categorias semânticas são vistas como redes de atributos sobrepostos, e seus membros são considerados prototípicos na medida em que eles apresentem semelhanças de família com outros membros da categoria. Dessa forma, os elementos vistos como os mais representativos são aqueles com menor semelhança de família ou que pertençam a outras categorias.

A natureza das categorias e de seus atributos depende da interação do sujeito com a realidade. Nessa interação, o sujeito vê algumas categorias como mais básicas do que outras, de modo que aquilo que constitui uma estrutura básica para um indivíduo ou cultura é o resultado de uma interação entre a estrutura potencial fornecida pelo mundo, a ênfase particular e o estado de conhecimento do povo que está categorizando.

Lakoff (1987) considera os efeitos prototípicos como fenômenos superficiais e argumenta que essa prototipicidade teria fontes. Segundo ele, tais efeitos resultam do fato de que o conhecimento está organizado de uma determinada maneira, em termos de modelos cognitivos de variados tipos, e esses modelos seriam a fonte dos efeitos prototípicos verificados na categorização. O autor apresenta *a tese básica de que os efeitos prototípicos resultam da natureza dos modelos cognitivos que podem ser vistos como teorias sobre alguma matéria*¹² (LAKOFF, 1987, p. 45). Dentro dessa perspectiva, a questão do significado das expressões lingüísticas, já associada à natureza da categorização e, portanto, concebida sob a ótica da prototipicidade, passa,

¹² Tradução minha para: Our basic claim will be that prototype effects result from the nature of a cognitive models, which can be viewed as theories of same subject matter (LAKOFF, 1987, p. 45).

também, a depender de uma teoria dos Modelos Cognitivos, que são as fontes dos efeitos prototípicos.

1.2.2 Sobre a natureza dos Modelos Cognitivos Idealizados

A noção de Modelos Cognitivos Idealizados constitui o cerne da semântica prototípica de Lakoff. Eles são estruturas conceituais complexas, de caráter experiencial, que organizam nosso conhecimento geral do mundo. São construtos mentais que resultam da interação dos indivíduos com seu ambiente, via corporalidade, e, muito freqüentemente, são construídos com apelos a mecanismos imaginativos como metáforas e metonímias.

Tais modelos são idealizados porque selecionam, dentro de todos os traços possíveis do estímulo, aqueles que são sistematicamente mais eficazes ou significativos social ou instrumentalmente. Essa seleção é feita com base em razões múltiplas - crenças, valores, propósitos, pontos de vista, estado de conhecimento da comunidade, entre outras -, acarretando uma simplificação na estrutura conceitual. O caráter idealizado dos MCIs gera duas conseqüências: em primeiro lugar, eles não precisam se ajustar perfeitamente ao mundo e, depois, podem fazer com que os modelos forneçam maneiras contraditórias de entender um mesmo domínio de experiência.

Feltes (2007), citando Robert McCauley, argumenta que o conjunto dos MCIs constitui a superestrutura do nosso conhecimento de mundo. Uma característica desses modelos é o fato de que são elementos estáveis de nosso sistema de categorias. Em muitos contextos, os Modelos Cognitivos podem corresponder a modelos culturais, já que o sistema conceptual humano e várias categorias por ele geradas são, ao mesmo tempo, cognitivos e culturais. Isso resulta do fato de que a cognição humana está diretamente ligada à experiência corpórea, sociocultural e histórica. O que se entende, aqui, como modelos culturais são esquematizações coletivas, intersubjetivas, que se definem como propriedades de grupos já que são conhecimentos partilhados. *Os modelos culturais mudam de acordo com as situações, e tendo origem social, estão ligados a padrões de interação e comunicação* (FELTES, 2007, p. 90).

O modo como determinados indivíduos compreendem um dado segmento da realidade é o resultado de uma construção de natureza coletiva, seja porque se partilha, enquanto espécie, de um mesmo tipo de organismo, com potencialidades específicas, seja porque o modo de funcionamento no mundo é regulado pelas práticas socioculturais da comunidade da qual se faz parte. É importante destacar que os Modelos Cognitivos constituem teorias e descrições utilizadas para compreender o mundo e, além disso, definem-se como uma noção lingüístico-cognitiva. Desse modo, são considerados como meios convencionais que uma dada comunidade lingüística utiliza para compreender o mundo.

Como foi dito anteriormente, os Modelos Cognitivos são a fonte dos efeitos prototípicos, cujos protótipos fazem parte do trabalho da mente e são amplamente usados em processos racionais. Tais efeitos são subprodutos dessas estruturas cognitivas complexas, conseqüência do modo como nossas experiências se encontram organizadas na mente. Assim, a centralidade de determinada categoria ou modelo, para a compreensão de um dado domínio de experiência, é gerada a partir dos modelos que estão sendo usados em uma situação particular de interação, sendo, portanto, condicionada por fatores de ordem sociocultural.

Com base nesses apontamentos, constata-se que os Modelos Cognitivos apresentam um conjunto de propriedades ajustadas à natureza da cognição: são experienciais, apresentam uma natureza gestáltica, têm uma estrutura ecológica e são imaginativos. Desse modo, o sentido começa onde começa a experiência, e os conceitos lingüísticos só podem adquirir sentido no interior dos MCIs. Esses modelos são, portanto, os domínios dentro dos quais os conceitos adquirem significação.

1.2.3 Estruturação dos Modelos Cognitivos Idealizados

Os Modelos Cognitivos Idealizados utilizam quatro tipos de princípios estruturadores: as estruturas de imagens esquemáticas e as proposicionais, os mapeamentos metonímicos e os metafóricos. Os conceitos de nível básicos que consistem nas estruturas proposicionais fornecem a ontologia dos MCIs, enquanto os esquemas de imagens fornecem sua estrutura. Essas estruturas

cognitivas, que constituem a base para a formação de modelos mais complexos ou abstratos, são diretamente significativas porque estão relacionadas, respectivamente, a características do aparato cognitivo humano e a características básicas de sua experiência físico-corporal.

Com base nisso, afirmamos que nosso sistema conceitual é constituído por quatro tipos de modelos que contribuem de forma específica para a estruturação de diferentes domínios cognitivos e, em conseqüência, para a significação das expressões lingüísticas que a eles remetem. Esses modelos são denominados: proposicional, esquema de imagens, metafórico e metonímico. Os modelos proposicionais e os esquemas de imagens se caracterizam a partir das estruturas básicas que se sustentam nos domínios concretos da experiência. Já os metonímicos e metafóricos se definem como mapeamentos que fazem uso dos modelos estruturais.

Os modelos proposicionais são diretamente significativos e se constituem de entidades com propriedades particulares e das relações estabelecidas entre elas. Esses modelos são estruturadores de nosso conhecimento e possuem uma ontologia, o conjunto de elementos utilizados nos MCIs, os quais podem ser conceitos de nível básico – estado, entidades, ações, propriedades – ou caracterizados por modelos cognitivos de outro tipo. São exemplos de modelos proposicionais: as proposições simples, o cenário, o feixe de traços, a taxionomia e a categoria radial. Esses modelos auxiliam na estruturação da realidade

Os modelos de esquema de imagens também estão diretamente sustentados em nossas experiências materiais e consistem de imagens sinestésicas, ou seja, da percepção que temos do nosso corpo, do movimento corporal, do formato dos objetos. Eles impõem uma estrutura à experiência de espaço e são projetados para domínios conceituais abstratos através de metáforas e metonímias, estruturando modelos cognitivos mais complexos. Alguns exemplos de esquemas de imagens são: container, parte-todo, centro-periferia, origem-percurso-meta, para cima-para baixo.

Já os modelos metonímicos, como dito anteriormente, constroem sentido porque estão indiretamente sustentados nas experiências concretas. Conforme afirma Lakoff (1987, p. 77):

A metonímia é uma das características básicas da cognição. É extremamente comum as pessoas tomarem um aspecto bem entendido ou fácil de perceber de alguma coisa e usá-lo para significar a coisa como um todo ou algum aspecto ou parte dela.¹³

A metonímia, enquanto processo cognitivo básico, é regida por um princípio geral que toma a seguinte forma: existe um conceito A a ser compreendido para algum propósito em algum contexto. Há uma estrutura conceitual contendo tanto A e B. B ou é parte de A ou está intimamente ligado a ele nessa estrutura conceitual. Comparado com A, B é ou mais fácil de compreender, ou mais fácil de lembrar, ou mais fácil de reconhecer, ou imediatamente utilizável para a situação. Dessa forma, um modelo metonímico é um modelo de como A e B estão relacionados na estrutura conceitual, sendo que B pode representar o elemento A.

Em um sistema conceptual existem vários modelos metonímicos, que são usados para uma grande variedade de propósitos. O tipo mais característico é aquele no qual um membro ou subcategoria pode representar a categoria inteira com o propósito de fazer inferências ou julgamentos. Esses modelos metonímicos definem efeitos prototípicos, uma vez que alguma subcategoria, membro ou submodelo é usado para compreender a categoria como um todo. Esses processos estão ligados aos estereótipos sociais. A partir do momento em que uma categoria assume um modelo prototípico, ela adquire um *status* socialmente reconhecido e definido, com base em um contexto cultural, de modo que expectativas sociais e culturais são definidas na compreensão daquele conceito ou no domínio de experiência.

Os modelos metafóricos, assim como os metonímicos, são indiretamente significativos, pois consistem na projeção de domínios concretos da experiência humana para domínios abstratos. Como observa Lakoff (1987, p. 278):

Os esquemas que estruturam nossa experiência corporal, preconceitualmente, possuem uma lógica básica. As correlações estruturais preconceituais percebidas na experiência motivam metáforas que transpõem essa lógica para domínios abstratos. Por isso, o que tem sido chamado de razão abstrata possui uma base material na

¹³ Tradução minha para: Metonymy is one of the basic characteristics of cognition. It is extremely common for people to take one well-understood or easy-to-perceive aspect of something and use it to stand either for the thing as a whole or for some other aspect or part of it (LAKOFF, 1987, p. 77).

experiência física diária dos seres humanos. É isso que nos permite sustentar uma teoria da produção de sentido e da racionalidade em aspectos do funcionamento corporal¹⁴

Nesse sentido, os modelos metafóricos se caracterizam pela existência de um domínio conceitual de experiência A, bem estruturado e significativo (modelos proposicionais e modelos de esquema de imagens), denominado domínio-fonte, e um domínio conceitual B, que carece de estruturação para efeitos de sua compreensão, denominado domínio-alvo. Há um mapeamento ou projeção metafórica que liga o domínio-fonte ao domínio-alvo. Projeção esta motivada, naturalmente, por uma correlação estrutural existente entre os domínios, de tal modo que a estrutura do modelo cognitivo no domínio-fonte é mapeada para uma estrutura correspondente no domínio-alvo. As metáforas são um importante aspecto do processamento cognitivo, pois fazemos uso, cotidianamente, de complexos conceituais metafóricos os quais, ao mesmo tempo em que têm sua base na experiência bio-sociocultural do indivíduo, orientam seu raciocínio e seu agir social. Nesse sentido, os mapeamentos metafóricos nos fornecem uma boa percepção dos valores e da organização de uma cultura.

Conforme apontam Lakoff e Johnson (2002), há três tipos principais de processamento metafórico. O primeiro diz respeito às metáforas estruturais, as quais tratam dos casos em que *um conceito é estruturado metaforicamente em termos de outro* (p.59). O segundo consiste nas metáforas orientacionais, que organizam todo um sistema de conceito em relação a outro conceito. Nesse tipo de metáfora, está, sobretudo, a idéia de orientação espacial (para cima, para baixo, para frente), o que nos permite entender que, coisas positivas, como a felicidade, por exemplo, são orientadas para cima e para frente; da mesma forma como as negativas são orientadas para baixo ou para trás. O terceiro se refere às metáforas ontológicas, motivadas pelas experiências que temos com objetos físicos, assim, concebemos atividades, emoções como entidades e substâncias. A personificação é o tipo de metáfora ontológica mais comum.

¹⁴ Minha tradução de: Schemas that structure our bodily experience preconceptually have a basic logic. Preconceptual structural correlations in experience motivate metaphors that map that logic onto abstract domains. Thus, what has been called abstract reason has a bodily basis in our everyday physical functioning. It is this that allows us to base a theory of meaning and rationality on aspects of bodily functioning (LAKOFF, 1987, p. 278).

Lakoff (1987) destaca o papel fundamental desempenhado pelas interações lingüísticas e pelos aspectos socioculturais na construção e transformação dos nossos sistemas de conceitos. Nesse sentido, a partir da explicitação de nossos Modelos Cognitivos é possível compreender, em um âmbito cognitivo, como significamos o mundo em nossas práticas discursivas de uso da linguagem. Isso faz com que a teoria dos MCIs se torne mais que uma abordagem cognitivista, por se tratar de uma postura não só de compreensão dos processos cognitivos de significação como também de uma percepção da própria estruturação da experiência por meio da linguagem.

Isso significa que, ao explicitar como adquirimos nossos conceitos, como os relacionamos a nossos domínios materiais de experiência, quais as características específicas que os definem, como compreendemos nossos atuais conceitos e como nós podemos vir a compreender diferentes sistemas conceituais, estaremos mapeando as convenções sociais e culturais que governam, em um nível simbólico, nossos processos de compreensão e de significação do mundo.

Os mecanismos de processamento cognitivo envolvidos na estruturação dos Modelos Cognitivos, uma vez que geram protótipos, criam convenções sociais e culturais que orientam o raciocínio e as ações dos sujeitos. Nesse sentido, interessa-nos observar como tais modelos funcionam nos processos de produção e de interpretação dos textos, os quais ao mesmo tempo em que formam essas representações mentais são por elas formados no curso das interações sociais.

Neste trabalho, dispensaremos especial atenção aos modelos metafóricos. Nota-se que o fenômeno da metáfora, assim como os outros processos cognitivos, pode ser observado a partir das dimensões da linguagem, da cognição e da cultura, permitindo interligar esses três aspectos e apontar para a integração de metodologias na construção de uma abordagem sociocognitiva das práticas de linguagem. No próximo capítulo, voltaremos nosso olhar para a formulação de uma proposta de abordagem das práticas discursivas no campo político.

Capítulo 2

LINGUAGEM, POLÍTICA, COGNIÇÃO E CULTURA: CONVERGÊNCIAS

2.1 Linguagem, cognição e cultura

Com base nas abordagens teóricas expostas anteriormente, o foco de nossa reflexão, neste capítulo, volta-se para as relações entre linguagem, política e cultura, objetivando compreender os processos de produção de sentido no domínio político. Para considerar a convergência entre os domínios do lingüístico, do cognitivo, do cultural e do político, pretendemos desenvolver uma análise que assuma a articulação da Lingüística Cognitiva com a Análise Crítica do Discurso (ACD). Com isso, buscamos o reconhecimento da importância das práticas discursivas e das formas culturais e sociais que as embasam nos processos de produção de sentido.

Tendo em vista a importância do discurso na prática política e considerando a metáfora como fenômeno discursivo de valor cognitivo, enfocaremos os aspectos das práticas políticas empreendidas pela mídia, no processo de transição política da década de 1980, que são engendrados e materializados por meio de determinados processos discursivos metafóricos. Partimos da idéia de que a experiência política desse período histórico estrutura conceitos que constituem o imaginário político brasileiro, os quais são representados metaforicamente. Nessa perspectiva, consideramos que a análise do funcionamento da linguagem implica inferir a existência de uma unidade conceitual baseada em um sistema de valores e de conhecimentos culturais socialmente compartilhados pelos sujeitos históricos.

Se, como observa Lakoff e Johnson (2002), os processos metafóricos constituem nosso sistema conceitual, e a linguagem é compreendida como uma das atividades cognitivas mais características, então, suas manifestações podem contribuir para a apreensão da natureza desse sistema. A hipótese em questão é a de que a atividade de linguagem está fundada no mesmo sistema conceitual de outras atividades como, por exemplo, o agir e o pensar. Nessa ótica, a linguagem se torna uma fonte de evidência importante do modo como esse sistema está estruturado.

Segundo Lakoff (1987), os conceitos que constituem nossos sistemas conceituais são formados a partir das experiências físicas, sociais e culturais dos sujeitos, ou seja, a produção de sentido é condicionada pelo meio social e cultural em que tais sujeitos estão inseridos. Tais sistemas, como apontamos anteriormente, organizam-se sob a forma de Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), os quais se traduzem na forma de representações sociais. Estas, por sua vez, caracterizam-se sendo compartilhadas por uma coletividade, além de definirem as formas de representação e organização do meio social, ainda que possam variar de uma sociedade para a outra.

Esses Modelos Cognitivos, uma vez compostos histórica e culturalmente, são formados a partir das relações intersubjetivas e, desse modo, pelos processos de interação constitutivos das práticas discursivas e sociais. A linguagem, portanto, não só desempenha um papel fundamental como parte dos processos de formação dos sistemas de conceitos, mas também dos processos de constituição dos sistemas de representação que orientam a produção de sentido. Dessa forma, o exame das práticas discursivas pode possibilitar: a compreensão do processo cognitivo de produção de sentido pelos sujeitos, a compreensão das práticas sociais e, em uma perspectiva mais ampla, a compreensão dos processos de instituição das significações sociais imaginárias.

2.1.1 Do sistema conceitual às práticas discursivas e sociais

Dada a importância das interações lingüísticas para a formação do nosso sistema conceitual e, conseqüentemente, para a estruturação dos Modelos Cognitivos, destacamos a possibilidade de uma compreensão mais ampla dos

processos cognitivos e das formas de significação a partir da sua articulação com as noções de prática textual, discursiva e social, definidas pela ACD.

Como asseveram Lakoff e Johnson (2002), os processos metafóricos de natureza corporificada moldam a forma como nós conhecemos o mundo por meio de um sistema conceitual responsável pela produção de sentido. As metáforas, além de estarem infiltradas na linguagem e de definirem os sentidos veiculados nas práticas discursivas, também determinam nossa maneira de perceber, pensar e agir. Esses processos estabelecem o modo como conceituamos nossas experiências materiais ou abstratas. Os autores chamam a atenção para a existência de uma base lingüística que constitui a base material concreta dos fenômenos metafóricos.

Diferentemente das abordagens tradicionais, que estudavam as metáforas em termos apenas de fenômenos lingüísticos, esses processos cognitivos não residem em traços estritamente da linguagem, embora as estruturas lingüísticas sejam consideradas como a materialidade concreta a partir da qual se torna possível explicar os fenômenos metafóricos, em termos de uma dimensão conceitual mais abstrata.

Então, ao indicar a linguagem como principal evidência da existência das metáforas em nossa mente, Lakoff (1987), e Lakoff e Johnson (2002), apontam a análise lingüística como forma privilegiada de alcançarmos as maneiras de organização de nosso sistema conceitual, bem como o modo que ele está organizado em MCIs e, portanto, como compreendemos e significamos o mundo.

Essa preocupação, levantada pelos autores mencionados, aproxima-se da abordagem da ACD, que defende a necessidade de se desenvolver uma análise lingüística das práticas discursivas. No âmbito da análise crítica, conforme discutido no capítulo I, a linguagem é vista como prática social e, por isso, o sentido das estruturas lingüísticas restringe e constitui as estruturas sociais - formas de cultura e de conhecimento - ao mesmo tempo em que é moldado por elas. Sob esse olhar, o sentido não é inerente às estruturas lingüísticas, ou seja, o sentido metafórico ultrapassa a dimensão da significação da frase e se processa no nível da prática discursiva, *ele depende de quem fala ou ouve a frase, como também de suas posições políticas e sociais* (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 55).

É preciso destacar, por um lado, que a ACD opta por uma abordagem discursiva, privilegiando a análise das relações entre linguagem e sociedade. Mais especificamente, ao conceber a linguagem como discurso, a ACD a considera como uma prática social, assumindo a importância do contexto nos processos de significação. Por outro lado, a abordagem semântico-cognitiva, adotada neste trabalho, surge no campo das ciências cognitivas e, como tal, se dedica, sobretudo, ao estudo dos processos mentais, voltando seu foco para as relações entre linguagem e cognição. Porém, Lakoff - tanto no livro de 1987 quanto no elaborado em parceria com Johnson (2002) -, apesar de focar nos aspectos cognitivos do sentido, ressalta, com base em sua perspectiva experientialista, que nossos sistemas conceituais são constituídos sócio, histórico e culturalmente.

Pode-se dizer, então, que o enfoque lingüístico-discursivo da ACD se orienta na elaboração de um conjunto de princípios que delimitam certas condições socioculturais e possibilitam a compreensão do processo de significação dos mapeamentos metafóricos com base em determinadas práticas discursivas. A abordagem semântico-cognitiva encontrada em Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (2002), por sua vez, empreende uma investigação acerca dos processos de categorização que estruturam a experiência humana em geral, voltando sua atenção para o entendimento da maneira como nosso sistema conceitual estabelece relações com as práticas de linguagem. Tal sistema, ao mesmo tempo em que determina os sentidos dessas práticas, é por elas organizado na forma de MCIs - fontes de representação e de significação da experiência de mundo.

Sob essa ótica, parece-nos possível propor uma articulação entre as duas abordagens apontadas, uma vez que nosso sistema conceitual se organiza sob a forma de MCIs, os quais constituem o conjunto de conhecimentos socioculturais e historicamente compartilhados pelos indivíduos de uma determinada cultura ou mesmo de um dado grupo social. Dessa forma, esse sistema conceitual antecede e determina o uso da linguagem e suas condições de significação.

Outro ponto a ser considerado diz respeito à natureza dos Modelos Cognitivos. Como já observado, eles se constituem histórica e culturalmente e,

como tais, são engendrados a partir das relações intersubjetivas, estando condicionados aos processos de interação constitutivos das práticas discursivas e sociais. Esses modelos resultam de nossas experiências, das interações diárias que estabelecemos com outras pessoas e com nossos ambientes físicos e culturais. Assim, as interações lingüísticas e os sentidos por elas veiculados desempenham um papel fundamental na constituição dos Modelos Cognitivos.

Desse modo, se o conjunto dos MCIs constitui nosso conhecimento cultural geral de mundo, podemos, então, indicar a existência de uma relação bidirecional entre eles e as práticas discursivas. Como vimos no capítulo I, o conhecimento e o discurso pressupõem um ao outro, de modo que os Modelos Cognitivos apresentam, assim como os discursos, as dimensões lingüística, cognitiva, social, cultural e histórica. As metáforas, enquanto um dos processos mentais organizadores desses modelos, são também culturais na medida em que são experienciais e podem ser compreendidas se levarmos em conta os conhecimentos e valores culturais partilhados pelos membros de uma mesma comunidade.

A necessidade de adequação ao meio cultural e social faz como que as metáforas criem realidades sociais. Isto é, os Modelos Cognitivos são representações da realidade porque constituem formas de identificar um tipo de objeto ou de experiência, ressaltando certas propriedades, atenuando outras e, mesmo, escondendo outras. Esse processo, como se sabe, resulta do acordo entre crenças, valores, propósitos, pontos de vista e conhecimentos culturais partilhados pelos membros pertencentes a um determinado grupo sociocultural. Como observam Lakoff e Johnson (2002), a compreensão e o reconhecimento de determinadas representações como adequadas ao nosso contexto social são, necessariamente, relativas a nossos sistemas conceituais.

Vale lembrar que, devido à existência de conceitos e valores conflitantes no interior e através das diferentes culturas e grupos sociais, os sistemas conceituais estão em constante mudança, de modo que se encontram diferentes sistemas coexistindo em um dado contexto histórico-cultural. Juntamente com esses sistemas, as formas de compreensão e de representação do mundo também variam. Assim, os Modelos Cognitivos são constantemente construídos e

negociados nas nossas interações diárias com as outras pessoas e com os diversos ambientes culturais.

Dessa forma, a perspectiva de Lakoff (1987) e Lakoff e Johnson (2002) destaca o papel da instância conceitual e, portanto, dos MCIs, que servem de base para a significação de qualquer evento discursivo. Considerando-se que as metáforas, enquanto um dos processos formadores desses modelos, não podem ser entendidas nem do ponto de vista estritamente lingüístico nem do estritamente cognitivo, por constituírem processos de compreensão e representação do mundo, elegemos a perspectiva da ACD, que nos fornece meios para expandirmos a compreensão desses processos cognitivos para a dimensão sociocultural constituinte dos eventos discursivos. Nesses eventos, os sentidos se definem pelo uso que os sujeitos históricos fazem da linguagem em um contexto social, histórico, político e cultural específico.

Como se sabe, os eventos discursivos, enquanto instâncias de uso da linguagem, são vistos, da perspectiva da ACD, como prática textual, discursiva e social. Como prática textual, eles se materializam por meio de estruturas lingüístico-cognitivas que ativam determinados Modelos Cognitivos. Como prática discursiva e social, esses processos devem ser situados em um contexto social mais amplo, explicitando os sentidos produzidos e os valores envolvidos nas representações que eles engendram. No nível da prática discursiva, a atenção se volta para os sujeitos envolvidos no evento discursivo em questão e para a visão de mundo desses sujeitos, bem como para os domínios da nossa experiência social e cultural, que são ativados no processo de compreensão de um determinado domínio. No caso deste trabalho, voltaremos nossa atenção para o domínio da política.

2.1.2 Política e linguagem

Ajustando essas considerações ao objeto de análise deste trabalho, faz-se necessário, antes de tudo, destacar a importância do discurso como lugar de construção das relações políticas e como principal instrumento de sua prática. Em outras palavras, compreendemos que o discurso constitui o instrumento básico da prática política. Estamos assumindo que a experiência humana é formada na

base de um sistema conceitual, e que as práticas discursivas são representativas do modo como estruturamos nossa vida em suas diferentes esferas. Nessa perspectiva, o discurso político emerge como uma instância do uso da linguagem, especialmente significativa para o estudo das relações entre nossos sistemas de conceitos, os processos lingüísticos e a ação dos sujeitos.

Segundo Paul Chilton, (2006), quando se considera o domínio da política, destacam-se duas correntes ligadas aos estudos tradicionais da política e aos estudos discursivos desse domínio. A política pode ser vista, por um lado, como luta entre aqueles que pretendem estabelecer e/ou manter seu poder e aqueles que resistem ao poder imposto. Por outro lado, pode ser considerada como cooperação, como práticas e instituições através das quais uma sociedade soluciona divergências de interesse sobre aquilo que Teun A. Van Dijk (1999), chama de recursos de poder como, por exemplo, o dinheiro, a influência e a liberdade.

Atravessando essas duas orientações, ainda segundo Chilton (2006), há que se considerar dois níveis políticos: o micro e o macro. No nível micro, em que se utiliza uma variedade de técnicas para interação, existem os conflitos de interesses, as lutas por dominação e os esforços na cooperação entre os indivíduos, entre os gêneros e entre os grupos sociais de vários tipos. Já no nível macro, encontramos as instituições políticas do Estado, os partidos e os políticos profissionais, com práticas mais ou menos estáveis.

O que é importante mencionar aqui, pelo que aponta Chilton (2006), tendo em vista a nossa atenção para a relação entre política e linguagem, é que os dois níveis constituem, na verdade, formas de ação lingüística, ou seja, discurso. Nessa perspectiva, as formas de interação são centrais na política na medida em que ela envolve a reconciliação de diferenças através de discussão, sendo as dimensões lingüística e discursiva essenciais para sua prática.

Chilton (2006), argumenta que a ligação entre política e linguagem está no reconhecimento, por um lado, de que o ser humano é naturalmente uma criatura política e, por outro, de que a linguagem é uma competência genética do homem, que se desenvolve a partir das relações sociais para desempenhar funções sociais. Essas funções correspondem ao que entendemos como política. Isso

porque, mesmo se considerarmos que o instinto humano para a linguagem é politicamente neutro, deve-se assumir que na comunicação as características culturais transmitidas através da linguagem atendem, inegavelmente, embora não somente, às necessidades da política (CHILTON, 2006, p. 6).

Torna-se claro, então, que a atividade política não seria possível sem o uso da linguagem, pois o fazer político se constitui essencialmente através dela. As práticas de linguagem, por sua vez, surgem da socialização dos seres humanos, envolvendo suas diferentes formas de organização social. Isso implica reconhecer que a linguagem está presente na política tanto em seu nível micro, no curso das interações entre os indivíduos, quanto no macro, por meio das formas de discurso específicas, definidoras das instituições políticas.

Nesses termos, as ações políticas são realizadas, fundamentalmente, mediante práticas discursivas, e o caráter definidor da dimensão política consiste na demarcação de um compromisso estreito entre linguagem e ação. As práticas discursivas, entre as quais podemos citar a mídia, ao trazer para o espaço público os conflitos entre as diferentes posições ideológicas, representativas das demandas políticas das diversas instâncias da sociedade, condicionam atitudes políticas e formas de agir com base nas representações construídas na linguagem.

2.1.3 Discurso político e cognição

Assumindo, portanto, que o discurso é o lugar privilegiado da prática política, buscaremos explorar algumas das relações entre o discurso e a cognição políticos como encontrado em Teun A. Van Dijk (2002). Segundo o autor, esses dois campos têm sido estudados separadamente, sendo a ligação entre eles tão ignorada que muitos estudiosos desconsideram a natureza cognitiva do discurso político.

A ligação entre os domínios político e cognitivo está nas representações mentais que as pessoas partilham enquanto atores políticos. Desse modo, a cognição política se volta para o estudo dessas representações, que são constituídas pelos conhecimentos e opiniões sobre políticos, partidos. Também por serem partilhadas socioculturalmente, são negociadas e consumidas por meio

das várias formas de textos e de fala durante nossa socialização, educação formal e usos da mídia. Nessa perspectiva, dado o importante papel das formas de interação lingüística na ação e participação políticas, o processamento da informação política pode ser caracterizado como uma forma de processamento discursivo e, como tal, sofrendo influência das representações sociais compartilhadas no interior de uma sociedade.

Dentro da perspectiva da ACD, uma abordagem teórica e empírica do discurso político deve buscar explicitar como as estruturas do discurso podem estar relacionadas às propriedades das estruturas e dos processos políticos. Isso requer uma abordagem do nível macro de análise política e do nível micro de análise lingüística. Segundo Van Dijk (2002), a lacuna existente entre os dois níveis só pode ser adequadamente resolvida através de uma abordagem que leve em conta o aspecto cognitivo do discurso político, de modo que seja possível explicitar a ligação entre a unicidade e a variação das formas de interações políticas e as representações sociais e politicamente partilhadas nos grupos políticos e instituições.

Segundo Chilton (2006), as abordagens lingüísticas que articulam os aspectos cognitivos do processamento discursivo consideram o discurso político um produto de processos mentais individuais e coletivos. Esse tipo de abordagem articula vários níveis e dimensões do domínio político que se encontram inter-relacionados. Van Dijk (2002, p. 204) aponta: um nível base que consiste nos atores políticos individuais, suas crenças, discursos, relações e interações em situações políticas; um nível intermediário que consiste nos grupos e instituições políticas com suas representações partilhadas, discursos e formas de interação e um último nível que se constitui dos sistemas políticos, suas representações abstratas, ordens do discurso e processos sociopolíticos, culturais e históricos.

Tendo em vista esses níveis, Van Dijk (2002) menciona duas formas através das quais discurso e política podem se relacionar. A primeira se refere à descrição sociopolítica, em que os processos políticos e as estruturas discursivas são constituídos por eventos situados, interações e discursos de atores políticos em contextos específicos. A segunda diz respeito à descrição sociocognitiva em que as representações políticas compartilhadas se relacionam com as

representações individuais. Nesse sentido, a cognição política figura como uma interface teórica indispensável entre as dimensões individual e coletiva da política e seu respectivo discurso.

A cognição política se preocupa, desse modo, com os vários aspectos do processamento da informação e procura explicitar como as representações mentais sobre situações políticas, eventos, atores e grupos são adquiridas, negociadas e estruturadas discursivamente. No estudo dessas representações, faz-se necessário destacar, primeiramente, a importância do contexto político do discurso e a forma como ele é cognitivamente definido e estruturado no processo de produção e compreensão dos textos políticos. Em segundo lugar, a necessidade de atentar para as estruturas lingüísticas do discurso político, já que definem as representações mentais e se relacionam com as estruturas e os processos políticos.

A estrutura do discurso político está relacionada à das representações políticas e, para se compreender como os sentidos são produzidos, deve-se explicitar o modo como se estruturam tais representações. Nessa perspectiva, os MCIs, como formas cognitivas e socioculturais de estruturação das representações sociais, adquirem um papel crucial na construção de uma interface entre as representações socialmente partilhadas e as representações mentais e individuais, constituídas cognitivamente. Esses modelos apresentam uma dimensão cognitiva - sendo construídos pelos atores políticos para produzir e compreender os discursos e ações - e uma dimensão social, constituída pelas representações sociais partilhadas.

Compreendidas sob a perspectiva dos Modelos Cognitivos, considera-se que muitas de nossas representações são esquematicamente organizadas. Como discutido anteriormente, tais modelos, ao estruturarem nossa experiência política com base em processos sustentados em experiências sociais e culturais, criam a realidade a partir de determinados valores e crenças, representando papéis e atitudes e definindo formas de ação política. Essas estruturas cognitivas definem a compreensão dos eventos políticos.

Isso significa que os modelos cognitivos, por consistirem formas de identificar objetos e experiências a partir do realce ou atenuação de determinadas

propriedades, constroem a realidade de diferentes formas, invocando não apenas diferentes avaliações como também diferentes perspectivas ontológicas. No processo de significação, os indivíduos articulam as interpretações de declarações produzidas por outros indivíduos, inserindo-as em suas representações mentais da realidade. Portanto, as representações não são individuais, mas coletivas, intersubjetivas, construídas e partilhadas através das práticas discursivas.

Os textos permitem às pessoas construir esses Modelos Cognitivos. Todas as formas de textos fazem afirmações sobre entidades, lugares e relações existentes entre eles. Nesses textos, são feitas afirmações sobre o *status* ontológico das entidades em um mundo representado, sendo que tais entidades e as relações entre elas podem ser representadas, de acordo com o seu contexto de produção, como: fisicamente necessárias, socialmente impostas ou moralmente imperativas. As representações cognitivas desempenham, portanto, um papel crucial na estruturação do contexto político e na produção e compreensão do discurso.

Conforme mencionado acima, a investigação de como as representações mentais são construídas nas práticas discursivas, além de exigir uma atenção para o contexto e os processos políticos, requer, também, um exame cuidadoso dos vários aspectos da estrutura lingüística. Os processamentos cognitivos metafóricos, tomados para o desenvolvimento de nossas discussões, apresentam uma materialidade lingüística. As metáforas lingüísticas indicam o modo como os Modelos Cognitivos estão estruturados, desempenhando o papel de ativadoras desses modelos e das representações que os constituem no processo político de interação. Essas estruturas lingüísticas são importantes para a compreensão dos eventos políticos, pois, ao indicarem a forma de raciocinar sobre o domínio político, definem, também, a forma como significamos esse domínio a partir daquelas representações e dos conhecimentos que são partilhados no interior de uma dada sociedade.

Esse olhar sobre as estruturas do discurso político busca relacionar os diferentes tipos de representações cognitivas com as estruturas dos textos e da fala, pois, muitas vezes, o significado e a estrutura do discurso político derivam

dos Modelos Cognitivos e das representações políticas que deles emanam. Essas representações definem processos e sistemas políticos e controlam as formas de ação daqueles que as partilham. Caracterizadas em termos de estruturas cognitivas, as representações definem como os participantes de uma interação política compreendem seus eventos e situações, atribuindo sentido aos discursos em contextos específicos.

Chilton (2006) reforça essa concepção afirmando que as estruturas lingüísticas podem ser usadas para realizar determinadas funções estratégicas no discurso, entre elas: a coerção, a representação, a legitimação ou não de determinada representação. Isso significa que a escolha de determinadas metáforas para estruturar o domínio político se deve à visão de mundo do grupo envolvido e, também, ao conjunto de conhecimentos socioculturais partilhados. Nesse jogo de disputa característico do uso da linguagem, os atores políticos buscam promover sua representação particular do mundo.

Assim, ainda segundo Chilton (2006), por trás da abordagem lingüística e cognitiva do discurso, reside a idéia de que os discursos são produzidos com base no pressuposto de que os interlocutores compartilham um conhecimento comum em relação às afirmações e conceitualizações presentes nesses discursos. Esse conjunto de conhecimentos partilhados é a base para o processamento dos sentidos pelos indivíduos envolvidos nas interações políticas.

Van Dijk (2002) aponta a existência de dois tipos de conhecimento fundamentais para o processamento dos sentidos no discurso político. Primeiro, o conjunto de conhecimentos compartilhados por um grupo específico de pessoas e que é tido como senso comum no nível do grupo. Em segundo lugar, o conjunto dos conhecimentos culturais gerais, partilhado por vários grupos em uma sociedade. Esse segundo tipo é considerado a base de toda interação e comunicação em uma sociedade e é, geralmente, pressuposto no discurso. Quanto aos conhecimentos de grupo, vale lembrar que, devido à constante oposição entre grupos, a maioria dos conhecimentos políticos é vista como opinião política.

Considera-se, então, que todos os membros de uma cultura compartilham um conjunto de conhecimentos comuns que consiste no senso comum. Do

mesmo modo, para cada grupo se distinguem os conhecimentos e as atitudes comuns a seus membros, que são organizados pelas ideologias e pelas crenças coletivas. Esses tipos de conhecimento são definidos como formas de cognição cultural e de grupo e servem como base das ações individuais e coletivas uma vez que se constituem a partir dos Modelos Cognitivos, os quais formam a base cognitiva de todas as práticas sociais, incluindo a produção e a compreensão dos discursos. Nesse sentido, para se compreender os processos de significação dos discursos políticos, devem ser considerados os Modelos Cognitivos e os conhecimentos e crenças gerais ou de grupo que os constituem.

Esse conjunto de conhecimentos definido como senso comum é amplamente estudado pela ciência cognitiva e, segundo Lakoff (1996), possui uma estrutura conceitual que é usada inconscientemente, exatamente o que o torna senso comum. Esses conhecimentos envolvem um elaborado sistema de conceitos que usamos para pensar e falar sobre nossas experiências.

Tendo em vista que o discurso político se fundamenta nesse senso comum, tornam-se imperativos, conforme afirma o mesmo autor, seu estudo e a explicitação de como ele é profundo, complexo e sofisticado, especialmente nos domínios da política e da moral. A compreensão do discurso político e do modo como adquirimos nossos conceitos políticos envolve, necessariamente, o estudo dos processos que organizam nossos sistemas conceituais. Neste trabalho, damos especial atenção ao funcionamento das metáforas conceituais.

Como se sabe, as metáforas constituem um componente importante dos sistemas conceituais, estruturando nossos Modelos Cognitivos, dos quais emanam representações sociais. A descrição dos processos que constituem nossos sistemas conceituais busca explicitar o funcionamento da mente humana, a qual, como afirma Lakoff (1996), cria sistemas políticos de pensamento e raciocínio e os utiliza no dia-a-dia. Dessa forma, o estudo dos sistemas conceituais contribui, sobremaneira, para o entendimento da moral e da vida política, permitindo-nos compreender melhor nossa vida social e política.

Assumimos que nossas formas de raciocínio, de pensamento político e aquelas às quais estamos expostos diariamente constituem formas metafóricas que envolvem conhecimentos de senso comum. Nessa perspectiva, os Modelos

Cognitivos, estruturados metaforicamente, sustentam-se nos conhecimentos da cultura no interior da qual emergem e, por isso, são facilmente reconhecidos e compreendidos. Isso significa que a produção de sentido no domínio político é amplamente condicionada por fatores culturais.

Reforçando essa idéia, Chilton (2006) atenta para o fato de que os mapeamentos metafóricos constituem complexas articulações de sentido que envolvem fatores cognitivos, definidos a partir de sistemas representacionais, que são formas específicas de estruturação de conhecimentos culturais. Considerando-se que o discurso político é significado em termos desses processos cognitivos, as metáforas, enquanto mecanismos de representação, articulam aspectos socioculturais na constituição da situação política.

Vale lembrar que os modelos que emanam desses processos são condicionados pelas ideologias e pelas visões de mundo das pessoas que estão conceitualizando, de modo que é comum elas operarem com diferentes modelos. Em relação a esse aspecto, destacamos o fato de que diferentes representações estão sempre convivendo no domínio político na tentativa de se tornarem representações hegemônicas. Salientamos essa questão devido à complexidade do período histórico a que estamos nos referindo. A instabilidade e a complexidade das relações políticas características da década de 1980 propiciaram o surgimento de diferentes posições e representações que, muitas vezes, podem estar em conflito.

Dado o caráter cultural e social desses Modelos Cognitivos e a sua importância na estruturação do discurso político e, portanto, no funcionamento social da linguagem, considera-se que sua descrição indicará como as práticas discursivas, enquanto práticas sociais de conceitualização e significação das nossas experiências, instauram sistemas de representação que atuam na construção de uma realidade geopolítica cultural, determinando as formas de se compreender e significar o Brasil e sua conjuntura política no período de transição política.

2.2 Processos de instituição dos imaginários geopolíticos: mídia, discurso e cultura

A discussão desenvolvida até o momento sobre o que constitui a natureza da linguagem e das formas de processamento cognitivo do sentido no campo político teve como objetivo constituir uma sustentação teórica capaz de explicar o modo como os sentidos são elaborados, de um ponto de vista social e cognitivo, a partir das práticas discursivas. Nosso interesse se volta, a partir de agora, para o entendimento do panorama de discursividades construído pela mídia e para a investigação das formas como esta constrói mapas de referência os quais articulam nossa compreensão do mundo. Nessa perspectiva, considerando-se o importante papel da mídia nas sociedades contemporâneas, tomamos a proposta de Margarethe Born Steinberger (2005) de compreensão da mídia em termos de uma geopolítica da cultura.

Concebendo a mídia como espaço simbólico no qual se articulam problemas de ordem cultural, Steinberger (2005) defende a necessidade de criação de uma epistemologia crítica de abordagem das práticas jornalísticas que privilegie, por meio da análise de discurso, o estudo crítico do objeto informação. De acordo com a autora, trata-se de desautomatizar *as leituras que fazemos dos acontecimentos e a própria compreensão sobre as práticas sociais onde e como tais leituras são produzidas em sociedade* (STEINBERGER, 2005, p.67). Nesse caso, deve-se considerar, sobretudo, uma “geopolítica cultural” em que a mídia é tomada como um espaço no qual se constituem as reconversões discursivas, as simplificações de mundo e as significações sociais imaginárias da realidade.

A visualização da mídia como problemas de mediação exige o reconhecimento não só de seu caráter cultural, mas também do discursivo, por se tratar de uma instância, sobretudo, representativa. O reconhecimento do caráter discursivo, constitutivo das práticas midiáticas, requer uma teorização que permita avaliar de que modo esses discursos figuram como questão cultural na medida em que a própria mídia é a responsável pelo estabelecimento das condições de produção dos discursos que veicula. Nesse sentido, Steinberger (2005) destaca que cada discurso constrói seus sistemas de referência, os quais são mobilizados na cadeia de significantes, sendo os sentidos um efeito da relação entre discurso, sujeitos e contextos socioculturais e históricos de produção.

A proposta de uma geopolítica cultural justifica-se, acompanhando as palavras de Steinberger, pela necessidade de elaboração de uma nova ordem de compreensão dos sentidos, que se volte, essencialmente, para o entendimento das condições de produção dos discursos. Na sociedade contemporânea, os espaços geopolíticos se transfiguram em objetos simbólicos, que são construídos discursivamente por meio da mídia e consumidos sob a forma de representações. Dado o aspecto constitutivo dos discursos, os sistemas de representação construídos pela mídia, que dão origem às representações geopolíticas, são tidos como resultado de um trabalho social, pois construir discursivamente representações sociais do mundo é uma forma de produzi-lo socialmente. Nessa perspectiva, a mídia se define como um modo de agir sobre o mundo.

Sob essa ótica, sendo a mídia a maior articuladora de significações sociais imaginárias na contemporaneidade, a geopolítica da cultura se converte em uma geopolítica da mídia. Ainda de acordo com Steinberger (2005, p. 122), uma geopolítica da cultura deve desenvolver teorias que expliquem as novas formas de estruturação do poder no âmbito do capitalismo informacional, deve ser capaz de descrever e explicar as formas de instituição dos discursos ao longo da história e, principalmente, de examinar as formações discursivas midiáticas que articulam novas formas de relações humanas e novas configurações sociais.

No campo da mídia, os discursos são constantemente construídos e reproduzidos por meio de práticas de reciclagem, ou seja, convertem-se em discursos novos a partir de outros discursos. Neste processo, também segundo Steinberger (2005), a mídia se torna agente de reconversão discursivo-ideológica, de modo que é no âmbito das formações discursivas midiáticas que surgem novas configurações sociais as quais articulam novas formas de relações humanas. Para Steinberger, a criatividade da mídia reside, justamente, na maneira como ela se apropria dos imaginários e das significações sociais advindos de discursos religiosos, econômicos, científicos, espaciais, políticos e, a partir deles, como ela promove trabalhos de ressignificação e de reorganização do cultural.

Na compreensão desse trabalho midiático, o panorama de discursos articulado pela mídia constrói os chamados sistemas de referência que, em uma

dada época e espaço, vão sustentar, conforme defende Steinberger (2005, p.23), *a unidade de modos de dizer, modos de fazer, modos de interagir, modos de interpretar, modos de criar, modos de intuir*. Nesse sentido, a mídia, ao mesmo tempo em que movimenta e dinamiza os discursos, produzindo sentidos novos, garante às pessoas que os sistemas de referências continuem os mesmos, possibilitando a construção de sentido dos espaços geopolíticos nos quais elas se inserem.

Esses sistemas de referência organizados pela mídia para significar um espaço geopolítico se alimentam no campo dos imaginários sociais, que são tão dinâmicos como os processos sociais. A teoria dos imaginários sociais ajuda a compreender as representações e as projeções que fazemos do nosso mundo vivido para o mundo relatado. O mundo social é constituído e articulado de acordo com um sistema de significações imaginárias. Eis o pensamento que Cornelius Castoriadis (1986, p. 177) apresenta:

Uma vez constituídas, elas [significações imaginárias] existem como imaginário efetivo e tornam-se referência para compreendermos as “escolhas” de cada simbolismo institucional (...). A imagem que cada sociedade faz de si comporta objetos e atos que encarnam o que para ela tem sentido e valor. Um sistema de significações imaginárias valoriza e desvaloriza, estrutura e desestrutura, hierarquiza e desorganiza esse conjunto de objetos.

Nesse sentido, cada sociedade organiza seus objetos segundo um sistema de significações imaginárias, sendo a partir dele que os sistemas de referência adquirem sentido. Como se sabe, a mídia, ao operar os vários discursos constituintes dos imaginários sociais, é o principal agente que movimenta essas significações. Cada um dos discursos, que apresentam aspectos da realidade a partir de lugares e pontos de vista específicos, apresenta um sistema de referência da realidade. Daí a importância de se observar quais discursos, em um dado contexto, são articulados na constituição desses imaginários. Isto é, entender em que medida as práticas discursivas atuam na automatização de sentidos que reforçam estereótipos já existentes, como elas articulam socialmente os campos de conflito, quais papéis sociais são por elas instituídos e quais

lugares de poder estão legitimando determinados sentidos e, portanto, construindo formas hegemônicas de representar os espaços geopolíticos.

Essa visão, que articula o discursivo e o midiático para a compreensão dos espaços sociais e políticos, leva ao entendimento da sociedade e da cultura como um complexo mundo de representações e significações. Isso significa que, para lidar com as contradições, as ambigüidades e as complexidades das realidades sociopolíticas e culturais, deve-se considerar os processos de formação dos sistemas de referência que as fundam. Assim, o exame dos discursos que constituem e transformam a sociedade e a cultura é fundamental para a compreensão dessas realidades, e o reconhecimento do trabalho simbólico realizado pela mídia, como constituinte da cultura contemporânea, é igualmente essencial.

2.3 A década de 1980 e a redemocratização política no Brasil: as condições de emergência do discurso

Uma abordagem geopolítica se preocupa, essencialmente, com as condições de produção dos discursos. Em função disso, faz-se necessário, para o estudo das significações movimentadas pela mídia, considerar as particularidades geopolíticas e os aspectos socioculturais constitutivos do contexto histórico de transição política no Brasil, focando, especialmente, as movimentações da década de 1980.

Esses anos constituíram um marco no processo de redemocratização dos países da América Latina. No Brasil, a época marca a falência do regime militar e a consolidação do processo de transição política, que teve suas origens em meados da década de 1970, com o enfraquecimento da ARENA, partido de sustentação do governo, estendendo-se até as eleições diretas para presidente em 1989. O país sofria, ainda, as conseqüências das políticas desenvolvidas durante a ditadura militar, que o deixara com sérios problemas de ordem social, política e econômica.

O regime ditatorial, que se instalou no Brasil após o golpe militar de 1964, caracterizou-se pela crescente participação do Estado na economia e pela ampliação das atribuições do executivo mediante os demais poderes e canais de

representação política. Através de medidas econômicas e de sofisticadas estratégias de repressão política, o governo submeteu os trabalhadores brasileiros a um severo regime de exploração, implantando um modelo de desenvolvimento que favorecia a cristalização de diferenças regionais tanto no plano interno quanto no externo, o que gerava um endividamento gradativo e crescente da nação. No entanto, ao mesmo tempo em que se verificava um grande crescimento na economia, os direitos de liberdade e de cidadania são desrespeitados de modo que a população brasileira, além de não ter direito à livre participação política, não gozava de seus direitos sociais - saúde, educação e moradia.

Devido a essa grande participação do Estado na economia, enquanto gestor da produção e do sistema financeiro, aprofundou-se a interdependência entre o político e o econômico de tal forma que os êxitos econômicos eram, freqüentemente, usados para a legitimação da ditadura. O acúmulo de contradições do modelo econômico que havia se instaurado no Brasil, associado a uma conjuntura recessiva internacional e à exaustão de uma classe trabalhadora vitimada por anos de arrocho salarial, levou à crise econômica em 1974 e, em consequência, à falência do milagre brasileiro. Em meio a essa crise da política econômica, ressurgem as manifestações políticas de descontentamento popular.

Na década de 80, a economia dos países pobres já havia alcançado um grau de internacionalização que dispensava as medidas econômicas e repressivas dos regimes ditatoriais. O modelo capitalista dependente já havia se solidificado de modo que o regime político podia ser democrático e diretamente regido pelas burguesias das nações em modernização. Nesse sentido, a liberação política interessava à burguesia fortalecida pela consolidação do capitalismo. Associando esse interesse da burguesia a uma conjuntura de falência econômica e política e de descontentamento popular, o processo de abertura política se inicia no governo de Ernesto Geisel (1974-1979).

Os anos 80 tiveram, portanto, um papel importante no desenrolar da história mais recente do Brasil, pois marcam a consolidação da transição política, com a restauração da ordem institucional democrática e o retorno dos civis ao

poder. Destacamos, no entanto, que esse processo de transição não foi pontual, ele se arrastou ao longo de toda a década com intensas movimentações políticas e exaustivos processos de negociação entre as elites brasileiras.

Em 1979, o general João Figueiredo assumiu a presidência da República com a incumbência de dar continuidade ao processo de abertura política que, no entanto, não dependia da vontade e das ações do presidente. Enquanto processo histórico, a abertura política enfrentava heranças políticas e estava condicionada aos fantasmas da recessão econômica e a diferentes interesses de classe. Na primeira metade dos anos 80, foi marcante a presença de greves e de um forte esquema repressivo que interferia em sindicatos, bem como sucessivos atentados praticados por militares da linha dura.

Pautada por valores há muito arraigados no imaginário político brasileiro, que pregava que o povo não tinha condições de escolher seus representantes, a abertura política deveria acontecer de forma controlada e, nisso, os militares, a burguesia e a maioria dos políticos concordavam. Assim, era preciso conter a abertura dentro de limites institucionais, condicionada a regras legalmente estabelecidas. Os mecanismos repressivos de governo criados durante a ditadura deveriam ser substituídos por outros que garantissem a participação popular e a ordem institucional, mas tudo dentro da lei.

A partir desse argumento, apesar das diversas opiniões sobre o modo de se conduzir a abertura e de se estabelecer um regime participativo, prevaleceram as direções determinadas pela conciliação dos interesses burgueses. A pressão de muitos movimentos sociais, greves, associações de bairros e até mesmo a campanha pelas “diretas já”, embora tenham sido fundamental para a conquista da abertura, não garantiram um processo efetivamente democrático. A potencialidade popular foi sendo gradativamente limitada.

Um dos primeiros passos para a abertura foi a restituição de alguns aspectos institucionais com a reforma partidária, que consistia na organização de partidos mais definidos quanto aos interesses de grupo que representavam. Com isso, em 1982, realizaram-se as eleições diretas para governador. Nesse curso, a mobilização popular pelas diretas adquiriu projeção em meados de 1983 e, em 1984, realizaram-se comícios nas capitais e principais cidades do país. No

entanto, a emenda Dante de Oliveira, que previa a realização de eleições diretas para presidente em 1985, não foi aprovada pelo Congresso Nacional. Com essa rejeição, forma-se um acordo entre a Frente Liberal e o PMDB, dando origem à Aliança Democrática, que lança Tancredo Neves como candidato a presidente e José Sarney como vice. Eles concorreriam com Paulo Maluf em eleições indiretas em 1985.

Com as campanhas públicas realizadas por Tancredo e a imagem que a mídia ajudou a consolidar, é construída sobre ele uma aura de salvador, ao mesmo tempo em que a identificação do candidato com as “diretas já” lhe confere um amplo apoio popular. Em 1985, Tancredo Neves é eleito presidente e recebe a incumbência de promover a consolidação da democracia em seu governo. Para “A Nova República”, termo utilizado para denominar esse período, estavam previstos: a realização de eleições em 1985, a convocação da constituinte em 1986, o congelamento dos preços da cesta básica e do transporte e a negociação da dívida externa.

Tancredo, no entanto, faleceu antes de assumir a presidência, e a posse foi dada ao vice José Sarney em março de 1985. Desse modo, coube a este dar encaminhamento aos compromissos políticos assumidos anteriormente. Encaminhou-se, então, em 1985, a organização da Assembléia Nacional Constituinte, e as discussões se arrastaram até 1988, ano em que começou a vigorar a nova Constituição. Diante de um presidente carente de bases políticas e de apoio popular, os brasileiros passaram a concentrar todas as suas expectativas de mudança sobre a Constituinte, cujas votações foram marcadas por muitas divergências, o que acabou por dividir os partidos de centro e os de esquerda. Ao se realizarem as modificações, a preocupação estava em conservar a ordem social existente, pois se percebia ainda uma grande oposição por parte dos grupos mais conservadores.

Nesse mesmo período, o Brasil possuía a maior dívida externa do mundo e passava por uma profunda recessão econômica com índices altíssimos de inflação, o que gerava um grande ônus social, dificultando as reformas sociais necessárias à melhoria das condições de vida da população. No governo de Sarney, a economia sofreu a intervenção de vários planos e pacotes na tentativa

de se estabilizar o país. No entanto, a maior parte deles fracassou em seu intento. Com isso, a crise econômica se agravava cada vez mais, e as desigualdades sociais aumentavam na mesma proporção, relegando a maioria da população brasileira a péssimas condições de vida.

Todas essas questões de ordem política, econômica e social constituíram o espaço geopolítico do Brasil nesse período. Como vimos anteriormente, esse espaço, ao ser tomado pela mídia, transfigura-se em substância simbólica e se constitui através de discursos que, dadas as particularidades espaciais, culturais, sociais e políticas que marcaram os anos 80, definirão formas de representar a conjuntura política brasileira. Portanto, a partir da análise de textos midiáticos, buscaremos observar o funcionamento da linguagem no processo de significação do processo de transição política.

2.4 Modelos Cognitivos, mídia e imaginários sociais

Olhando para esse momento da nossa história da perspectiva de uma geopolítica cultural, focamos a mídia como o espaço privilegiado dos debates políticos e, portanto, como o campo preferencial da batalha entre das ideologias geopolíticas, sobrepondo-se a outras ordens que já prevaleceram historicamente, sustentadas pelas ideologias religiosa, diplomática, acadêmico-científica (STEINBERGER, 2005). A mídia organiza nossa compreensão de mundo, desse modo, os discursos jornalísticos, segundo uma abordagem geopolítica cultural, funcionam como matriz histórica das representações sociais imaginárias presentes na sociedade brasileira.

Como afirmou Steinberger, a mídia, a partir do entrecruzamento de vários discursos, constrói os sistemas de referência que irão embasar as formas de representar a situação política dessa época. Tais sistemas são mobilizados na interpretação das significações construídas pela mídia, funcionando como um conjunto de conhecimentos produzidos socialmente por meio das experiências dos indivíduos e, por isso, compartilhados dentro da sociedade.

Steinberger destaca, ainda, que a forma como são interpretados os textos produzidos pela mídia está diretamente relacionada ao modo como eles se apresentam, ou seja, à maneira como eles foram produzidos. Isso significa que o

modo como os discursos se apresentam estruturados lingüisticamente define os sentidos produzidos. Assim, em concordância com Lakoff (1996), que entende que grande parte daquilo que se lê diariamente nas páginas dos jornais constitui processos de raciocínio metafórico, assumimos os processos cognitivos como formas criativas de construção de nossos imaginários sociais, uma vez que organizam nossos conhecimentos em Modelos Cognitivos, os quais se definem como formas de representação.

Podemos dizer, então, que, no trabalho simbólico da mídia, esses aspectos cognitivos da significação são fundamentais na organização e na construção das representações geopolíticas. Eles podem também ser um recurso para a observação de como a estrutura significativa dos nossos imaginários é adquirida, estruturada e transformada nas práticas discursivas a partir das diferentes articulações discursivas e da mobilização de diferentes domínios da nossa experiência cultural no campo midiático.

Com base nas teorias articuladas, pode-se apontar uma convergência entre os domínios do discursivo, do cognitivo e do cultural para o desenvolvimento de uma compreensão mais abrangente de como significamos nossas experiências políticas. Mais especificamente, interessa-nos o entendimento de como significamos o mundo em meio à complexidade das práticas simbólicas contemporâneas. Para isso, nas próximas páginas, debruçar-nos-emos sobre algumas reportagens retiradas da *Revista Manchete* e do jornal *O Pasquim*, tentando perceber como as representações e os imaginários geopolíticos sobre o Brasil e a conjuntura política de transição democrática foram articulados por esses dois veículos.

Capítulo 3

O PASQUIM E MANCHETE: DOIS OLHARES SOBRE A REALIDADE POLÍTICA BRASILEIRA EM PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO

Neste capítulo, nossa atenção se volta para as análises das representações socioculturais do processo de transição política, produzidas na prática discursiva do jornal *O Pasquim* e da revista *Manchete*. A análise empreendida atenta para o modo como a mídia instaura e legitima visões de mundo a partir da articulação de aspectos cognitivos, discursivos e culturais. Para isso, operamos um recorte no *corpus* a fim de formarmos um conjunto de dados representativos em termos quantitativos e qualitativos. Buscamos, então, reconhecer, nesse material, os modelos metafóricos recorrentes, indicativos de práticas discursivas e de padrões culturais nos dois jornais selecionados.

3.1 Procedimentos metodológicos

No decorrer da pesquisa, pretendemos compreender, a partir de um enfoque cognitivo, discursivo e cultural, os processos de significação empreendidos pela linguagem, resultando em representações no âmbito midiático. Trabalhamos com a concepção de que a mídia, em suas diversas manifestações, figura como uma prática sociocultural que, ao reproduzir valores e organizar discursos, legitima e instaura compreensões de mundo. Vale demarcar a relação entre mídia e cognição, uma vez que a primeira, nas sociedades contemporâneas, coloca-se como a principal articuladora de valores culturais e de discursos e, por isso, estabelece os enquadramentos determinantes de nossas cognições sociais. A mídia veicula os discursos que configuram nossas representações mentais isso justifica o entrelaçamento entre cognição e cultura, que consideramos essencial para o entendimento da linguagem e, por conseguinte, para a compreensão de nossas práticas discursivas.

Adotamos a concepção de geopolítica da cultura proposta por Margarethe Born Steinberger (2005), objetivando fundamentar um quadro de reflexões que considere a mídia em sua relação com as questões definidoras da cultura contemporânea. A mídia desempenha um papel central na formação de crenças sobre as relações geopolíticas, redefinindo, constantemente, os lugares geopolíticos a partir de espaços institucionalizados por meio de discursos.

Como já citamos em outro momento, partimos da premissa de que a mídia, em sua dimensão cognitiva, *é o mapa que organiza a nossa compreensão do mundo* (STEINBERGER, 2005, p.25), de modo que investigar seus textos nos permite indicar o modo como o processo de transição política foi experienciado e, por conseguinte, como os processos cognitivos metafóricos foram empregados para significar esse evento político. Nesse sentido, pensamos que a proposta metodológica indicada no capítulo anterior apresenta um potencial relevante para o estudo e a análise de textos em suas implicações culturais. Pretendemos compreender o funcionamento discursivo a partir da análise do material lingüístico-textual disponível, considerando seus aspectos ideológicos, situando-os como objetos culturais e mapeando os processos cognitivos que resultaram nesses textos.

Para abordar o funcionamento discursivo, consideramos necessária a compreensão dos processos lingüístico-cognitivos. Nesse sentido, enfocaremos a análise dos processos cognitivos de categorização metafórica. Como se sabe, a metáfora, sob a ótica do modelo cognitivista, é vista como uma operação intelectual e/ou como um recurso cognitivo que consiste em pensar um domínio da experiência em termos de outro domínio, revelando sua capacidade criativa ao organizar conceitualmente nossos domínios de experiência. Dessa maneira, a metáfora poder ser vista como uma operação cognitiva que, por ser essencialmente cultural, organiza os processos enunciativos.

Nessa perspectiva, consideramo-la como elemento essencial ao entendimento do político, porque ela permite significar e expandir nosso conhecimento de um domínio que não está aberto à observação imediata. Partimos da hipótese de que as metáforas podem funcionar como um recurso heurístico para explorar novos conceitos e situações políticas, pois não são

transferidas como significados fixos, mas processadas de acordo com formações discursivas, posições enunciativas, contextos políticos e socioculturais específicos. Os sistemas metafóricos estão subjacentes à própria utilização corriqueira da linguagem e, por isso, constituem-se discursivamente, desempenhando um papel fundamental na produção e legitimação de representações sociais. Considerando-se que a análise das metáforas constitui um recurso significativo para investigar valores e ideologias de senso comum, incorporados a nossos sistemas conceituais, buscaremos observar como o processo brasileiro de transição política foi estruturado metaforicamente pela revista *Manchete* e pelo jornal *O Pasquim*.

A análise foi fundamentada na hipótese de que esses dois periódicos de informação, por possuírem linhas editoriais e posições ideológicas distintas, mobilizariam Modelos Cognitivos diferentes, uma vez que as experiências culturais e as formas de apreender o mundo, especialmente no que se refere às relações políticas, apresentavam-se diferentemente em cada um. Essas diferentes formas de categorização resultariam em representações também distintas da realidade política de então. Isso é importante para os objetivos que aqui se propõem, pois nos permitirá observar como as práticas discursivas, ao mobilizar determinados modelos cognitivos, elaboram sentidos e, portanto, formas de perceber o mundo. Formas que resultarão em representações que se pretendem hegemônicas e que vão constituir o imaginário geopolítico e os sistemas de referência desse período histórico.

3.1.1 Constituição do *corpus*

Nossa preocupação, na prática de análise, corresponde à investigação das representações que circularam na mídia sobre o processo de transição política empreendido no Brasil durante a década de 1980, que resultou na redemocratização das instituições políticas. Para formar um *corpus*, foram delimitados, dentro da mídia impressa nacional, dois periódicos de grande circulação, a revista *Manchete* e o jornal *O Pasquim*. Essa escolha se deu, inicialmente, porque ambos eram representativos no que diz respeito ao tempo e à abrangência de circulação. A *Manchete* ficou no mercado por mais de cinquenta

anos, e *O Pasquim* por mais de vinte, tempo expressivo se consideramos a variedade de títulos que foram lançados nas últimas décadas. Outra razão que motivou essa escolha se deve ao fato de esses periódicos constituírem dois posicionamentos distintos diante da situação política.

Segundo afirma Patrícia Ceolin Nascimento (2002), a *Manchete* figurou entre as mais importantes revistas de sua época. Para evidenciar sua representatividade enquanto revista semanal de informação, podemos citar o *slogan* “Aconteceu, virou Manchete”, muito proferido no período de sua circulação. Além disso, essa revista era porta-voz de uma das maiores empresas de comunicação do país, a Bloch Editores e, por isso, falava de um lugar de elite. *O Pasquim*, por sua vez, constituía-se como o reduto da oposição e, a exemplo de outros jornais alternativos da época, nasceu sob a suspeita de que não duraria. O próprio Millôr Fernandes, um dos fundadores do veículo, no primeiro número, previa menos de três meses de circulação para o jornal – é o que aponta O crítico Sérgio Augusto, na obra *O Discurso da contracultura no Brasil* (2007), de Marcos Alexandre Capellari. Mesmo mantendo sua condição de oposição à ditadura, *O Pasquim* permaneceu em circulação de 1969 a 1991, definindo-se como um dos jornais alternativos mais representativos de sua época.

Inicialmente, realizamos uma pesquisa nesses periódicos entre os anos de 1979 (início do governo de João Figueiredo) e 1989 (ano das eleições diretas para presidente), por meio da qual selecionamos reportagens cujos temas se voltavam para a discussão dos eventos políticos de então. Obtivemos um extenso conjunto de dados, cuja leitura nos permitiu a delimitação do *corpus* a partir dos processos metafóricos recorrentes nos dois periódicos. Verificamos, tanto em *O Pasquim* quanto em *Manchete*, a presença de duas unidades estruturais regidas pelos conceitos metafóricos: TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA e TRANSIÇÃO POLÍTICA É JOGO. Nota-se que esses conceitos são responsáveis pela estruturação dos eventos políticos que constituíram o processo de abertura política no Brasil acrescentei essas palavras. Após a identificação desses modelos metafóricos, delimitamos um conjunto de reportagens que se concentram em dois eventos políticos definidores desse período de transição: as

eleições diretas de 1982 e as eleições indiretas para sucessão presidencial em 1985.

De acordo com George Lakoff (1987), os processos metafóricos, operados cognitivamente, caracterizam-se por serem essencialmente culturais, o que nos leva a crer que a revista e o jornal, em questão, apesar de utilizarem os mesmos domínios de experiência - guerra e jogo - para significar o domínio político, tendem a materializar mapeamentos distintos devido aos diferentes processos enunciativos que esses periódicos encerram. Vale demarcar, também, a partir da identificação desses dois modelos, que os meios da mídia se valeram de estruturas prévias já internalizadas no conhecimento de mundo dos indivíduos – como os domínios de guerra e jogo -, fazendo com que a transição política fosse significada a partir de protótipos ou de modelos já organizados culturalmente e por meio dos quais ocorrem a produção e a reprodução de ideologias e as formas de ação. Desse modo, é no trabalho com as cognições envolvidas na comunicação que a mídia constrói e determina as discussões acerca da transição democrática.

Tendo em vista que a problematização de nosso *corpus* diz respeito à identificação das representações construídas sobre o processo de transição política no jornal *O Pasquim* e na revista *Manchete*, torna-se fundamental compreender as especificidades de cada um desses veículos, explicitando as condições de produção dos discursos para constituir as condições de leitura dos textos. Dessa forma, faz-se necessário: levantar questões a respeito do modo como se dava o acesso a esses veículos, do público para o qual eram produzidos, dos papéis colocados para os participantes desse tipo específico de comunicação e dos recursos acionados para legitimar esses papéis. Essas são questões que articulam aspectos cognitivos culturais e discursivos e, por isso, essenciais para a análise que desenvolveremos.

3.1.2 O *corpus*: jornal *O Pasquim* e revista *Manchete*

Nosso *corpus* é formado por reportagens impressas, publicadas em revistas semanais, de modo que os textos que correspondem a essas reportagens se inscrevem em um processo específico de interação, determinada

pelo gênero “reportagem da mídia impressa” e pelos suportes “revista semanal de informação” e “jornal da imprensa alternativa”. Esses aspectos influenciam os conhecimentos articulados na produção e na leitura desses textos bem como os esquemas cognitivos neles envolvidos. Demarcamos também a importância das linhas editoriais definidoras das reportagens, uma vez que precisam ser coerentes com o todo da revista e do jornal e com a perspectiva formadora assumida por eles.

Desse modo, o estudo das reportagens que compõem nosso *corpus* busca considerar tais variantes, conferindo especial atenção às implicações cognitivas, culturais e discursivas desses textos. Do ponto de vista cognitivo, atentamos para os esquemas construídos para sustentar a produção de sentido nos textos dessas reportagens e para o modo como eles são organizados. Do ponto de vista cultural, observamos como esses periódicos estão inseridos culturalmente e a maneira como eles selecionam seu público-alvo. Do ponto de vista discursivo, preocupamo-nos com os posicionamentos ideológicos apresentados pelos veículos de comunicação analisados e com os instrumentos utilizados para criar e controlar representações de mundo, produzindo efeitos de sentido específicos.

Nesses termos, cabe descrevermos o funcionamento e as características específicas de cada um dos periódicos. Devemos demarcar, inicialmente, que a revista *Manchete* e o jornal *O Pasquim* apresentam linhas editoriais completamente distintas. Durante a década de 1980, período de transição política em que a ordem democrática ainda estava em processo de restabelecimento, era comum a distinção dos veículos de comunicação em dois grupos, ao que se convencionou chamar de “grande imprensa” e de “imprensa alternativa ou nanica”. A *Manchete* e *O Pasquim* constituíram, respectivamente, exemplares desses dois grupos. A revista, sob a denominação de grande imprensa, mantinha com a ditadura uma relação marcada pela cumplicidade e/ou pela omissão e, muitas vezes, pelo apoio, como menciona Andréa Cristina de Barros Queiroz (2004). O jornal, por outro lado, como modalidade alternativa de imprensa, definia-se pela oposição ao regime ditatorial, denunciando as torturas e as violações dos direitos humanos, além de fazer críticas sociais e econômicas (QUEIROZ, 2004). Desse modo, no que se refere aos posicionamentos políticos,

as linhas editoriais de *Manchete* e de *O Pasquim* e os traços que os identificavam dentro da mídia impressa nacional os diferenciavam, opondo-os.

A *Manchete* foi fundada em abril de 1952 por Adolpho Bloch e teve circulação nacional. Até julho de 2000, a revista foi publicada semanalmente e, portanto, no período da nossa pesquisa ela era classificada como revista semanal de informação, lidando com uma variedade de assuntos tratados de forma genérica. Segundo Ana Maria Ribeiro Andrade e José Leandro Rocha Cardoso (2001), a *Manchete* era considerada a segunda maior revista brasileira de sua época, chegando a uma tiragem de mais de 800 mil exemplares. Empregando uma concepção moderna de mídia impressa, tinha como fonte de inspiração a ilustrada parisiense *Paris Mach* e utilizava como principal forma de linguagem o fotojornalismo. A *Manchete* era conhecida por ser uma revista visual, com uma média de 2/3 de suas páginas ocupadas por ilustrações. De acordo com Nascimento (2002), essa era uma revista mais olhada do que lida, uma vez que desde o seu surgimento as imagens foram o foco priorizado. Ela assumia posicionamentos típicos dos grupos dominantes e tinha como público-alvo a classe média adulta, metropolitana ou das pequenas cidades, de ambos os gêneros.

O Pasquim, por sua vez, foi fundado em junho de 1969, no auge do regime militar, tendo periodicidade semanal e circulação nacional. Nesse período, a parte da imprensa que não concordava com o regime militar atravessava uma fase de repressão e de cortes nas edições. Nesse contexto de censura aos meios de comunicação, tal jornal surge como representante de uma parcela da classe média brasileira descontente com a ditadura. Sua equipe editorial reunia jornalistas, cartunistas e chargistas da época voltados para a crítica bem humorada à repressão política e ao conservantismo moral. Os alvos desse jornal eram a ditadura, a classe média, os jornais que apoiavam o regime militar e os censores, também eram discutidos os modos de vida e de comportamento.

O Pasquim se estabeleceu como um meio de expressão não convencional, utilizado, inicialmente, para veicular um conteúdo rejeitado pela “grande imprensa”. Neste período de repressão, segundo Capellari (2007), a imprensa alternativa se tornou veículo para a enunciação do proibido, política e

culturalmente, voltando-se para a rejeição da primazia do discurso ideológico da ditadura e para a crítica dos costumes e do moralismo da classe média.

O jornal em questão se caracterizava por um jornalismo muito mais opinativo do que informativo, seu interesse maior era o de apresentar um posicionamento sobre o que se passava no cenário sociopolítico do país. O *Pasquim* utilizava determinados recursos para demonstrar apreciações e opiniões sobre os acontecimentos diários, de modo que a personalidade e a opinião de quem escrevia os textos estavam presentes de uma forma bem marcante. Apresentava um estilo que fugia às padronizações da grande imprensa, primando pelo uso de uma linguagem coloquial, que acabou por influenciar e transformar o estilo e os conteúdos até então utilizados no jornalismo.

O fato de não se ter calado frente às imposições do regime militar fez com que *O Pasquim* se tornasse um dos principais alvos da censura e da repressão, sofrendo sucessivos golpes, o que abalou sua estrutura financeira no início dos anos de 1980. Isso, no entanto, não impediu que ele se tornasse o jornal alternativo mais vendido no país, chegando a mais de 200 mil exemplares. Conforme indicam Ieda Maria Longo e Carlos Augusto Pereira (2006), esse jornal, que era vendido a um preço inferior aos demais, influenciou a opinião pública ao possibilitar o acesso das camadas menos favorecidas, provocando discussões sobre os eventos políticos.

Em uma análise voltada para questões discursivas, é importante que se considere o gênero do texto e da natureza do aparelho midiático que o veicula, informações essas importantes por constituírem as práticas discursiva e social envolvidas na circulação das reportagens. Também, descrever a natureza desses periódicos implica considerar suas reportagens como objetos culturais produzidos para serem consumidos. Finalmente, para um enfoque cognitivo, situar os textos da reportagem no interior da revista que o publica é oferecer informações sobre a moldura comunicativa desses textos, elencando os conhecimentos que configuram o evento comunicativo e os enquadramentos cognitivos definidores das identidades, dos papéis e processos sociais.

1.1.3 Metodologia de análise

No encaminhamento da análise, adotamos a postura fundamentada na Análise Crítica do Discurso (ACD), que operacionaliza três níveis de análise interdependentes: uma social, uma discursiva e uma textual. Da descrição do objeto em suas dimensões discursivas, cognitivas e culturais, partiremos para uma análise textualmente orientada em que observaremos o funcionamento dos processos metafóricos. Consideramos, seguindo o raciocínio de Lakoff (1987), as metáforas conceituais como processos cognitivos que se constituem como forma de processamento da mente, ao mesmo tempo que são materializadas na composição dos textos. Assumimos que os processos metafóricos podem ser definidos como um recurso de controle na produção de sentido.

Buscamos observar, na descrição dos dados, como os mapeamentos metafóricos funcionam discursivamente no uso social da linguagem. Sob essa perspectiva da ACD, as marcas lingüísticas serão avaliadas como escolhas feitas pelo enunciador, que resultam em determinadas representações, e também como pistas indicadoras de crenças e ideologias imbricadas no modo como os textos se apresentaram. Tomamos como ponto de partida a hipótese de que os Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs) operam sobre as representações sociais, enquanto as determinações sociais e culturais condicionam os processos de construção dos mesmos.

Para organizar a análise, descreveremos, separadamente, os modelos metafóricos construídos pela *Manchete* e por *O Pasquim* a partir dos conceitos TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA e TRANSIÇÃO POLÍTICA É JOGO. A recorrência desses dois modelos nos leva a formular a hipótese de que eles funcionam como organizadores do processo enunciativo sobre a transição política. Buscaremos não só identificar os mapeamentos empreendidos, mas também avaliar em que medida eles configuram representações distintas da transição política. Por fim, como postura metodológica, consideraremos, na descrição dos textos, as metáforas lingüísticas, o que não excluirá a análise sociodiscursiva, de modo que nossa postura diante dos textos refletirá as orientações teóricas discutidas nos capítulos anteriores.

3.2 A guerra política

O conceito metafórico representado pela metáfora TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA consiste na significação dos processos de abertura política a partir do conceito de guerra. Como em todo conceito metafórico, observa-se a articulação de dois domínios da experiência humana: um primeiro domínio conceitual - chamado de domínio fonte - projeta sua estrutura para um segundo domínio conceitual – o domínio alvo. No caso em questão, o evento político da transição democrática é estruturado a partir da seleção de traços semânticos/conceituais migrados do conceito de guerra. Vale lembrar, pelo que afirmam George Lakoff e Mark Johnson (2002), que esse mapeamento é possível porque identificamos similaridades na forma como os dois domínios são experienciados e, portanto, no modo como esses conceitos são estruturados.

Assim, nota-se que o que confere coerência aos elementos desse evento político é o fato de eles corresponderem a elementos do conceito de guerra. Novamente segundo Lakoff e Johnson (2002), os conceitos são estruturados em termos de *gestalts* multidimensionais, que constituem seis elementos: participantes, partes, estágios, seqüência linear, causalidade e propósitos. Temos, então, a estruturação da abertura política como uma grande guerra em que cada processo político que conduz à restituição da democracia é visto como um conflito, em que os grupos políticos desempenham o papel de adversários. Nessa guerra, destacam-se o planejamento de estratégias e o propósito final, que seria a restituição da democracia. O modo como esses elementos são reforçados, negligenciados ou ressignificados define as representações produzidas.

3.2.1 O jornal *O Pasquim*

Para verificarmos o funcionamento da metáfora TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA, no jornal *O Pasquim*, tomamos o enunciado (1), referente às discussões que se desenvolviam no cenário político brasileiro a respeito das sublegendas que normatizariam as eleições diretas de 1982:

- (1) Nossa cena política, por mais que todos se esforcem em caracterizar contrastes, é um exemplo desse sábio atoleiro em que todos acabam por se igualar. Sem balizamentos morais nítidos, sem uma Ética específica, os grupos se digladiam em busca do poder, tentando se diferenciar, mas, na realidade, apenas sublinhando suas identidades. Não foi gratuitamente ou por bossa que chamamos os dois grupos que se enfrentam para impor o seu projeto político ao país de *mexicanos* e

argentinos, enquanto os comentaristas sérios os classificam de *liberais e autoritários*. Por mais que se exacerbem as caracterizações, o general Golbery e o jurista Leitão de Abreu são as duas pontas de um mesmo sistema. Os contrastes de formação, cultura, personalidade não são suficientes para estabelecer uma diferença vital entre esses dois frutos da mesma.¹⁵

Para significar as ações e as atitudes dos grupos que compunham a cena política, o enunciador do jornal se valeu da estrutura de um domínio de experiência relacionado à guerra. A postura dos grupos políticos, em relação à condução do processo de redemocratização, aparece em um modelo emergente, representado por deslocamentos de sentido característicos de um processo metafórico. Assim, tem-se um domínio fonte relacionado ao conflito físico, cujo campo semântico é acionado pelo uso das metáforas lingüísticas “digladiam” e “enfrentam”, e um domínio alvo, em que os dois grupos políticos da direita (mexicanos e argentinos) apresentam posições divergentes quanto ao modo de condução do processo de abertura, o que demarca uma relação de conflito em que tais grupos buscam impor seus interesses particulares. Do deslocamento de sentido entre esses domínios emerge um modelo que localiza os grupos políticos como lutadores. A relação entre eles e suas atitudes passa a ser significada a partir daquilo que nossa experiência cultural reconhece como luta física, especialmente pelo uso do termo “digladiar”, sugerindo uma luta de bárbaros.

Nesse modelo metafórico emergente, as relações que se identificam entre os grupos políticos não primam pela ética e pelos valores morais, ao contrário, as ações políticas se transvestem de barbarismo e violência. Essa metáfora reconhece, na estrutura da memória pessoal e coletiva, um modelo socialmente produzido e culturalmente disponível, que identifica a política brasileira a partir da ausência de princípios morais e éticos, fazendo reproduzir, na representação da transição democrática, a idéia de que a divergência entre os grupos políticos não visava a interesses comuns, à restituição da democracia, mas à imposição de projetos de grupos específicos. A utilização do domínio de conflito, para representar as ações políticas, como aponta Lakoff (1987), decorre da experiência política do enunciador, já que o Brasil nesse período histórico era conduzido por governo de militares.

¹⁵ ELEIÇÕES garantidas (vai faltar é urna). *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano XII, nº 644, p. 4, 27 ag. a 02 set. 1981.

Esse modelo metafórico, estruturado na base das nossas experiências de conflito, organiza o processo de referência dos discursos, de tal forma que os sentidos passam a ser orientados a partir desse modelo. Temos, então, outros processos metafóricos que se organizam no interior de tal modelo. O cenário político em que se desenvolvem os conflitos é metaforicamente estruturado pela expressão “sábio atoleiro”, por meio da qual são reforçados os aspectos de aviltamento e de rebaixamento moral, acrescentando a condição de estagnação do processo político e sugerindo, pelo uso do adjetivo sábio, a intenção dos grupos políticos de manter tal estagnação.

A nomeação dos liberais e autoritários, grupos que se enfrentavam na cena política, como “mexicanos” e “argentinos”, respectivamente, constitui, de modo metafórico, a identidade de tais grupos a partir de um deslocamento de sentidos que toma aspectos constitutivos da política do México e da Argentina. Nesses dois países, além do regime ditatorial, evidenciou-se a permanência de um mesmo partido político no poder ao longo de décadas. Havia, entretanto, distinção na forma como eles agiam: o Partido Revolucionário Institucional (PRI), no México, que se mantinha no poder por meio de articulações políticas, embora agisse ilicitamente por meio de fraudes, subornos etc., não se utilizava da violência física para se impor. Já o Partido Justicialista (PJ), da legenda peronista, na Argentina, lançava mão de tal artifício. Esse aspecto da política desses países é tomado para fazer referência à postura assumida pelo Partido Democrático Social (PDS), no Brasil, definindo aquilo que constitui as atitudes e os propósitos desses grupos políticos, os quais, como já se verificou, agem com barbarismos e violência física e moral para se manterem no poder.

O uso da metáfora da guerra, e das que a ela se articulam, desencadeia um processo que situa a transição política em um modelo que a identifica a partir das atitudes e dos propósitos dos grupos políticos, os quais se empenham para impor projetos particulares. Nota-se que os domínios de experiência articulados favorecem a construção de uma crítica ao governo e, por isso, evidenciam que a postura ideológica de *O Pasquim* se posicionava contra o governo dos militares:

- (2) Não foi por amor à democracia que o PDS deixou de fechar questão na votação das sublegendas onde o governo foi fragorosamente derrotado. Mesmo se os dissidentes do PDS votassem com o seu partido a

oposição ganharia. [...] O que se esconde por trás dessa estratégia derrotista ainda não está claro, mas tudo lembra a situação de Abril de 1977 quando a vitória do MDB na questão da reforma judiciária serviu de pretexto para o golpe do pacote de abril. Alguma coisa está cooking na cozinha dos estrategistas. Por exemplo, por que Figueiredo não assume logo? se já está supimpa, em plena forma, não deveria estar lá, no planalto, botando a casa em ordem? E por que essa ausência de Aureliano? Está certo, estamos em um estranho país onde a lealdade de um substituto mede-se pelo grau de omissão e não pela eficiência, mas chama atenção que naqueles dias cruciais o Vice tivesse esticado o fim-de-semana para tratar das vacas da sua fazenda. Por que mandaram o General Medeiros para Cleveland, estavam querendo o homem longe daqui? Passou o tempo das quarteladas, agosto agora só em 1982, mesmo assim paira no ar a inconfundível sensação de trapaça.¹⁶

Em (2), o enunciador, para significar os atores e as ações políticas, trabalha sobre o domínio fonte da guerra a partir do uso das expressões “derrotado”, “estratégia derrotista”, “vitória” e “estrategistas”. Esse domínio oferece uma estrutura que situa os adversários e destaca, do conceito de guerra, o planejamento de estratégias. Tem-se um domínio alvo constituído pelos grupos políticos e suas ações e, do deslocamento de sentido entre esses dois domínios, surge um modelo metafórico que define as ações políticas como estratégia e os grupos políticos como estrategistas. Da estrutura desse modelo segue a organização dos sentidos no processo enunciativo.

Assim, outros processos metafóricos passam a significar a partir desse modelo. Os termos “*cooking*” e “cozinha” trabalham sobre um domínio ligado ao ato de cozinhar para significar um domínio alvo que deve dizer do processo de construção de estratégias pelos militares. A projeção entre esses domínios cria um modelo que, significado pelos elementos do domínio fonte, assinala a representação das ações políticas como algo cuidadosamente preparado, algo que resulta de um processo de manipulação.

Os termos “golpe” e “quarteladas” apontam para a experiência política daquele período marcado pelo golpe militar de 1964, que instituiu um regime ditatorial ao qual se sucederam vários outros golpes, reduzindo progressivamente a democracia, ao mesmo tempo que se radicalizavam as formas de repressão. Esses golpes foram desferidos por militares e funcionavam como um elemento surpresa, já que contrariavam a normalidade da lei e da ordem. Desse domínio de

¹⁶ DINIS, A. Olha o pretexto. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 644, p.5, 29 out. a 04 nov. 1981.

experiência se destacam os traços semânticos de ato surpresa e inconstitucionalidade para representar, em um modelo metafórico emergente, o que constituía as ações políticas. Definidas por um modelo fundado na base do conceito de guerra, elas se definem como estratégia e, por essa razão, visam ao controle do conflito, buscando surpreender o adversário.

Ainda na estrutura desse modelo metafórico, integra-se o termo “trapaça”, cujos aspectos semânticos são articulados no interior do modelo para compreender as estratégias e, por conseguinte, as ações políticas. No domínio fonte, a noção de “trapaça” demarca ações que, de alguma forma, lesam um dos adversários, enquanto privilegiam o outro. O domínio alvo constitui a cena política em que o governo dos militares realiza ações que buscam fazer sobressair seus interesses àqueles dos grupos de esquerda. Do deslocamento desses traços semânticos emerge um modelo em que as ações do governo são representadas como desonestas, na medida em que privilegiam um dos adversários de forma injusta, sendo, portanto, uma forma ilegítima de ação.

O conceito de guerra, então, estrutura um modelo que orienta sentidos e discursos, os quais definem uma representação da transição democrática. Assim, tal transição se realiza a partir de ações políticas, que se situam no interior do modelo metafórico descrito como estratégias de guerra, as quais são referidas como golpes e, finalmente, como trapaças. Observamos, então, um encadeamento de sentido e de discursos no interior do modelo TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA, que aponta para a categorização final TRANSIÇÃO POLÍTICA É TRAPAÇA.

Esse modelo estrutura uma representação da transição política que se fundamenta em conhecimentos e valores que condizem com o lugar de enunciação dos colaboradores de *O Pasquim*. Segundo Lakoff e Johnson (2002), nossa forma de categorização metafórica depende de nossas visões políticas e do modo como experienciamos os processos políticos. Assim, enquanto um jornal da imprensa alternativa, que tinha nos militares seu principal alvo de críticas, *O Pasquim* tende a construir uma representação da transição política como ilegítima. Para isso, vale-se de domínios de experiência, como “golpe” e “trapaça”, os quais acionam conhecimentos partilhados pelos interlocutores e valores

culturalmente reconhecidos, que devem dizer da ilegitimidade e da desonestidade das ações e relações políticas definidoras do processo de transição.

Os enunciados que seguem tratam do pacote eleitoral expedido pelo governo Figueiredo no período anterior às eleições diretas de 1982, para criar condições que dificultassem a vitória das esquerdas:

- (3) A reforma eleitoral, posta em vigor em 1979 quando Figueiredo tomou posse, concebida nos mesmos laboratórios políticos, visava apenas esvaziar o MDB e sua imbatível sigla - chegou-se ao cúmulo de casuismo exigindo de cada agremiação política um nome começando por P, de modo a obrigar a oposição a mudar a mágica sigla. Naquele momento, os astutos estrategistas palacianos davam mais um passo em direção à mexicanização do processo – permitir o pluripartidarismo – para dar um ar democrático ao processo – enquanto se impunham aos políticos exilados e anistiados a obrigação de criar novos partidos para diluir o ex-MDB, agora PMDB. Naquela época, sob a batuta competente de Petrônio Portela, criaram as condições para o estabelecimento do PP, a oposição confiável. Tivemos, enquanto isso, o truque de criação do PTB e a entrada de Jânio nesse partido, para citar apenas algumas das ardilosas manobras do team mexicano, então manda chuva no palácio do planalto. Então entraram em ação os *argentinos*, o pessoal do tacape: para eles, o país caminhava rapidamente para o comunismo. Começaram os atentados terroristas, primeiro como ação dissuasória para conter eventuais avanços das esquerdas, pois, como tática provocadora para açular um movimento popular de protesto e criar condições para por em funcionamento a máquina da repressão. (Afinal, os pumas do Godi precisavam ser trocados, estavam velhos). Veio o caso rio centro, Golbery sobrou, depois o vacilo no coração de Figueiredo, a tentativa do General Medeiros de ficar como presidente interino e a divisão do Sistema em três blocos – a tropa, a comunidade de informações e os gaiselistas.¹⁷
- (4) O pacote desferido por Big Fig (dois dias depois de sair às compras no Barra Shopping carioca) é uma ação nitidamente cimentadora (Geisel a apoiou) e mexicana, filhote legítimo do pacote de abril de 1978 e da reforma eleitoral.¹⁸

Em (3) e (4), o enunciador também se vale da estrutura de um domínio de experiência relacionado à guerra, acionado pelo uso das metáforas lingüísticas: “imbatível”, “astutos estrategistas palacianos”, “ardilosas manobras” “avanços das esquerdas”, “tática provocadora”, “tropa” e “desferido”. Esse domínio situa e define os adversários e as estratégias. O alvo da referência do conceito de guerra é um domínio que identifica os grupos políticos e suas ações. Do deslocamento de sentido entre esses domínios temos: a definição da relação entre direita e

¹⁷ / ¹⁷ PAÍS do futuro é o México. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano XIII, nº 659, p.4, 03 a 09 dez. 1981.

esquerda (em termos de um conflito), a definição do governo como estrategista e de suas ações como estratégias. No interior desse modelo, outros domínios são localizados, encadeando outros sentidos.

O uso das expressões “conceber” e “laboratórios políticos”, referindo-se ao modo de elaboração das ações do governo, trabalha sobre um domínio fonte de identificação do espaço e da forma de criação em um laboratório. Nesse domínio, demarcam-se as operações de manipulação e criação, que nossa experiência reconhece como características do trabalho desempenhado em um laboratório. Do deslocamento desses traços semânticos emerge um modelo que representa as ações do governo como o resultado de um processo laboratorial, como algo criado, manipulado para atender determinados objetivos – a permanência no poder.

Segue, da estrutura do conceito de guerra, a referência aos grupos políticos como “mexicanos” e “argentinos”. Esse deslocamento de sentido, já explicitado em (1), resulta na construção de um modelo emergente que representa os grupos brasileiros a partir de traços característicos da política do México e da Argentina. Para definir a direita autoritária, temos as ações do PJ, que se manteve no poder argentino por vários anos, por meio de coerções e restrições democráticas. Desses traços semânticos segue a identificação da direita autoritária e de suas ações, que se apresentavam como violentas: como exemplo, podemos citar o atentado do Rio Centro.

Essas ações da direita autoritária são reconhecidas, na estrutura do conceito de guerra, como estratégias para se manterem no poder. Fazendo menção às ações dos militares é tomado o termo “batuta”, sugerindo uma arma usada por índios. Em nossa experiência, esse domínio reconhece sentidos relacionados à violência e ao primitivismo, os quais se deslocam na constituição da representação da direita autoritária. Também a expressão “máquina da repressão” se articula para compor as ações desse grupo, indicando um domínio que define as ações de repressão como sendo constantes e sistematicamente reproduzidas.

A direita liberal (governo) era definida com base nas ações do PRI, partido mexicano que se manteve no poder por mais de 71 anos, sustentando sua

hegemonia por meio do controle da máquina pública e da corrupção, mas sem golpes, preservando as eleições e o pluripartidarismo. A partir desses traços semânticos do domínio fonte, as ações da direita liberal (governo) também são vistas como estratégias para se manter no poder.

Para a compreensão dessas ações da direita liberal (governo), articulam-se, nesse modelo, os termos “batuta”, “truque” e “ardilosas manobras”. O primeiro sugere um domínio de orquestra, associando às ações dos liberais (governo) um sentido que nossa experiência cultural reconhece como negativo. É o que ocorre quando se diz, por exemplo, que a criação de novos partidos foi orquestrada, ou seja, foi uma armação. Mantendo o mesmo sentido, os termos “truque” e “ardilosas manobras” tomam as ações dos liberais (governo) como tramóias, como ilusórias, no sentido de que nunca eram o que pareciam ser. Exemplos disso foram: a criação de novos partidos e as próprias eleições diretas de 1982. Demarca-se que as metáforas referidas acima (orquestra, truque, ardilosas manobras) se inserem na estrutura do modelo de guerra a partir do aspecto estratégia, que é mapeado para o domínio político como ações políticas.

Ainda no interior desse modelo, os termos “cimentadora”, “mexicana” e “mexicanização do processo” são tomados para significar o pacote eleitoral - outra estratégia utilizada pelo governo. Indicamos, então, dois domínios fonte que se articulam: um que se refere ao ato de cimentar, sugerindo solidez, e outro que diz da hegemonia do PRI, no México, por meio da corrupção e do controle da máquina pública. Esses sentidos, projetados para um domínio alvo de compreensão do pacote eleitoral, resultam em um modelo metafórico que representa essa ação como forma de solidificação da hegemonia política dos militares no Brasil, aqui referido como a mexicanização da política brasileira.

Assim, observamos que o enunciador de *O Pasquim* constrói um modelo a partir do conceito de guerra, realçando aspectos relativos às ações do governo. Conforme afirma Lakoff (1987), nossa mente é corporificada, funcionando a partir do modo como percebemos os meios sociais e culturais. Dessa forma, os domínios de experiência articulados pelo jornal, para representar as ações do governo, decorrem do modo como seus integrantes vivenciaram esse momento. Dada sua postura esquerdista, o veículo em questão se voltava para a crítica dos

militares e não reconhecia, nas ações do governo, fatores que pudessem conduzir efetivamente à democracia. Por isso, *O Pasquim* articula domínios como “mexicanização”, “orquestra”, “truque”, “ardilosas manobras”, “batuta”, para significar as ações do governo e enfatizar a representação da transição democrática como um processo cujas ações eram manipuladas para o controle da máquina pública e para a manutenção da hegemonia dos militares.

O enunciado seguinte faz referência às eleições indiretas de 1985, destinadas à sucessão presidencial. Nota-se que esse evento político é, também, significado a partir de um modelo estruturado na base de nossa percepção sobre uma guerra:

- (5) Desde domingo último, com a aquiescência da maioria oposicionista, delimitaram-se bem as fronteiras entre os dois Brasis, o real com seus milhões de mortos de fome da seca e desabrigados das enchentes e o Brasil oficial daqueles que votarão no Colégio Eleitoral. Com exceção do grupo **Só Diretas** (do PMDB), do PT e do PDT, já não sei mais quem é e quem não é oposição. Teremos, portanto, a partir de agora, dois partidos neste país e não são nem PDS nem PMDB, mas o **Partido Fascista** comandado por Paulo Maluf e o Partido de Centro Direita, comandado pela Frente Liberal, a usar o candidato Tancredo Neves que (meu Deus do Céu é de fazer explodir o coração deste vosso pobre cronista) teria tudo para vencer as eleições diretas para a presidência da república. Mas preferiu acreditar nos trãsfugas – de ocasião, de ocasião, olhem lá! - do sistema do que na totalidade do pobre povo brasileiro. Esses dois partidos – o **Fascista** e o de **Centro Direita** estarão lutando para ganhar os favores e carinhos de uma patética prostituta chamada **Partido Fisiologista** que deposita o voto em favor de Tancredo ou em favor de Maluf no reformatório eleitoral dependendo de quem lhe pagar mais, de quem lhe prometer mais e nessa corrida de seis meses com obstáculo, o preço de cada voto aumentará mais do que taxímetro de chofer ladrão. Foi para assistir a isso que milhões de brasileiros foram às praças públicas de todo o país, clamar por eleições diretas. (Grifo do autor)¹⁹

Desse enunciado segue, portanto, a demarcação de um domínio fonte relacionado à guerra, acionado por termos como “comandado”, “vencer” e “lutando”. Esses sentidos, ao serem deslocados para o domínio alvo da política, resultam em um modelo metafórico que define as eleições indiretas em termos de um conflito físico, no qual os candidatos assumem o papel de adversários em combate, e suas atitudes são tidas como estratégias para vencer as eleições. Uma vez instaurado esse modelo cognitivo de compreensão das eleições

¹⁹ WOLFF, F. Apesar de tudo diretas já. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano XVI, nº 790, p.5, 16 a 22 ag. 1984.

indiretas, outros conceitos são significados no seu interior, construindo um encadeamento de sentidos em que vários discursos trabalham interdiscursivamente, conforme aponta Fairclough (2001b), na representação desse evento político e, por conseguinte, da transição democrática. Verifica-se, então, segundo afirma Lakoff (1987), que esse Modelo Cognitivo, enquanto representação mental e corporificada, estabelece condições para a significação de outros domínios.

Sob essa perspectiva, indicamos o conceito de “fronteira”, que aponta para um domínio de espaço, de demarcação de território. Esses sentidos, transpostos para o domínio alvo da política, passam a significar aquilo que resultou da decisão de realizar eleições indiretas para presidente: a divisão do Brasil. Daí resulta um modelo metafórico que representa o Brasil a partir de uma cisão em que se demarcam, simultaneamente, dois tipos de atores políticos e dois territórios: de um lado, temos o Brasil real constituído pelo povo e seus problemas sociais e, de outro, temos o Brasil oficial constituído por seus governantes e políticos, sendo que os conflitos, disputas, ações e decisões políticas se desenvolvem, exclusivamente, nesse espaço. Por meio desse modelo, o enunciador de *O Pasquim*, ao definir as eleições indiretas como uma demarcação de espaços e de papéis políticos, também determina, na representação desse evento político e, por conseguinte, da transição democrática, o fato de se haver excluído a participação do povo brasileiro e desconsiderado seus problemas sociais.

Estabelecido o espaço de disputa política, deriva desse modelo a definição dos adversários (partidos políticos) e das estratégias (ações políticas) empregadas. Para identificar o PMDB, são usadas as expressões “Partido de Centro Direita” e “comandado pela Frente Liberal”, invocando um domínio fonte que diz da presença da direita nesse partido para defini-lo a partir de sua adesão ao PP, identificando-o como não mais de esquerda, mas de direita. Definida essa identidade, suas ações adquirem feições das ações da direita e se situam dentro do modelo geral TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA, a partir do traço da estratégia. Fazendo referência à candidatura de Tancredo Neves à presidência, pelo Partido de Centro Direita, temos o verbo “usar”, o qual aponta para nossa experiência de tirar proveito daquilo que utilizamos. Essa idéia de uso, transferida

para a cena política, toma a candidatura de Tancredo Neves por esse partido como algo negativo, pois a direita está tirando proveito da credibilidade popular desse político para vencer as eleições.

Para significar o PDS, partido do governo, o enunciador lança mão da denominação “Partido Fascista”, valendo-se de um conjunto de conhecimentos históricos e imaginários, socialmente construídos, que definem a atuação dos grupos fascistas como antidemocrática e sustentada na utilização de modernas técnicas de propaganda e censura. O modelo metafórico que resulta do deslocamento desses traços semânticos associa o PDS e seu candidato à presidência, Paulo Maluf, a uma postura antidemocrática, fundada em estratégias desonestas de persuasão dos eleitores.

Nomeado como “Partido Fisiologista”, o grupo político constituído pelos eleitores do colégio eleitoral tem suas atitudes caracterizadas pela busca de ganhos ou vantagens pessoais. Para caracterizar esses eleitores e suas ações políticas, o enunciador, pelo uso da expressão “patética prostituta”, trabalha sobre um domínio fonte de identificação da prática de prostituição (daquele que troca conscientemente sexo por dinheiro ou outro tipo de favorecimentos). O deslocamento desses sentidos resulta em um modelo metafórico que caracteriza os eleitores a partir da relação que eles estabelecem com os candidatos, baseada na troca de votos por favorecimentos. A utilização das expressões “corrida com obstáculos” e “taxímetro de chofer ladrão” remete para um domínio de disputa e acrescenta à representação dos grupos políticos a característica de desonestidade.

Como apontamos anteriormente, todos os domínios de experiência descritos acima adquirem sentido dentro do modelo TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA. Desse modo, a relação de troca de votos por favorecimentos entre candidatos e eleitores é uma forma de ação política localizada na estrutura desse modelo metafórico como estratégia de guerra empregada pelos candidatos para vencer as eleições. Dessas ações políticas, definidas em termos de prostituição, resulta a transição democrática. Nota-se um encadeamento de sentidos e discursos no interior do modelo TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA que aponta para a categorização TRANSIÇÃO POLÍTICA É PROSTITUIÇÃO.

O uso desse domínio de experiência ligado à prostituição evoca uma prática que é condenada socialmente. Ao significar a relação entre candidatos e eleitores, em termos da relação entre prostituta e cliente, *O Pasquim* faz reproduzir na representação das ações políticas e, por conseguinte, da transição democrática, esse mesmo sentido de reprovação e de imoralidade. Como dizem Lakoff e Johnson (2002), mais que a estruturação de um conceito, o modelo metafórico identificado em *O Pasquim* aponta para a representação de uma realidade social e política que ultrapassa o domínio estritamente cognitivo e passa a instaurar formas de percepção. Segundo Paul Chilton (2006), tais formas de percepção legitimam ou deslegitimam formas de agir, que refletem a própria experiência política desse jornal. Nesse sentido, é bastante significativo que *O Pasquim* tenha selecionado aspectos relativos ao modo como experienciamos a prática da prostituição em nossa cultura como maneira de sugerir as ações políticas. Esse apelo a uma prática socialmente condenada permite que o artigo do jornal represente a transição democrática a partir da imoralidade das ações de seus políticos.

3.2.2 A revista *Manchete*

Partimos agora para a análise do modelo metafórico construído pela revista *Manchete* a partir da utilização da metáfora TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA, já abordada em *O Pasquim*. Iniciaremos nossas considerações pelo enunciado (6), retirado da revista, referente à discussão sobre a reforma eleitoral proposta pelo governo no período anterior às eleições de 1982, mais especificamente, sobre o pacote eleitoral expedido pelo governo Figueiredo em novembro de 1981.

- (6) Diz-se em Brasília que o Presidente Figueiredo tomou como verdadeira afronta pessoal a derrota do projeto da sublegenda, que ele enviara ao Congresso. Estava na véspera de sua chegada a Brasília, regressando de Cleveland, quando teve notícia do revés. E não gostou. Passou, então, a esperar a ocasião propícia para ir à forra. Esse momento surgiu quando as oposições, estimuladas pela vitória na votação da sublegenda, evoluíram para uma atitude de intransigência e de radicalismo nos entendimentos mantidos com o ministro da justiça. Tendo acuado o governo na votação da sublegenda e no acordo para o projeto da Previdência Social, as lideranças oposicionistas acharam que havia chegado a hora de pagar para ver e de chuchar a onça mesmo com vara curta. “Jamais conseguirão encurralar-me” disse o Presidente Figueiredo, dando um murro na mesa e ordenando ao seu ministro da

Justiça que interrompesse os entendimentos com a oposição, enquanto assinava o projeto que vincula as eleições em todos os níveis.²⁰

Ao significar as relações e ações políticas constitutivas do processo de transição, o enunciador de *Manchete* se vale da estrutura de um domínio de experiência relacionado à guerra, acionado pelas metáforas lingüísticas “afrota”, “derrota”, “revés”, “acuado” e “vitória”. Esse domínio fonte transfere aspectos semânticos para o domínio político, do que depreendemos um modelo metafórico que situa governo e oposição como adversários, referenciando suas relações em termos de um conflito e suas ações como estratégias de guerra. Esse modelo metafórico desencadeia um processo referencial específico que, ao articular outros sentidos e discursos, determina formas de representação do processo de transição. Observamos que as representações seguem de escolhas feitas na estrutura do conceito de guerra, no sentido de significar os eventos políticos a partir do realce ou disfarce de aspectos do processo político.

Ao estruturar o modelo “transição política é guerra”, a revista realça, pelos termos “afrota” e “revés”, as ações desempenhadas pela oposição. Esses termos sugerem um domínio que diz daquele que agride, que insulta, que ataca, que aplica golpes de soslaio. Esses aspectos semânticos, ao serem deslocados para o domínio político, simultaneamente, definem a oposição como agressiva e o governo como vítima dessa agressão. A sentença “evoluíram para uma atitude de intransigência e de radicalismos” toma o processo de progressão e de intensificação dos ataques observados em conflitos físicos para significar as ações da oposição em termos da intensificação de seu caráter agressivo e, portanto, como promotoras do acirramento das divergências políticas. Vale destacar que essas intransigências e radicalismos da oposição são colocados aqui como opostos aos desejos de entendimento apresentados pelo governo.

Ainda definindo as ações da oposição, encontramos os termos “acuados” e “encurrular”, que indicam o ato de cercar o inimigo, forçando-o a ter alguma reação. Esses sentidos reproduzidos na significação das ações da oposição reforçam seu caráter agressivo, ao mesmo tempo que determinam as ações do

²⁰ FILHO, M. M. Figueiredo vira a mesa e empacota as eleições. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 30, nº 1547, p. 20-21, 12 dez. 1981.

governo, pois a este não restava alternativa a não ser reagir. Finalmente, destacam-se as expressões “a hora de pagar para ver” e “cutucar a onça com vara curta”, que sugerem domínios semânticos de incerteza, provocação e perigo, para significar as ações da oposição a partir daquilo que elas apresentavam de agressivas, provocadoras e, até mesmo, de irresponsáveis e precipitadas. Nota-se que, nesse modelo construído pela revista *Manchete*, as ações da oposição são situadas em termos de ataques de guerra, os quais se tornam cada vez mais agressivos, condicionando uma reação do governo.

Nesse sentido, como estamos falando de um modelo construído na base do conceito de guerra, as ações do governo são apresentadas como reação aos ataques da oposição. O governo que, inicialmente, apresentava o desejo de solucionar as divergências por meio de entendimentos, que podem ser tomados aqui como uma metáfora de pacificação, vê-se obrigado a reagir à agressividade das oposições. Segue daí o uso da expressão “ir à forra”, que aponta para o ato de revidar e, metaforicamente, define as atitudes do governo, mais especificamente o pacote eleitoral, como forma de reação e defesa aos ataques da oposição.

Identificamos que o modelo metafórico construído pelo enunciador de *Manchete*, ao representar a oposição e suas ações em termos de sua agressividade, faz reproduzir, na representação da transição democrática, um conjunto de imaginários socialmente construídos e culturalmente disponíveis, que localizava as oposições como agressivas e radicais. Essa forma de perceber as esquerdas e as relações políticas era característica, na época, de uma postura ideológica de elite e, nesse sentido, refletia a postura política de *Manchete* que, como porta-voz dos grupos que detinham o poder, faz reproduzir nas suas representações as ideologias próprias desse grupo. Como apontam Lakoff e Johnson (2002), o funcionamento das metáforas depende das posições políticas e sociais dos sujeitos que categorizam. Assim, as escolhas dos aspectos destacados e os discursos articulados no interior do modelo metafórico TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA são determinados por este lugar de fala de poder assumido pela revista.

- (7) Uma das preocupações dos estrategistas do Palácio do Planalto era a de que a nova lei não prejudicasse demais os pequenos partidos, a fim de evitar que esse prejuízo beneficiasse o PMDB e PP. De qualquer maneira, o governo considerou encerrados os entendimentos com a oposição e o PDS resolveu fechar a questão sobre a reforma que acha plenamente conveniente aos seus interesses eleitorais como perfeitamente justificável do ponto de vista teórico e moral.²¹

Em (7), a utilização da expressão “os estrategistas do Palácio do Planalto” toma, como em (6), o domínio de experiência da guerra para estruturar a conjuntura política brasileira. Tem-se, então, um domínio fonte que diz dos estrategistas de uma guerra e de sua habilidade de planejamento prévio, reflexão e raciocínio, e um domínio alvo de referência desses sentidos que deve dizer do governo e da execução de suas ações. Da projeção desses dois domínios resulta um modelo emergente que representa o governo como estrategista e suas ações como bem planejadas, resultado de um processo de raciocínio e reflexão. Dentro desse modelo metafórico, as ações do governo são localizadas como estratégia e dele decorrem outros encadeamentos de sentido.

Segue desse modelo a definição da reforma eleitoral expedida pelo governo em termos de uma estratégia de guerra. Assim referida pelo enunciador, a reforma eleitoral se transveste dos traços semânticos constitutivos do conceito de estratégia, o que a define como uma ação baseada em planejamento prévio e raciocínio, especialmente no que se refere à preocupação que se teve de não deixar que ela prejudicasse os pequenos partidos. Essa ação do governo é ainda referida pelo termo “entendimentos” e pela expressão “fechar questão”, que apontam para uma idéia de acordo e consenso, sinalizando, dentro da estrutura do modelo de guerra, para um acordo de paz. Esses sentidos assinalam a representação do governo como aquele que age de forma racional e habilidosa, além de voltar suas ações para a solução das divergências políticas.

- (8) O deputado Néelson Marchezan, mais otimista ainda, acredita que haja tempo suficiente para até o natal submeter o projeto à votação do plenário, a fim de que os parlamentares possam passar a festa nos seus respectivos estados. Mas a verdade é que a cúpula do PDS não pretende correr o risco de uma confrontação direta no plenário. Considerando que esse confronto poderá estimular o processo de radicalização, a liderança pedessista considera também arriscada a

²¹ FILHO, M. M. Figueiredo vira a mesa e empacota as eleições. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 30, nº 1547, p. 20-21, 12 dez. 1981.

tentativa de reunir toda a sua bancada na Câmara, constituída de 214 deputados, e sua representação no senado, composta de 37 senadores. Bastaria que três deputados e três senadores divergissem da orientação oficial para que o pacote não fosse aprovado. [...] O mais aconselhável seria, então, a retirada de representantes do partido do plenário do Congresso, a fim de não dar número, para a votação da matéria, que seria, assim, aprovada por decurso do prazo de 45 dias, previsto para as sua apreciação no Congresso.²²

(9) Se o PDS radicalizar seu apoio ao pacote eleitoral, o PMDB radicalizará sua oposição ao projeto, usando de todos os meios ao seu alcance para derrotá-lo: não teme o confronto, mas dele não pretende fugir.²³

(10) A essa estratégia fria e simples a oposição respondeu com uma conclamação a todos os seus deputados no sentido de que acorressem a Brasília nesta semana.²⁴

Nos enunciados (8), (9) e (10), identificamos a reiteração do modelo metafórico, já percebido nas citações anteriores, em que, a partir da utilização do domínio de experiência da guerra, constrói-se uma forma bastante peculiar de organização do processo enunciativo. Nos trechos acima, os termos “confrontação”, “confronto”, “derrotá-lo” e “estratégia” acionam o esquema cognitivo da guerra, remetendo para um domínio de conflito físico na definição da votação da reforma eleitoral no congresso. O deslocamento de sentido do domínio da guerra para o domínio político resulta na representação da votação dessa reforma como um embate físico entre governo e oposição. Esse modelo metafórico, por sua vez, localiza e define os papéis e ações do governo e da oposição com base em inferências advindas do modo como os elementos do domínio de conflito estruturam esse evento político.

As inferências que seguem desse modelo definem oposição e governo a partir das posições divergentes que assumem em relação à reforma eleitoral: o governo busca a aprovação da reforma, e a oposição, sua reprovação no congresso por meio de votação. O que é significativo, no entanto, é o modo como são apresentadas as ações desses dois grupos políticos a partir do conceito de guerra. As ações do governo são definidas sob a perspectiva de estratégia, uma

²² / ²² FILHO, M. M. Pacote eleitoral: A oposição contra ataca. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 30, nº 1548, p. 159- 161, dez. 1981.

²³ FILHO, M. M. Oposição unida contra o pacote. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 31, nº 1552, 16 jan. 1982.

forma racional, planejada e habilidosa de agir. Essa ótica positiva é determinada pelo modo como as ações do governo se inserem na estruturação semântica de um confronto físico. Assim, ao evitar a votação da reforma eleitoral no congresso, vista como uma confrontação, o governo procura evitar o risco. Nota-se que são destacados, da nossa experiência com confrontações físicas, traços semânticos que nos dizem de seus riscos, levando a uma definição da votação como arriscada. Um dos riscos apontados nessa votação seria o estímulo do processo de radicalização das posições políticas. Pode-se dizer, então, a partir desse esquema metafórico, que evitar uma confrontação seria uma estratégia inteligente e racional por parte do governo.

O enunciador da revista destaca os recursos legais utilizados pelo governo para evitar a votação da reforma no congresso, os quais consistiam na retirada de representantes do PDS no plenário para não dar número para a votação e ter a reforma aprovada por decurso de prazo. Essa atitude do governo é definida pelo termo “estratégia” e se caracteriza por seus aspectos de legalidade.

Segue, ainda desse mesmo modelo, o enfoque para o caráter agressivo e intransigente das ações da oposição no sentido de forçar a votação da reforma eleitoral e, portanto, insistir num embate físico. Destaca-se a tendência da oposição para radicalismos, a exemplo da sua disposição para utilizar todos os meios ao seu alcance a fim de derrotar a reforma, o que nos aponta para a ausência de restrições em suas ações. A oposição, ao contrário do governo, não teme o confronto físico, busca incentivá-lo pela conclamação de seus deputados a comparecerem na votação e, portanto, dispõe-se a correr riscos. Assim, as ações da oposição são definidas como reações agressivas às estratégias do governo, as quais, por sua vez, são perfeitamente legais e justificáveis do ponto de vista de um embate físico.

Como afirmam Lakoff e Johnson (2002), as estruturações metafóricas instauram formas de representação da realidade, colocando em questão não a verdade ou a falsidade da metáfora, mas as inferências que ela implica e as ações por ela sancionadas. Nesse sentido, percebemos que os aspectos semânticos do conceito de guerra são realçados para dizer das habilidades do governo, dos riscos de uma votação da reforma eleitoral no congresso e da

agressividade das ações da oposição, de modo a construir uma representação da conjuntura política. Essas escolhas realizadas por *Manchete*, como já colocamos anteriormente, resultam em representações sustentadas em ideologias características de grupos dominantes, as quais refletem a visão política desse periódico que se veiculava a uma posição de direita, fazendo reproduzir em seus discursos a ordem política hegemônica de então. Podemos, pois, considerar as escolhas realizadas na estrutura semântica do conceito de guerra a partir de restrições estabelecidas pela posição enunciativa assumida por esse veículo de comunicação naquele contexto histórico.

Em (11), temos um trecho que trata da campanha eleitoral das eleições indiretas de 1985, destinadas à sucessão presidencial:

- (11) Com apenas poucos dias transcorridos da homologação de suas candidaturas pelas Convenções Nacionais do PDS e do PMDB, o Deputado Paulo Maluf e o ex-Governador Tancredo Neves já se encontram em plena campanha eleitoral. Ambos escolheram Brasília para o quartel-general de suas candidaturas. Distantes um do outro apenas algumas centenas de metros, os comitês eleitorais de ambos estão contando com a presença dos presidenciáveis quase durante todo o dia. Essa presença é interrompida apenas com viagens isoladas de um ou do outro a Belo Horizonte ou a São Paulo. O Deputado Paulo Maluf está entregue a um verdadeiro corpo-a-corpo, trabalhando diretamente, um a um, todos os grandes eleitores do Colégio Eleitoral. Já o ex-Governador Tancredo Neves, que se vinha preocupando inicialmente com o apoio dos governadores e da opinião pública, através de sua mobilização para grandes comícios populares, foi advertido pela sua assessoria política sobre a necessidade de voltar-se para um trabalho de catequese direta e pessoal junto a cada um dos 686 eleitores que votarão no próximo dia 15 de janeiro.²⁵

A expressão “quartel general de suas candidaturas” indica um domínio de experiência que diz do espaço em que são planejadas as ações e as estratégias de guerra. Da projeção dos traços semânticos desse domínio fonte para a significação da campanha eleitoral para presidente resulta um modelo metafórico que conceitua o espaço da política como um quartel general de guerra, no sentido de que o próprio espaço onde se processam as idéias políticas é o lugar onde se articula a guerra. A campanha das eleições indiretas é representada como uma

²⁵ FILHO, M. M. Maluf X Tancredo: fogo cruzado. *Manchete*,. Rio de Janeiro, Ano 33, nº 1690, p. 18-20, 08 set. 1984.

operação de guerra, em que os candidatos (Paulo Maluf e Tancredo Neves) assumem o papel de comandantes, e suas ações se transvestem em estratégias.

Estabelecido o modelo que compreende as ações executadas pelos candidatos como estratégias de guerra, outros domínios são articulados para significar essas ações. Segue, então, a utilização da expressão “corpo-a-corpo” para referenciar as ações utilizadas pelo candidato Paulo Maluf, insinuando um domínio de luta física e de proximidade entre os lutadores. O mapeamento desses sentidos na compreensão do modo como o candidato agia para conquistar votos demarca em suas ações os aspectos de empenho, esforço e dedicação, no intuito de se aproximar de cada eleitor e atender seus interesses. As ações do candidato Tancredo Neves, por sua vez, são referidas pela expressão “trabalho de catequese”, apontando para um domínio de experiência que nos diz de uma prática religiosa de doutrinação em que se é introduzido nos princípios e códigos morais da religião cristã. Esses aspectos semânticos, migrados da prática de catequese para a compreensão da forma de ação de Tancredo Neves, resultam em um modelo que define tais ações em termos de convencimento dos eleitores, demarcando nesse candidato suas habilidades de negociador e conciliador de interesses.

Apesar de diferentes, as ações dos dois candidatos são definidas a partir da noção de “trabalho”, que sugere uma atitude de empenho e esforço nas ações por eles desempenhadas durante a campanha eleitoral. Vale destacar que tais ações se inserem no esquema semântico da guerra como uma forma de estratégia que era articulada pelos comandantes para vencer as eleições. Como já observamos, no modelo metafórico construído em *Manchete*, as estratégias (ações), especialmente as empregadas pelo governo e pelos partidos de direita, são representadas como formas racionais e planejadas de conduzir o processo político. Nesse sentido, ao definir essas estratégias em termos de práticas como catequese e trabalho, que nossa experiência cultural reconhece como sendo possuidoras de valor e função social, o enunciador de *Manchete* corrobora essa representação, contribuindo para a legitimação de tais ações e, por conseguinte, do processo político no qual estavam engajados: as eleições indiretas.

3.2.3 Considerações acerca da metáfora TRANSIÇÃO POLÍTICA É GUERRA em *O Pasquim* e em *Manchete*

Afirmamos, inicialmente, que a recorrência do uso do domínio de experiência da guerra para racionalizar sobre a estrutura do domínio político, tanto em *Manchete* quanto em *O Pasquim*, pode estar vinculada ao modo de experienciamento da prática política naquele momento, pois, por se tratar de um regime militar, os processos políticos se constituíam, literalmente, sob os preceitos da guerra. A análise da prática discursiva do jornal e da revista nos apontou para o realce de diferentes aspectos semânticos do conceito de guerra. Associados a conhecimentos sociais e a valores culturais referentes à forma específica de vivência dos eventos políticos, esses aspectos resultam em modelos metafóricos distintos e em representações também distintas do processo de democratização do Brasil. Chamamos a atenção, portanto, para o fato de que os mapeamentos metafóricos foram determinados pelas posições enunciativas dos veículos em questão.

Observamos que os modelos cognitivos construídos a partir do conceito de guerra funcionaram nos dois periódicos como formas de organização do processo enunciativo. Por meio desses modelos, definidos como estruturas representacionais, foram significados os atores, os partidos, os eventos e as ações políticas e, por conseguinte, a transição democrática. Essas representações mentais, construídas na base dos processos cognitivos, comportam em sua estrutura a própria organização dos discursos, enquanto são por eles determinadas em termos sociais e culturais.

No modelo construído por *O Pasquim*, o governo é representado como estrategista, e suas ações são como estratégias de guerra. Tais ações são significadas a partir da articulação de domínios como trapaça, truque, manobra, laboratório, prostituição, os quais, claramente, desqualificam e deslegitimam as ações do governo e, portanto, o processo de democratização que se realizaria por meio delas. Essas representações emanam de mapeamentos metafóricos que foram condicionados pelo modo como *O Pasquim*, enquanto jornal de esquerda, contrário à hegemonia política dos militares, experienciou o processo de democratização.

No modelo construído pela revista *Manchete*, o governo também é representado como estrategista, e suas ações sugeridas como estratégia. Entretanto, as ações são significadas sob a perspectiva de ações legais e, ainda, como um trabalho de catequese - domínios de experiência que corroboram a legitimação dessas ações. A oposição, por outro lado, é representada sob a ótica da agressividade. Tais escolhas, que são processadas cognitivamente, não são gratuitas, elas materializam a visão de mundo do enunciador de *Manchete*, que se filiava a uma formação discursiva de direita e, como porta-voz da hegemonia política estabelecida no Brasil pelos militares, tendia a reproduzir ideologias próprias dos grupos dominantes.

3.3 O jogo político

Como foi colocado acima, também identificamos, em nosso *corpus*, a presença do conceito metafórico TRANSIÇÃO POLÍTICA É JOGO. O conceito de jogo se assemelha ao de guerra em relação à estrutura semântica, de modo que a utilização desses dois campos semânticos na estruturação dos eventos políticos evidencia a sistematicidade, explicitada por Lakoff e Johnson (2002), constitutiva do nosso sistema conceitual. Nesse sentido, apesar de diferentes, esses dois domínios apresentam várias similaridades no modo como os experienciamos culturalmente: no domínio da guerra, há as “nações” guerreando e o planejamento de estratégias; no domínio do jogo, aparecem os adversários de uma partida e também as estratégias traçadas para vencer o adversário. Esses dois conceitos são comumente intercambiáveis e estruturados um em termos do outro.

3.3.1 O jornal *O Pasquim*

Daremos continuidade às nossas discussões a partir da análise da estruturação metafórica TRANSIÇÃO POLÍTICA É JOGO, presente em *O Pasquim*, com vistas a compreender como as metáforas funcionam na construção de representações da conjuntura política de transição.

(12)Hoje o povo deste país (aqueles que a miséria não enlouqueceu) pode ver claramente que os déspotas foram surpreendidos pelo sol do socialismo como um vampiro que já havia se acostumado às trevas. Acreditavam que as manobras de gabinete - que eles chamam de política - dos Golberis e dos Leitões os manteriam definitivamente no

poder. Mas foram surpreendidos e depois de passarem 18 anos sem dar satisfações a ninguém querem explicar a maior dívida externa do mundo pondo a culpa na crise mundial. A verdade é que estão perplexos, estarecidos, pois o jogo democrático impôs suas próprias regras apesar das regras deles.²⁶

Em (12), o uso das expressões “jogo democrático” e “regras” trabalha sobre o domínio fonte do jogo para significar a forma de encaminhamento do processo político de transição. Os traços semânticos destacados do domínio do jogo recaem sobre o aspecto das regras, referente que diz respeito aos princípios e normas de organização de um jogo, os quais permitem o seu adequado funcionamento. Do deslocamento desses sentidos para o domínio político surge um modelo que representa o processo de transição democrática como um jogo que funciona a partir de dois conjuntos de regras distintos: por um lado, as regras definidas pelos militares (governo), por outro, as inerentes a um regime democrático em que as decisões são tomadas pelo povo.

Desse modelo segue a utilização do conceito “manobras de gabinete”, sugerindo as regras ou princípios de organização das ações políticas empreendidas pelos militares. Esse conceito sugere aspectos referentes ao ato de enganar, de fraudar e de burlar as normas. Ao se valer desses sentidos para significar as ações dos militares, o enunciador de *O Pasquim* chama a atenção para a inexistência de regras e de princípios fixos na condução do processo político. As regras mudariam segundo a necessidade de se garantir a permanência desse grupo no poder. Vale destacar a referência aos militares e a ausência de princípios na política por meio da sentença “vampiro que se acostumou às trevas”, uma forma bastante peculiar de fazer referência à forma ilícita pela qual os militares se mantinham no poder e ao atraso desse período.

Já a expressão metafórica “jogo democrático” diz respeito aos resultados das eleições diretas de 1982, por meio das quais muitos candidatos da esquerda foram eleitos pelo voto popular. Essa expressão demarca as regras de um regime democrático, apresentando um princípio claro: as decisões políticas são tomadas pelos cidadãos, e o encaminhamento do processo político é organizado em torno

²⁶ WOLFF, F. A coisa não demora... *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano XIV, nº 716, p.7, 10 a 16 mar. 1983.

dessa premissa. O funcionamento do jogo democrático, como vimos, contrapõe-se ao dos militares, já que as regras deste eram instáveis e regidas pelo árbitro.

Ao sugerir o funcionamento do processo político em termos de um jogo, *O Pasquim*, através do artigo mencionado, estabelece um modo específico de definir a transição política. Ao lançar mão desse domínio de experiência e ao demarcar o elemento das regras, utiliza-se um conjunto de conhecimentos e de valores culturais relativos ao modo como experienciamos esse domínio e que nos diz da ordem e da norma. Afinal, o bom andamento de um jogo depende da existência de regras coerentes e da sua obediência. Nossa experiência cultural reconhece, portanto, que um jogo deve ter regras que devem ser seguidas. Nesse sentido, ao se apontar para a divergência de regras no processo político brasileiro, demarca-se seu funcionamento inadequado e a ausência de coerência e de organização no que se refere às ações dos governantes militares.

Em linhas gerais, esse modelo metafórico, como nos aponta Paul Chilton (2006), ao mesmo tempo que resulta em uma deslegitimação das atitudes dos militares, representadas como incoerentes e ilegítimas em seu funcionamento, promove a legitimação de uma forma democrática da política, representada como coerente e legítima. Considerando-se que os militares estavam no poder e eram os responsáveis pela articulação do processo de transição, então, esse processo apresenta um funcionamento inadequado. Funcionamento este que se encontra representado também no enunciado que segue:

(13)Eu sabia. No íntimo eu sempre soube que a subemenda à emenda dos cacófagos (gente que come imundice tais quais cobras, sapos e lagartos) Leitão Marchezan, seria retirada. Sempre soube que ela havia sido elaborada apenas para evitar a aprovação da Dante de Oliveira. Mas – pensei eu na ocasião – por que colaborar com o meu mínimo, para diminuir a esperança popular? Uma esperança que mais uma vez se mobilizava nas ruas e só não explodiu esse país porque os burguesões das oposições – estes sim uns amadores – insistiram em negociar com a guilhotina, entrando com o pescoço. Tudo não passou de uma farsa, um jogo de futebol planaltino; que consiste no seguinte: ele não tem regras fixas; o juiz as vai inventando na hora; quando lhe dá na cabeça ou quando é aconselhado por seu bandeirinha Medeiros, Ackel, Maluf ou Delfim. Mas o time adversário (digamos o nosso time, embora a grande maioria dele seja composta de homens ricos) para poder continuar no jogo tinha que ser paciente. Aceitar sem discutir as mudanças de regras do juiz Figueiredo. E não só isso: considerá-las normais, elegantes e demonstrar isso com sorrisos e mesuras. O nosso time – vá lá que seja, uma vez que não há outro – durante vinte anos aceitou as mudanças de regras dos juizes que se sucediam sem

perguntar a ninguém se os queríamos como árbitros, uma vez que sempre usaram o arbítrio como apito. “O campo agora é triangular?” muito bem. “Temos que jogar com apenas metade dos jogadores” “perfeitamente senhor”. “O time do governo pode fazer gols com as mãos” “Apoiado Sr. juiz”. Depois de vinte anos o nosso time aprendeu as regras-não-regras do governo e estava aparentemente pronto para batê-lo. Foi quando o juiz Figueiredo, aconselhado pelos bandeirinhas Abi-Ackel, Medeiros e Delfim, criou uma última regra “acabou o jogo, a partida acaba quando o juiz quer”. Botou a bola no bolso – um bolsão enorme – e foi para o palácio inventar novas regras.²⁷

No trecho acima, o conceito “jogo de futebol planaltino” estrutura todo o processo político brasileiro relativo às ações da classe política, desde o golpe de estado de 1964 até as negociações para a sucessão presidencial em 1984. O uso dessa expressão metafórica produz um deslocamento de sentidos em que as ações e relações políticas passam a ser percebidas a partir do modo como experienciamos um jogo de futebol. A referência ao domínio de experiência do futebol revela a estreita ligação entre os processos metafóricos e sua base cultural, pois reconhece, nos domínios mais estáveis da memória pessoal e social, um Modelo Cultural que situa o futebol como um elemento significativo para os brasileiros, não apenas num âmbito simbólico dos imaginários construídos sobre o Brasil e sua cultura, mas também no que diz respeito ao que ele suscita em termos de engajamento, alegria e expectativa popular.

Ao utilizar o domínio do futebol, o enunciador se apropria de seu campo semântico com o uso de expressões como “bandeirinha Medeiros, Ackel, Maluf ou Delfim”, “juiz Figueiredo”, “o nosso time”, “usaram o arbítrio como apito”, “time do governo” e “regras-não-regras”. Essas metáforas lingüísticas nos apontam para um deslocamento de sentido entre o domínio fonte do futebol e o domínio alvo da política, resultando em um modelo metafórico regido pelo conceito TRANSIÇÃO POLÍTICA É UMA PARTIDA DE FUTEBOL SEM REGRAS.

Esse modelo metafórico constitui uma forma específica de perceber as relações, as ações e os papéis políticos. Segue desse modelo, então, que a política é uma partida de futebol entre dois times adversários, oposição e governo, o juiz dessa partida é o presidente Figueiredo, o apito é o arbítrio do presidente.

²⁷ WOLFF, F. Cuidado com o juiz. *O Pasquim*, Rio de Janeiro, Ano XV, nº 784, p. 6-7, 05 a 11 jul. 1984.

Esse jogo se caracteriza pela inexistência de regras preestabelecidas, sendo definidas pelo juiz Figueiredo na hora da partida. Os bandeirinhas são os ministros, os quais auxiliam na confecção das regras, e a torcida é o povo brasileiro, espectador do processo político.

A partir desse modelo, podemos fazer as seguintes inferências: se o time do governo joga contra a oposição, que é o time do povo, então, o governo está contra o povo. Se é o presidente Figueiredo, enquanto juiz e representante do time do governo, quem controla as regras do jogo, o presidente controla o processo político sempre a favor do seu time. Se o time do governo controla as regras, ele controla as ações do time da oposição. Se o time da oposição não sabe as regras, não é possível que se jogue com eficiência. Se o povo é a torcida, a população é espectadora das ações políticas e, enquanto torcedora do time da oposição, também é prejudicada e controlada pelas decisões políticas do presidente. Com tais mapeamentos e inferências, localizamos papéis e relações sociais estabelecidas entre os atores políticos e representações construídas do processo de transição, mais especificamente da sucessão presidencial.

Nota-se que, neste modelo metafórico, o principal aspecto destacado da estrutura conceitual do conceito de jogo reside no traço semântico da ausência de regras que, ao migrar para o campo político, leva-nos a ressaltar a ausência de normas e princípios nas atitudes dos governantes brasileiros, reiterando a representação apontada em (12). Mais do que isso, as regras implicam um fator de regulação e de controle do jogo. Nesse sentido, na representação criada por essa metáfora, os militares (governo) são apontados como aqueles que controlam o processo político sempre a seu favor. Esse enfoque apresenta uma crítica às atitudes do governo e, por conseguinte, ao modo de condução do processo de democratização, revelando, como nos dizem Lakoff e Johnson (2002), a influência da visão política de *O Pasquim* na estruturação dos esquemas cognitivos de representação.

3.3.2 A revista *Manchete*

Resta ainda discutir o modo como o domínio semântico do jogo foi utilizado pela revista *Manchete* para representar a conjuntura política de transição.

Apresentaremos, inicialmente, dois enunciados que tratam da regulamentação do processo eleitoral anterior às eleições diretas de 1982:

- (14) O relatório dos órgãos militares de informação, entregue ao Presidente Figueiredo, não deixava a menor dúvida quanto aos resultados do pleito de 1982: se mantidas as atuais regras do jogo, o PDS seria derrotado em 17 estados. Então o palácio do planalto resolveu aproveitar-se do impasse surgido nas negociações entre o Ministro Abi-Ackel e os líderes da oposição para furar o abscesso, mandando ao Congresso o projeto do voto vinculado. Se essas novas regras forem aprovadas, o PDS passará da condição de perdedor para a de ganhador em 17 estados: só ele disporá de uma máquina partidária suficientemente forte e distribuída em 4 mil municípios para assegurar o lançamento de candidaturas próprias a vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, governador e senador.²⁸
- (15) A seis meses das eleições, quando os brasileiros aguardam ansiosamente a hora de votar, o governo atualiza as regras do jogo político.²⁹

O enunciado (14) se caracteriza pela presença das metáforas lingüísticas “atuais regras do jogo” e “novas regras”, que apontam para um domínio de experiência do jogo, do qual o enunciador seleciona os traços semânticos relacionados ao elemento das regras. Estas se referem às normas de funcionamento do jogo e, ao serem deslocadas para a significação do domínio político, devem dizer da coerência no funcionamento do processo eleitoral. Desse modo, entendemos que esse processo é significado a partir de duas formas de funcionamento que se distinguem a partir do resultado que cada uma delas favorece: por um lado, há as regras atuais que não prevêm a vinculação do voto, favorecendo a vitória dos partidos oposicionistas nas eleições diretas; por outro lado, as novas regras estabelecidas pelo pacote eleitoral expedido pelo governo propõem o voto vinculado, favorecendo, portanto, a vitória do PDS, partido do governo.

A partir desse modelo, outros sentidos são instaurados. O modo atual de funcionamento do processo político é definido por meio da noção de “impasse”, ressaltando as divergências existentes entre oposição e governo nas negociações

²⁸ FILHO, M. M. Figueiredo vira a mesa e empacota as eleições. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 30, nº 1547, 12 dez. 1981.

²⁹ FILHO, M. M. A batalha do novo pacote eleitoral. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 31, nº 1570, p. 134-135, 23 maio 1982.

no congresso. Essa dificuldade de negociação é significada a partir da expressão “furar o abscesso”, que aponta para uma enfermidade, ou seja, como algo a ser combatido, tratado. Esses sentidos, ao se deslocarem para o domínio político, resultam em um modelo metafórico que, ao mesmo tempo que personifica o congresso, representa-o como um ser doente que precisa de tratamento, o qual será realizado pelo governo. O reconhecimento de que o congresso está doente implica entender que as atuais regras não funcionam bem, surgem, assim, as novas regras (pacote eleitoral) que são colocadas como um tratamento para esses impasses. O enunciador de *Manchete* articula os conhecimentos relacionados à forma como experienciamos uma enfermidade física como aquilo que, inevitavelmente, exige tratamento, justificando, assim, a necessidade de mudança das regras.

Ao se explicitar a existência tanto de regras atuais quanto de novas, chama-se a atenção para o fato de que o processo político é sempre regido por elas, embora, em alguns casos, sua mudança seja inevitável. É possível, então, perceber o realce da normatização do processo político, segundo padrões previamente estabelecidos pelos grupos políticos. Também em (14), identificamos o destaque para o aspecto das regras por meio da sentença “o governo atualiza as regras do jogo político”, que aponta para o modo de ação do governo. Dessa forma, apesar de apresentar a idéia de alteração das regras do processo político, essa alteração se faz por meio de uma ação referida pelo verbo “atualizar”, que nossa experiência reconhece como uma forma de melhoria, de aprimoramento. As mudanças de regras são representadas, então, como uma forma de aperfeiçoamento e melhoria do modo de funcionamento político.

É importante destacar que os aspectos constitutivos desse modelo metafórico identificado em *Manchete* estão vinculados à posição enunciativa desse veículo de comunicação. Tendo em vista a orientação discursiva e cultural da revista, definida pelo seu lugar de fala de elite e pelo público alvo de classe média ao qual se dirige, não é possível conceber a experiência de um jogo sem regras, pois estas são um fator de regulação, de normatização, não só no jogo, mas também no meio social.

(16) Quem é quem (e quem faz o quê) no xadrez da sucessão.³⁰

(17) No complicado xadrez sucessório, as opiniões se dividem. A unanimidade, no momento, está longe de ser alcançada.³¹

Nos exemplos acima, o uso de expressões como “xadrez da sucessão” e “xadrez sucessório” trabalha sobre a estrutura de um domínio de experiência relacionado ao jogo de xadrez para significar o processo de sucessão presidencial. Traços semânticos relativos ao modo como significamos esse tipo de jogo, especialmente aqueles relativos à complexidade e às habilidades de estratégia e tática nele envolvidas, são selecionados para estruturar esse processo. Do deslocamento de sentido entre esses dois domínios resulta um modelo metafórico que representa a sucessão presidencial como um processo complexo e difícil, que exige habilidades estratégicas específicas. Ao se valer de tal metáfora, o enunciador de *Manchete* reconhece, em domínios mais estáveis da nossa memória sociocultural, um conhecimento socialmente produzido e culturalmente disponível. Conhecimento que define tal jogo como complexo e, por isso, exige de seus jogadores as habilidades de estratégia e tática a partir desse modo de perceber tal jogo define-se o esquema cognitivo dos papéis e relações políticas.

Nesses termos, é possível explicar o conceito da sucessão presidencial, a partir da complexidade de um jogo de xadrez, devido à existência de posições divergentes entre os representantes políticos no que se refere à condução do processo de transição. Pode-se dizer que as posições políticas são percebidas como as posições das peças em um tabuleiro, e a negociação política, em termos das estratégias utilizadas para a movimentação dessas posições, com vistas a atingir um objetivo: a sucessão presidencial, como se observa em (17). Notamos que essas movimentações acontecem a partir da perspectiva de dois jogadores, mais especificamente de dois grupos políticos - governo e oposição -, os quais são posicionados como os principais responsáveis pelas ações políticas. Esse processo metafórico, ao mesmo tempo que constitui uma realidade política, define também papéis sociais, de modo que a sucessão presidencial é tomada como um

³⁰ / ³⁰ FILHO, M. M. A irresistível marcha das DIRETAS. *Manchete*, Rio de Janeiro, Ano 32, nº 1668, p. 14-17, 07 abr. 1984.

processo realizado pelos grupos políticos. Dessa maneira, pode-se dizer que a metáfora do xadrez constrói uma representação mental que define o processo de sucessão a partir de sua complexidade e da dificuldade de solucionar as divergências de posições constituintes desse evento político.

Para Fairclough (2001b, p. 241), a metáfora é uma forma de representar e, ao significarmos através de uma metáfora e não de outra, estamos representando a realidade da maneira como desejamos. A metáfora é, portanto, uma maneira de representação dos aspectos do mundo, correspondendo a um tipo de escolha, fornecendo-nos pistas de posicionamentos ideológicos. Assim, o uso dessa metáfora do jogo de xadrez pode ser explicado como a materialização do posicionamento do enunciador de *Manchete*, no sentido que tal construção metafórica contribui para a construção de uma representação da sucessão presidencial que, por enfatizar a complexidade desse processo, focaliza o esforço e as habilidades requeridas pelos grupos políticos na condução. Isso resulta em uma representação que legitima as ações desses grupos políticos, reforçando ideológica de *Manchete*.

3.3.3 Considerações a respeito da metáfora TRANSIÇÃO POLÍTICA É JOGO em *O Pasquim* e *Manchete*

A análise das representações mentais constituídas a partir do conceito de jogo evidenciou que as escolhas realizadas por *O Pasquim* e pela revista *Manchete* se processaram metaforicamente, baseadas em aspectos discursivos e culturais relativos ao posicionamento ideológico desses veículos. Observou-se que os Modelos Cognitivos elaborados tendo como base o conceito de jogo funcionaram como esquemas representacionais responsáveis pela organização e pela definição dos sentidos construídos acerca do processo de transição.

O Pasquim destaca a ausência de regras no processo político ao mesmo tempo que constrói uma representação fundada em um discurso sobre o futebol. A construção e a negociação dessas representações na esfera cognitiva comportam a própria organização da prática discursiva desse jornal, o qual se colocava como contestador do governo dos militares e se vinculava a uma posição política de esquerda. A *Manchete* também destaca um aspecto das

regras de um jogo, mas o faz de modo a ressaltar os aspectos de coerência e organização dos processos políticos. A revista aciona a estruturação metafórica A SUCESSÃO É UM JOGO DE XADREZ, representando o processo político a partir do que ele apresentava de complexo. Isso evidencia um processo de esquematização cognitiva organizador da prática discursiva de *Manchete* por meio de valores ideológicos advindos de grupos dominantes. Pode-se observar então que, ao mesmo tempo que as representações mentais restringem o processo de significação do social, elas também são restringidas pelos aspectos sociais, culturais e discursivos constitutivos da experiência do sujeito que enuncia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o início deste trabalho, nossas reflexões tiveram como objetivo abordar a linguagem por uma perspectiva que considerasse suas dimensões discursivas, cognitivas e culturais. Essa postura nos levou à vinculação de duas teorias que, mesmo distintas em seus fundamentos teóricos, permitiram-nos propor uma abordagem que relacionasse, simultaneamente, no estudo das manifestações lingüísticas, seus aspectos sócio-históricos, cognitivos e culturais. A articulação dos pressupostos teóricos da Análise Crítica do Discurso (ACD) com os da teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (MCIs), que apresentam pontos de vista distintos sobre a linguagem, possibilitou uma compreensão mais ampla das manifestações lingüísticas. Realizamos uma prática de análise que privilegiou a importância da linguagem na mediação das relações humanas, atentando para suas implicações culturais, suas realizações discursivas e seu funcionamento cognitivo.

A ACD postula a necessidade de se compreender o uso da linguagem como algo discursivo, como uma prática social de significação do mundo, desempenhada por sujeitos localizados socioculturalmente e, por isso, constituída por e constitutiva dos processos sócio-históricos, das formas de cultura e das relações de poder. A Lingüística Cognitiva, por sua vez, defende que a linguagem é uma atividade cognitiva, e os processos empregados na produção de sentido estão sustentados em nossas experiências, em nossas vivências, possuindo uma base social e cultural. Ao integrar essas duas percepções da linguagem, observamos que a metáfora, enquanto recurso de pensamento e raciocínio, apresenta um funcionamento discursivo, ao mesmo tempo que as representações sociais são influenciadas pelo modo como o discurso se organiza na dimensão cognitiva.

Nesse sentido, a noção de MCIs, enquanto recurso para a compreensão de processos de representação mental, associada a uma perspectiva discursiva, permitiu proceder a uma análise da composição textual das reportagens, revelando como as estruturas cognitivas, especialmente aquelas que

desencadeiam processos metafóricos, foram utilizadas no engendramento de representações sociais, possibilitando observar o funcionamento de questões políticas e culturais. Os processos metafóricos, como mecanismos de estruturação do discurso, carregam o potencial de orientar os sentidos, constituindo um mapa de compreensão do mundo.

Os processos metafóricos, ao estruturarem nossos sistemas conceituais, em termos da integração de diferentes domínios de experiência, revelam que a mente humana apresenta um potencial criativo sustentado em um princípio de inovação e de novas combinações. Tal princípio, a que fizemos referência ao logo deste trabalho, é responsável pela produção de sentido que resulta do modo como estruturamos cognitivamente nossas experiências sob a forma de MCIs e, portanto, do modo como os sentidos advindos de diferentes domínios de práticas discursivas e sociais são cognitivamente/metaforicamente organizados nos processos de interação lingüística. Esses Modelos Cognitivos dão forma às experiências dos sujeitos e, por isso, os contextos sócio-históricos, os valores culturais e as posições ideológicas envolvidos na vivência de tais sujeitos definem a maneira como os sentidos são relacionados em sua dimensão cognitiva.

Desse modo, nos Modelos Metafóricos analisados no terceiro capítulo - “transição política é guerra” e “transição política é jogo” -, observamos que essas representações mentais organizam o processo enunciativo sobre a transição democrática. Ao tomarem os domínios de experiência da guerra e do jogo, tais modelos reproduzem, na representação desse evento político, os valores e as crenças culturalmente construídos, relativos ao modo como percebemos esses domínios e as práticas sociais neles envolvidas. Observamos, ainda, que os modelos construídos pela revista *Manchete* e pelo jornal *O Pasquim* se estruturaram por meio de mapeamentos metafóricos distintos, referentes ao lugar de fala e ao posicionamento ideológico característico de cada um dos veículos. Os domínios de experiência relacionados na estruturação desses modelos e o modo como os mapeamentos metafóricos estruturaram esse evento político, de forma diversa na revista e no jornal, apontam para a importância da questão cultural na construção de representações. Isso porque verificamos o

funcionamento da cultura como produtora e mantenedora de determinadas crenças.

A partir dessas observações, podemos dizer que os processos metafóricos funcionam discursivamente, pois em cada um dos periódicos é promovido um processo distinto de enquadramento dos eventos políticos. Cada Modelo Metafórico articula sentidos que agem, diferentemente, na identificação dos grupos, dos atores e das ações políticas, resultando em representações diferenciadas do processo de transição. Consideramos, então, que as representações cognitivas desencadeadas pelo processo metafórico apresentam um funcionamento discursivo. Isso porque a construção e a negociação de representações, tanto em sua dimensão cognitiva quanto social, definem-se a partir do lugar de fala assumido. Em nosso caso, as metáforas construídas pela revista *Manchete* e pelo jornal *O Pasquim* evidenciaram o modo como esses dois veículos expõem suas ideologias e constroem as representações.

Assim, salientamos o papel da mídia como agenciadora de nossa compreensão de mundo e o modo como os discursos, em seu funcionamento cognitivo, perpassam os processos de produção e de reprodução institucionais, sociais e culturais envolvidos na comunicação. Os signos que compõem tais processos são mecanismos pelos quais a ideologia e o poder significam os discursos e são por eles significados. Esses processos, engendrados pelas práticas hegemônicas, constituem uma dinâmica cultural em que os sentidos estão sempre se deslocando através de uma série de significados sociais. Em tal deslocamento, as concentrações de poder definem os pontos de fixação dos sentidos e promovem a tentativa de hegemonização da compreensão de mundo de um dado grupo social. Observamos esse processo nos deslocamentos de sentido produzidos nos mapeamentos metafóricos articulados pela revista *Manchete* e pelo jornal *O Pasquim*, em que duas representações acerca da situação política brasileira, inscritas em meio a um conjunto de significados, práticas, crenças, jogos de poder e interesse, buscam se afirmar.

Procuramos, então, com este trabalho, propor uma possibilidade de entendimento da linguagem como produtora e produto de processos sociais, culturais e cognitivos. Acreditamos que é na interface entre abordagens teóricas e

na diversidade de pontos de vista que se faz possível o desenvolvimento de discussões sobre a linguagem, permitindo uma compreensão e uma apreensão mais amplas desse objeto que se apresenta como elemento fundamental das práticas e das relações humanas. A linguagem é uma atividade que constitui nosso pensamento e nossas vivências e compreender o modo como significamos nossas experiências em nossas práticas lingüísticas é fundamental para o entendimento daquilo que nos torna humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro; CARDOSO, José Leandro Rocha. Aconteceu, virou manchete. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 243-264, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 06/11/2009.

BILLIG, Michael. Critical Discourse Analysis and the rhetoric of critique. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. *Critical Discourse Analysis*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2007, p.35-45.

CAPELLARI, Marcos Alexandre. *O Discurso da contracultura no Brasil: o underground* através de Luiz Carlos Maciel (c. 1970). São Paulo: USP, 2007. 248f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em: 06/11/2009.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CHILTON, Paul. *Analysing political discourse: theory and practice*. New York: Routledge, 2006.

CHOULIARAK, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman. A Análise Crítica do Discurso e a mercantilização do discurso público: as Universidades. In: MAGALHÃES, Célia. *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001a, p.31-81.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UNB, 2001b.

FAIRCLOUGH, Norman. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London and New York: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and globalization*. London and New York: Routledge, 2006.

FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes. A semântica cognitiva prototípica de George Lakoff. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, v. 27, n. 3, p. 49-71, 1992.

FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes. *Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

JÄGER, Siegfried. Discourse and knowledge: theoretical and methodological aspects of a critical discourse and dispositive analysis. In: MEYER, Michael; WODAK, Ruth. *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage publications, 2001, p. 32-62.

JOHNSON, Richard et al. *O que é, afinal, estudos culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LACLAU, Ernesto. *Emancipation(s)*. New York: Verso, 2007.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madri: Letra, 1987.

LAKOFF, George. *Women, fire, and dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1987.

LAKOFF, George. *Moral politics: what conservatives know that liberals don't*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1996.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. São Paulo, EDUC – Editora da PUC, 2002.

LONGO, I. M.; PEREIRA, C. A. C. *Algumas estratégias lingüísticas utilizadas em O Pasquim para driblar a censura*. 2006. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>. Acesso em 02/08/2009.

MEYER, Michael. Between theory, method and politics: positioning of the approaches to CDA. In: MEYER, Michael; WODAK, Ruth. *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage publications, 2001, p.14-31.

NASCIMENTO, Patrícia Ceolin. *Jornalismo em revista no Brasil: um estudo das construções discursivas em Veja e Manchete*. São Paulo: Annablume, 2002.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros. O *Pasquim*: um jornal que só diz a verdade quando está sem imaginação (1969-1991). *História & Perspectivas*. Uberlândia, v.1, n.31, p.229-252, 2004. Disponível em: <<http://www.historiaperspectivas.inhis.ufu.br>>. Acesso em: 06/11/2009.

STEINBERGER, Margarethe Born. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário social na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fapesp; Cortez, 2005.

VAN DIJK, Teun A. Semântica do discurso e ideologia. In: PEDRO, Emilia Ribeiro (org.). *Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 105-165.

VAN DIJK, Teun A. El análisis crítico del discurso. In: *Revista Anthropos: Semiologia Crítica – Del la historia del sentido al sentido de la história*. Barcelona, nº 186, p. 23-36, set./out. 1999.

VAN DIJK, Teun A. Political discourse and political cognition. In: CHILTON, Paul A.; SCHÄFFNER, Christina (eds.). *Politics as text and talk: analytical approaches to political discourse*. Amsterdam: Benjamins, 2002, p. 204-236 Disponível em: <www.discourses.org>. Acesso em: 06/11/2009.

VAN DIJK, Teun A. The discourse-knowledge interface. In: WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. *Critical Discourse Analysis*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2007, p. 85-109.

WEISS, Gilbert; WODAK, Ruth. Introduction: theory, interdisciplinarity and Critical Discourse Analysis. In: *Critical Discourse Analysis*. United Kingdom: Palgrave Macmillan, 2007, p.1-46.

WODAK, Ruth. The discourse-historical approach. In: MEYER, Michael; WODAK, Ruth. *Methods of Critical Discourse Analysis*. London: Sage publications, 2001, p.62-94.

WODAK, Ruth. Do que trata a ACD – resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.4, n. esp., p. 223-243, 2004.

BIBLIOGRAFIA GERAL

ASSUNÇÃO, Antônio Luiz. *O poder do discurso e o discurso do poder: a construção do consenso nas falas do presidente Fernando Henrique Cardoso*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. 372f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Faculdade de Letras (FALE), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GEE, J. P. *An introduction to discourse analysis: theory and method*. London: Routledge, 1999.

HABERT, Nadine. *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Ática, 1994.

LACLAU, Ernesto. *On populist reason*. New York: Verso, 2005.

LAKOFF, George. A metáfora, as teorias populares e as possibilidades do diálogo. *Cadernos de estudos lingüísticos*. Campinas, s.n, n. 9, p. 49-68, 1985.

MAGALHÃES, Célia. A Análise Crítica do Discurso enquanto teoria e método de estudo. In: MAGALHÃES, Célia (org.). *Reflexões sobre a Análise Crítica do Discurso*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, UFMG, 2001, p.15-30.

MENDONÇA, Sonia Regina; FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente 1964-1980*. São Paulo: Atica, 1994.

PAIVA, Vera Lucia Menezes de Oliveira. *Metáforas do Cotidiano*. Belo Horizonte: Imprensa Universitária, Centro Gráfico da UFMG, 1998.

PEDRO, Emília Ribeiro. *Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos*. In: PEDRO, E. R. (org.). *Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional*. Lisboa: Caminho, 1997, p. 19-46.

RAMALHO, Viviane, RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

RODRIGUES, Marly. *A década de 80: Brasil, quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1994.